

Paulo José Maio Sousa Mendes

**Avaliação do impacto do modelo biográfico em educação sexual na  
erotofilia/erotofobia e no duplo padrão sexual**

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Universidade Fernando Pessoa

Porto | 2016



Paulo José Maio Sousa Mendes

**Avaliação do impacto do modelo biográfico em educação sexual na  
erotofilia/erotofobia e no duplo padrão sexual**

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Universidade Fernando Pessoa

Porto | 2016



Paulo José Maio Sousa Mendes

**Avaliação do impacto do modelo biográfico em educação sexual na  
erotofilia/erotofobia e no duplo padrão sexual**

---

(Paulo José Maio Sousa Mendes)

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade  
de Ciências Humanas Sociais da Universidade  
Fernando Pessoa, sob orientação da Professor  
Doutor Pedro Cunha, como parte integrante dos  
requisitos para obtenção do grau de Mestre em  
Psicologia, ramo Psicologia Clínica e da Saúde

## RESUMO

O impacto do modelo biográfico em educação sexual no constructo da erotofília/erotofobia e do duplo padrão sexual é avaliado, a partir das hipóteses de que este modelo contribui para a promoção da erotofília e atenuação do duplo padrão sexual. Os resultados não permitiram confirmar qualquer uma das hipóteses. Os indivíduos avaliados, independentemente da sua experiência no modelo biográfico, são mais erotofóbicos do que erotofílicos, e o duplo padrão sexual, de acordo com as pontuações médias e os resultados da análise de discurso, só se faz sentir com maior expressividade e significado na percepção social do duplo padrão sexual referente à liberdade sexual dos homens, com ou sem experiência no modelo biográfico, e das mulheres com experiência no modelo biográfico. Em todas as outras dimensões avaliadas do duplo padrão sexual predominou o padrão singular e o padrão sexual invertido (liberdade sexual relativa ao número de parceiros e expressões e vocábulos utilizados para caracterizar homens e mulheres com múltiplos parceiros).

**Palavras-chave: educação sexual, modelo biográfico, duplo padrão sexual, erotofília e erotofobia**

## **ABSTRACT**

*The impact of comprehensive sex education in the construct of erotophilia / erotophobia and the sexual double standard is evaluated from the hypothesis that this model contributes to the promotion of erotophilia and mitigation of sexual double standard. The results do not confirm any of the hypotheses. The evaluated individuals, regardless of their experience in comprehensive sex education, are more erotophobic than erotophilic, and the sexual double standard, according to the average scores and the results of discourse analysis, only be felt with greater expressiveness and meaning in perception social the sexual double standard regarding the sexual freedom of men, with or without experience in comprehensive sex education, and women with experience in the comprehensive sex education. In all other dimensions evaluated the sexual double standard prevailed the unique pattern and inverted sexual standard (sexual freedom on the number of partners and expressions and words used to characterize men and women with multiple partners).*

**Keywords:** *sex education, comprehensive sex education, sexual double standard, erotophilia and erotophobia*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu pai e à minha mãe, a quem devo a minha formação académica.

À Sandra, minha esposa, que me incentivou a fazer o mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, e que nos últimos dois meses me aliviou o trabalho associado à minha recente paternidade.

Aos meus e às minhas camaradas que me apoiaram incondicionalmente ao longo deste percurso de dois anos.

Ao Doutor Pedro Cunha pelo apoio dado ao longo da orientação da presente dissertação.

Às direções pedagógicas das Escolas Profissionais da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, do pólo de Angra do Heroísmo do INETESE- Açores e à direção da secção de Angra do Heroísmo da Escola Superior de Saúde dos Açores.

Ao António Lima por ter ajudado na logística da aplicação dos questionários na Escola Profissional da Ribeira Grande.

## ÍNDICE

Resumo	VI
<i>Abstract</i>	VII
Agradecimentos	VIII
<b>Introdução</b>	1
<b>PARTE I – Enquadramento teórico</b>	
<b>Capítulo I – Moral sexual</b>	
1.1. Duplo padrão sexual – o conceito	6
1.2. Origem do duplo padrão sexual	9
1.3. Evolução das atitudes e comportamentos sexuais	14
1.4. Duplo padrão sexual e prazer	20
<b>Capítulo II – Erotofobia/erotofilia</b>	
2.1. Erotofilia/erotofobia: atitudes ou uma dimensão da personalidade?	30
2.2. Erotofilia/erotofobia: diferenças entre géneros	40
<b>Capítulo III – Educação sexual</b>	
3.1. Os primórdios da educação sexual em Portugal	42
3.2. A educação sexual na era da democracia	49
<b>PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO</b>	
<b>Capítulo IV – Método</b>	
4.1. Introdução e opções metodológicas	58
4.2. Objetivos	61
4.3. Hipóteses	62
4.4. Amostra, procedimentos e instrumentos	63

<b>Capítulo V – Análise e discussão dos resultados</b>	
5.1. Modelo biográfico de educação sexual e erotofília/erotofobia	70
5.2. Modelo biográfico e percepção social do duplo padrão sexual	73
5.3. Modelo biográfico e aceitação cognitiva do duplo padrão sexual	82
5.4. Modelo biográfico e percepção do duplo padrão sexual no local de trabalho	85
5.5. Modelo biográfico e o indicador comportamental do duplo padrão sexual	93
<b>Conclusões</b>	105
<b>Referências</b>	107

## ÍNDICE DE ANEXOS

**ANEXO A – Questionário de avaliação do duplo padrão sexual de Milhausen e Herold (2001), traduzido por Ramos, Carvalho & Leal (2005)**

**ANEXO B – Questionário de opinião sexual de Fisher (1998), traduzido por Alvarez (2006)**

**ANEXO C – Tabela A e Tabela B de assuntos associados à educação sexual abordados, respetivamente, durante o 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário**

**ANEXO D – Declaração de consentimento informado**

**ANEXO E – Pedido de autorização à INETESE-Açores – Associação para o Ensino e Formação para aplicação dos instrumentos do estudo**

**ANEXO F – Pedido de autorização à Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo para aplicação dos instrumentos do estudo**

**ANEXO G – Pedido de autorização à Escola Profissional da Ribeira Grande para aplicação dos instrumentos do estudo**

**ANEXO H – Pedido de autorização à secção de Angra do Heroísmo da Escola Superior de Saúde dos Açores**

**ANEXO I – Respostas dadas pelos indivíduos, com e sem experiência no modelo biográfico, à questão 66 e respetiva análise**

**ANEXO J – Respostas dadas pelos indivíduos, com e sem experiência no modelo biográfico, à questão 67 e respetiva análise**

**ANEXO K – Quadro de expressões e vocábulos utilizados nas respostas à questão 68, de acordo com a respetiva conotação, pelos indivíduos com experiência no modelo biográfico**

**ANEXO L – Quadro de expressões e vocábulos utilizados nas respostas à questão 68, de acordo com a respetiva conotação, pelos indivíduos sem experiência no modelo biográfico**

**ANEXO M – Quadro de expressões e vocábulos utilizados nas respostas à questão 69, de acordo com a respetiva conotação, pelos indivíduos com experiência no modelo biográfico**

**ANEXO N - Quadro de expressões e vocábulos utilizados nas respostas à questão 69, de acordo com a respetiva conotação, pelos indivíduos sem experiência no modelo biográfico**

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Estatísticas descritivas, por grupo, referentes à idade dos indivíduos da amostra	63
Tabela 2 – Distribuição dos indivíduos de cada grupo, por nível de escolaridade	64
Tabela 3 – Estatísticas descritivas referentes ao cruzamento entre grupos e as pontuações obtidas no Questionário de Opinião Sexual	71
Tabela 4 – Teste à normalidade das pontuações obtidas no Questionário de Opinião Sexual	72
Tabela 5 - Teste T para duas amostras independentes – Pontuação do Questionário de Opinião Sexual	72
Tabela 6 – Estatísticas descritivas referentes ao cruzamento entre os grupos e o somatório de diferenças entre os itens 21 e 33	74
Tabela 7 – Teste à normalidade da distribuição da diferença pontual entre os itens 33 e 21	75
Tabela 8 – Distribuição das pontuações obtidas por cada grupo	75
Tabela 9 – Teste Levene aplicado à distribuição das diferenças pontuais entre os itens 33 e 21	76
Tabela 10 – Teste Mann-Whitney aplicado ao somatório da diferença pontual entre os itens 33 e 21	77
Tabela 11 – Distribuição das frequências absolutas e relativas, por grupo, das respostas à questão “Quem é que acha que tem maior liberdade sexual atualmente?”	78

Tabela 12 – Teste K-S para testar a relação entre as respostas dadas à questão “Quem é que acha que tem maior liberdade sexual atualmente” e a experiência com o modelo biográfico	79
Tabela 13 – Teste Levene aplicado à distribuição das respostas dadas à questão “Quem é que acha que tem maior liberdade sexual atualmente?” entre os dois grupos	80
Tabela 14 – Padrão sexual evidenciado nas respostas à questão 66	81
Tabela 15 – Padrão sexual evidenciado nas respostas à questão 67	82
Tabela 16 – Estatísticas descritivas referentes ao cruzamento entre os grupos e o somatório das diferenças dos pares dos itens 13 a 20, dos itens 22 a 32 e dos itens 34 a 36	83
Tabela 17 – Teste à normalidade da distribuição do somatório das diferenças dos pares de itens 13 a 20, dos itens 22 ao 32 e dos itens 34 ao 36	84
Tabela 18 – Teste T para duas amostras independentes – Somatório das diferenças dos pares dos itens 13 a 20, dos itens 22 ao 32 e dos itens 34 ao 36	85
Tabela 19 – Distribuição das frequências absolutas e relativas, por grupo, das respostas dadas à questão “Num local de trabalho, quem é que acha que deverá ter mais cuidado ao dizer “piadas” sobre sexo?”	86
Tabela 20 – Teste do Qui-quadrado – Modelo biográfico de educação sexual * “Num local de trabalho, quem é que acha que deverá ter mais cuidado ao dizer “piadas” sobre sexo?”	87
Tabela 21 – Distribuição das frequências absolutas e relativas, por grupo, das respostas dadas à questão “Quem é que acha que tem de ter mais cuidado ao preferir qualquer tipo de comentário sobre sexo com os outros colegas?”	88

Tabela 22 – Teste do Qui-quadrado – Modelo biográfico de educação sexual * “Quem é que acha que tem de ter mais cuidado ao proferir qualquer tipo de comentário sobre sexo, com os outros colegas?”	89
Tabela 23 – Distribuição das frequências absolutas e relativas, por grupo, das respostas dadas à questão “Quem é que acha que deverá ter mais cuidado ao fazer comentários sobre o aspeto físico do colega do sexo oposto?”	90
Tabela 24 – Teste do Qui-quadrado – Modelo biográfico de educação sexual * “Quem é que acha que deverá ter mais cuidado ao fazer comentários sobre o aspeto físico do colega do sexo oposto”	91
Tabela 25 – Distribuição das frequências absolutas e relativas, por grupo, das respostas dadas à questão “Quem é que acha que deverá ter mais cuidado em estabelecer qualquer tipo de contato físico com um colega?”	92
Tabela 26 – Teste do Qui-quadrado – Modelo biográfico de educação sexual * “Quem é que acha que deverá ter mais cuidado em estabelecer qualquer tipo de contacto físico com um colega?”	93
Tabela 27 – Estatísticas descritivas referentes ao cruzamento entre os grupos e a diferença entre as pontuações dos itens 44 e 41	94
Tabela 28 – Teste à normalidade da distribuição das diferenças entre as pontuações dos itens 44 e 41	95
Tabela 29 – Distribuição das frequências pontuais entre os itens 44 e 41 por cada grupo	95
Tabela 30 – Teste Levene aplicado à distribuição das diferenças entre as pontuações dos itens 44 e 41 nos dois grupos	96

Tabela 31 – Teste Mann-Whitney aplicado às diferenças entre as pontuações dos itens 44 e 41 nos dois grupos	97
Tabela 32 – Frequências das respostas dadas à questão 68, consoante a conotação atribuída (por grupo)	98
Tabela 33 – Frequências das respostas dadas à questão 69, consoante a conotação atribuída (por grupo)	99

## INTRODUÇÃO

O modelo biográfico em educação sexual e as suas implicações no nível da erotofília/erotofobia e no duplo padrão sexual é o tema da presente tese de dissertação de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde.

O tema escolhido surge na sequência de seis anos dedicados à educação sexual, enquanto técnico (e ativista) de uma organização não-governamental na área da saúde sexual e reprodutiva, na qual desempenhei a minha atividade profissional de forma muito autónoma, e em colaboração estreita com escolas e serviços de saúde que, na maior parte das vezes, foi mais informal do que formal, o que me permitiu participar ativamente em projetos inovadores e atividades estruturadas e organizadas em educação sexual, sobretudo, em meio escolar.

Apesar da ideia pré-concebida de que a implementação da educação sexual, ainda mais numa região tida como ideologicamente conservadora nos costumes, seria uma tarefa, no mínimo, arrojada, na realidade foram raros os episódios ou situações de resistência (ativa ou passiva) à sua implementação.

A Região Autónoma dos Açores, no virar do século, e após uma longa história de conservadorismo relativamente ao tratamento de temas associados à sexualidade nas escolas e na sociedade em geral, continuava a apresentar a maior taxa de maternidade na adolescência do país, sinal de que o «não falar disso» (sexualidade) não estava a produzir resultados. Por conseguinte, é a geração do final do século passado (finais da década de noventa), que à época frequentava o 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário, que tem o primeiro contacto com as primeiras tentativas de levar a cabo

aquelas que foram as primeiras atividades estruturadas e os primeiros projetos em educação sexual.

Em 2002, e apesar da evolução ocorrida, por um lado persistiam as atividades de caráter pontual, muito dependentes dos serviços de cuidados de saúde primários, mas por outro lado, assistia-se a uma perfusão de oferta formativa inicial e contínua para docentes, na área.

As atividade pontuais, conduzidas por enfermeiro(a)s, encontravam-se quase exclusivamente direcionadas para a prevenção de comportamentos de risco associados à gravidez indesejada e prematura, assim como às infeções sexualmente transmissíveis. Portanto, de acordo com um modelo preventivo de educação sexual.

Não se proporcionavam, ou raramente se proporcionavam, espaços dedicados à discussão, debate e reflexão acerca do contexto social da sexualidade que permitissem uma reflexão crítica acerca das atitudes e comportamentos subjacentes ao duplo padrão sexual, e muito menos sobre o como receber e proporcionar prazer. De certa forma, os alunos até podiam saber o que era uma vagina, mas nunca tinham ouvido falar da vulva e, muito menos, do clitóris.

Em 2001, realizei uma tese de licenciatura em Psicologia Social e das Organizações, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, sobre o impacto da educação sexual, independentemente do modelo, no duplo padrão sexual, em que foram utilizadas uma metodologia e uma técnica (*focus-group*) de caráter qualitativo, não se tendo verificado qualquer tipo de influência da educação sexual no padrão sexual dos indivíduos entrevistados com experiência em educação sexual, os quais demonstraram uma prevalência de discursos com conteúdos marcados pelo duplo padrão sexual, que coexistem com discursos caracterizados pelo padrão singular mas com menor frequência (Mendes, 2001).

Os objetivos e as hipóteses do presente estudo surgem, assim, na esteira da referida tese de licenciatura, mas sujeitos a métodos e técnicas de outra natureza.

São vários os modelos em educação sexual, sendo que o modelo biográfico é o que mais se coaduna com o conceito de “sexualidade” da Organização Mundial de Saúde (OMS): “A sexualidade é uma energia que nos motiva a procurar amor, contacto, ternura, intimidade; que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual; ela influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental”.

A adequação do modelo biográfico em educação sexual ao conceito de sexualidade da OMS é fruto de uma abordagem que não se limita exclusivamente à componente ou finalidade reprodutiva, nem mesmo a uma conceptualização focada na componente biológica como suporte para um entendimento preventivo e sanitário da sexualidade é, pois, uma abordagem mais holística que abarca as dinâmicas sociais e relacionais inerentes à vivência da sexualidade, enquanto fatores determinantes para a promoção do bem-estar e da felicidade.

Se o modelo biográfico de educação sexual assume esse conceito holístico da sexualidade como referência orientadora, é exetável que se sintam os seus efeitos naquele que é tido como o duplo padrão sexual, ou seja na forma como os papéis e estatutos sociais associados aos géneros se organizam e evoluem para uma duplicidade (ou não) de atitudes e comportamentos sexuais, consoante o género dos seus protagonistas. É essa eventual influência do modelo biográfico em educação sexual no duplo padrão sexual que foi traduzida para a segunda das duas hipóteses da presente tese.

O confronto resultante da aceitação do próprio corpo e do corpo do outro, como fonte de prazer e a aceitação do erotismo como parte integrante da vivência da sexualidade, é também objeto de avaliação consubstanciada na primeira hipótese, numa avaliação que é efetuada, por via do constructo da erotofília/erotofobia, uma dimensão da personalidade indicadora da aceitação ou rejeição do prazer sexual. Ora, se o conceito de sexualidade da OMS assume a aceitação da sensualidade será expetável que o modelo biográfico em educação sexual promova o nível de erotofília dos indivíduos.

Para testar as hipóteses propostas, procurou-se conhecer os níveis de erotofília/erotofobia e os padrões sexuais da amostra, que foi dividida em dois grupos de 28 indivíduos cada, consoante tivessem experimentado, ou não, o modelo biográfico em educação sexual, ao longo do 3.º ciclo do ensino básico e o ensino secundário, de acordo com um plano com grupos-critério, em que a variável independente (modelo biográfico) é comparada em relação a duas variáveis dependentes (a erotofília/erotofobia e o duplo padrão sexual).

Optou-se por um plano pós-facto, por se tratar de uma avaliação «à posteriori», de intervenções ocorridas no ambiente que é objeto de estudo, mas que não foram introduzidas ou manipuladas pela própria investigação, no caso em apreço, o modelo biográfico em educação sexual.

A revisão de literatura aprofundou aqueles que são os conceitos centrais do presente estudo: o duplo padrão sexual, a erotofília/erotofobia e a educação sexual.

Na secção empírica do estudo é descrito o método, as opções metodológicas adotadas, a descrição da amostra, dos procedimentos e instrumentos utilizados, bem como as hipóteses e objetivos estipulados.

Foram aplicados três instrumentos de avaliação aos indivíduos de todos os grupos: o questionário de avaliação do duplo padrão sexual de Milhausen e Herold (2001),

traduzido por Ramos, Carvalho & Leal (2005); The Sexual Opinion Survey de Fisher (1998), traduzido por Alvarez (2006) e duas grelhas para aferição dos conteúdos associados à educação sexual transmitidos durante o 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário, elaboradas pela Associação para o Planeamento da Família e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2007). Estes instrumentos avaliaram, respetivamente, o padrão moral sexual, o nível de erotofobia/erotofilia e o modelo de educação sexual em meio escolar dos indivíduos.

Finalmente, nos dois últimos capítulos são descritos, analisados, discutidos os resultados e elaboradas as conclusões.

## **PARTE I – Enquadramento teórico**

### **Capítulo I – Moral sexual**

#### **1.1. Duplo padrão sexual – o conceito**

O conceito de ‘duplo padrão sexual’ surge, pela primeira vez na literatura científica em 1964, por Reiss (citado por Ramos et al., 2005), para designar um conjunto de normas indicadoras de expectativas sociais distintas e prescritivas sobre como homens e mulheres devem viver a sua sexualidade, segundo o qual os homens beneficiam de uma maior permissividade relativamente aos seus comportamentos sexuais. Uma permissividade sexual que corresponde à possibilidade da ocorrência de relações sexuais pré-maritais, infidelidade matrimonial, multiplicidade de parceiras e a assunção do prazer como objetivo primeiro e último dos comportamentos sexuais.

O duplo padrão sexual estaria, no entendimento de Hopkins (citado por Alferes, 1997), desde a década de 50 do século XX, nos Estados Unidos da América (E.U.A), em declínio, estando, gradualmente, a ser substituído por um duplo padrão sexual atenuado (Alferes, 1997), de acordo com o qual as relações sexuais pré-maritais também seriam permitidas, socialmente, às mulheres, logo que no contexto de uma relação emocional e afetiva estável, tal como é descrito por Reiss (citado por Alferes, 1997).

No entanto, notam-se indícios de que este duplo padrão sexual atenuado, também designado por ‘condicional’, poderá estar a dar lugar a um padrão sexual singular, o qual faria convergir os comportamentos sexuais de homens e mulheres. Um padrão singular baseado na aceitação social das relações sexuais pré-maritais enquadradas pelo

afeto e num contexto relacional estável, conforme constatação de DeLamater e Maccorquodale (citados por Alferes, 1997).

A convergência para um único padrão comportamental pode estar a ser suportado por meros indícios, pois a perceção das pessoas acerca dos comportamentos sexuais de homens e mulheres persiste em distinguir, em termos avaliativos, a idade para a primeira relação sexual e o carácter ocasional das relações sexuais, tal como McKinney e Orbush (citados por Alferes, 1997) indicam. É também na dimensão mais lúdica e hedonista da sexualidade que persistem diferenças entre géneros.

Surge também na literatura científica referências ao designado ‘duplo padrão sexual invertido’, ou seja sempre que se permite uma maior permissividade nos comportamentos sexuais às mulheres comparativamente aos homens, como, a título de exemplo, é demonstrado por uma investigação levada a cabo por Ramos et al. (2005) que recorreu a uma amostra constituída por estudantes universitárias, as quais avaliaram positivamente as mulheres que assumem gostar muito de sexo, ao contrário do julgamento que emitiram sobre os homens que assumiam o mesmo.

Não deixa de ser verdade que a própria existência do duplo padrão sexual possa ser também questionável. Marks e Freley (2005) consideram que a literatura científica existente apresenta poucas, ou mesmo nenhuma, evidências que confirmem a sua existência, e tal possibilidade deve-se às características e experiências dos indivíduos, assim como, e sobretudo, devido à metodologia adotada para estudar o fenómeno.

Para Milhausen e Herold (citados por Marks & Fraley, 2005), os indivíduos poderão ser mais influenciados pela sobreavaliação pré-concebida do duplo padrão sexual do que, efetivamente, pela sua crença no duplo padrão sexual. Por conseguinte, colocam-se questões metodológicas sobre como avaliar o duplo padrão sexual, pois os instrumentos metodológicos utilizados para tal efeito poderão, de acordo com Mark e Miller (citados

por Marks & Fraley, 2005), conferir uma valoração de comportamentos que enviesam as respostas e, por consequência, a percepção do duplo padrão sexual.

Os instrumentos metodológicos para avaliação do duplo padrão sexual podem não permitir distinguir as atitudes das avaliações. As atitudes são mais genéricas e abstratas, e no caso do duplo padrão sexual, referem-se a crenças generalizadas acerca das normas sociais, culturais, decisões pessoais sobre a permissividade sexual e a percepção subjetiva da adequabilidade de determinados comportamentos sexuais. As avaliações são, por sua vez, de caráter mais concreto e específico e referem-se a juízos de valor sobre pessoas específicas e sua atividade sexual. Ora, como as atitudes podem ser independentes das avaliações, logo se essa distinção não for considerada na elaboração e aplicação dos instrumentos metodológicos, a percepção do duplo padrão sexual poderá sair enviesada (Marks & Fraley, 2005).

Segundo Marks & Fraley (2005), o duplo padrão sexual não influencia as avaliações subjetivas dos indivíduos, mas desempenha um papel importante na formatação da percepção que os indivíduos detém em determinados domínios, por exemplo, no que diz respeito à inteligência, parece óbvio que o envolvimento frequente em relações sexuais com diferentes parceiros pode ser encarado como um sinal de pouca inteligência, devido aos perigos que tal comportamento acarreta.

Em suma, tudo indica, de acordo com Marks e Fraley (2005), que o duplo padrão sexual é mais uma ilusão cultural do que um fenómeno social, mas que não deixa de afetar a percepção dos indivíduos, ao influenciar os seus juízos sobre os comportamentos sexuais, de forma distinta em função do género dos envolvidos.

Para Gilovich (citado por Marks & Fraley, 2005), a ilusão, quando confirmada pela realidade, poderá ser responsável pelas distorções demonstradas pelos indivíduos que, afinal, são mais influenciados pela ilusão cultural do que pelas avaliações subjetivas e

concretas que fazem sobre o comportamento sexual de homens e mulheres, um fator que, tal como postulado por Marks (citado por Marks & Fraley, 2005), contribui para que os indivíduos salientem os casos que confirmam o duplo padrão sexual.

## **1.2.Origem do duplo padrão sexual**

São vários os pressupostos teóricos subjacentes às diferenças relativas a comportamentos e atitudes sexuais entre géneros.

Primeiramente, convém distinguir dois conceitos chave: ‘sexo’ e ‘género’, tidos pelo senso comum como sinónimos, são, para as ciências sociais e humanas, conceitos diferentes. Assim, e conforme Laranjeira (2004) ‘género’ diz respeito a uma construção social assente nas expectativas sociais acerca dos padrões comportamentais de homens e mulheres. Esses padrões comportamentais são permeáveis à cultura e à passagem do tempo, enfim às transformações sociais pelas quais passam as relações entre homens e mulheres.

Para Ramos et al. (2005), as Leis e normas sociais mantêm, ao longo dos tempos, as diferenças que distinguem os géneros. Esses normativos, nas suas várias formas e expressões, medeiam as relações interpessoais e o modo como os indivíduos perspetivam os diferentes géneros. Por isso, o ‘género’ não deve ser confundido com o ‘sexo’ que nos é transmitido geneticamente.

A construção do ‘género’ inclui, conforme apontado por Gagnon e Simon (citados por Ramos et al., 2005), as experiências, quer comportamentais, quer atitudinais que envolvem as vivências da sexualidade, determinadas por aspetos sociais e históricos.

Quanto ao ‘sexo’, Money (citado por Alferes, 1997) defende a existência de diferenças a três níveis: derivadas, associadas e arbitrárias. As diferenças derivadas são

aquelas que dizem respeito ao determinismo biológico de cada sexo, as diferenças associadas são aquelas que surgem como consequência das derivadas, mas que podem ser, até certo ponto, controladas pela cultura, e as diferenças arbitrárias encontram-se totalmente dependentes da influência social e cultural e são aquelas que convertem a identidade sexual em identidade de género.

A distinção entre as diferentes expectativas sociais para homens e mulheres ocorre, segundo Unger e Amâncio (citados por Laranjeira, 2004), graças ao processo de categorização social, pelo qual se define quais os comportamentos adequados para cada sexo, na aceção dada por Connel (citado por Laranjeira, 2004).

O género baseia-se, de acordo com Deaux e La France (citados por Laranjeira, 2004), num sistema de crenças que determina o que é ser homem e mulher, responsável pela criação de estereótipos em função do sexo, conforme determinadas características físicas, traços de personalidade, comportamentos, competências e disposições emocionais.

Ainda segundo Deaux e LaFrance (citados por Laranjeira, 2004), aos homens é atribuída uma dimensão instrumental, enquanto às mulheres é atribuída uma dimensão emocional ou expressiva, o que se traduz, como indicado por Amâncio (citado por Laranjeira, 2004), num conjunto de características que distinguem homens e mulheres, segundo as quais, os homens são perspectivados como independentes, agressivos, confiantes, ativos e mais capazes de tomar decisões, e as mulheres como dependentes, passivas, orientadas para os outros e emocionalmente instáveis.

O ‘género’ está, por conseguinte, relacionado com os conceitos de ‘feminilidade’ e ‘masculinidade’ com pressupostos distintos. Para Laranjeira (2004), a ‘feminilidade’ surge “naturalmente” por estar intimamente ligada à gravidez e ao parto, mas a ‘masculinidade’ encontra-se em constante processo de consolidação e afirmação, o que

obriga os homens a correr riscos sempre com o intuito de não a perder. É na procura pela afirmação da ‘masculinidade’ que os indivíduos do sexo masculino se envolvem em atividades demonstrativas da sua competitividade e agressividade (Laranjeira, 2004).

Para Amâncio (2010), nas sociedades ocidentais, a acentuação das diferenças entre géneros reside na hegemonia do modelo heterossexual, colocado em causa, com o surgimento do VIH/SIDA que deu visibilidade e relevo à homossexualidade masculina, bem como pela crescente mercantilização da sexualidade, dependente da promoção da atividade sexual, por via da erotização do corpo da mulher, o que a tirou da sua passividade.

Na relação entre homens, persiste uma ‘masculinidade’ hegemónica que subordina todas as outras formas de ‘masculinidade’ alternativas, ao contrário da ‘feminilidade’, que devido à inexistência de qualquer modelo hegemónico, encontra-se também subjugada à ‘masculinidade hegemónica’ (Amâncio, 2010). Esta é também uma ‘masculinidade’ que exclui e reprime a homossexualidade masculina, violadora da heterossexualidade normativa (Amâncio, 2010).

As diferenças no comportamento sexual entre géneros não são somente uma questão de cariz social e histórico, são antes de mais e, sobretudo, para a Psicologia evolutiva, resultado da evolução, por isso, para Buss (citado por Petersen & Hyde, 2010), homens e mulheres adotam estratégias diferentes para garantir o seu sucesso genético, o principal fator que explica as diferenças, não tanto entre géneros, mas entre sexos.

Se para a Psicologia evolutiva as diferenças, no que toca aos comportamentos sexuais, entre sexos são determinadas, pura e simplesmente, pelas diferentes estratégias adotadas pelos dois sexos, com o intuito de garantir o sucesso genético, para a teoria da aprendizagem social, esses comportamentos são distintos, conforme o género, porque

são aprendidos, tendo como referência a imitação de modelos distintos, recompensados socialmente e, por isso, objeto de imitação, naquilo que é designado por modelagem, na aceção dada por Bandura (citado por Pettersen & Hyde, 2010).

A corrente teórica preconizada pela Psicologia evolutiva oferece uma explicação distinta daquela que é dada pela teoria da aprendizagem cognitiva social, mas não necessariamente incompatível, no que diz respeito às diferenças entre géneros relativamente às atitudes e comportamentos sexuais. Mas tanto uma corrente teórica como outra não consideram, ou não atribuem grande relevância às relações de poder entre os dois géneros, fator tido como determinante para a teoria do estruturalismo social, segundo a qual as diferenças entre géneros devem-se a assimetrias de poder associadas aos diferentes papéis sociais e respetivas expectativas (Pettersen & Hyde, 2010).

De acordo com a teoria do estruturalismo social (Pettersen & Hyde, 2010), na maior parte das sociedades, às tarefas desempenhadas fora de casa é atribuído maior poder social, motivo para que os homens sejam perspectivados como mais autónomos e dominantes, o que socialmente os legitima na desvalorização que fazem das mulheres, ao conceptualizá-las como objetos sexuais com quem podem ter relações sexuais casuais.

Para Petersen e Hyde (2010), as diferenças de poder entre géneros variam de cultura para cultura, e como é óbvio, consoante o contexto histórico. Atualmente, se é verdade que a desigualdade de poder mantém-se em alguns países, em outros países, fruto da transformação social das relações entre géneros, essa desigualdade é cada vez menor.

São essas diferenças de poder que, para Petersen e Hyde (2010), influenciam as expectativas sociais acerca das atitudes e comportamentos sexuais de homens e mulheres. Assim, em sociedades onde imperem modelos de relações entre géneros, em que os

homens detêm o poder, essa desigualdade refletir-se-á nos padrões comportamentais sexuais de homens e mulheres, no sentido em que aos homens é permitida uma maior liberdade nos seus comportamentos sexuais comparativamente às mulheres.

Petersen e Hyde (2010) também não consideram que o estruturalismo social exclua as aproximações teóricas da Psicologia evolutiva e da aprendizagem cognitiva social, antes pelo contrário, complementa-as.

Os comportamentos sexuais são também resultado de um processo de construção social (Alferes, 1993), mediados por aquilo que Gagnon e Simon (citados por Alferes, 1993) designaram por *script* sexual, ou seja, esquemas socialmente construídos que guiam e dão significado à ação. Estes esquemas são socialmente partilhados e são peça fundamental para a interpretação e categorização da realidade social.

Os *scripts* sexuais também orientam as expectativas, assim como a sua ordem de ocorrência, de forma a organizar as situações sociais.

De acordo com Gagnon (citado por Alferes, 1993), consoante o contexto cultural e histórico, os *scripts* sexuais determinam o «quem» (parceiros sexuais), «onde», «quando» (as circunstâncias que determinam a adequabilidade dos comportamentos sexuais), o «quê», «como» (se é ou não permitido) e o «porquê» (motivos ou as razões subjacentes ao comportamento sexual).

Os *scripts* são definidores das situações associadas a relacionamentos, estão na origem das expectativas geradas e sinalizam todas as respostas tidas como incongruentes (Alferes, 1993).

De acordo com os *scripts* dominantes, a rapariga é incentivada a associar sexo ao amor, ao passo que os rapazes procuram a satisfação dos seus próprios desejos e necessidades sexuais (Santos, 2010).

Os *scripts* podem estar (ou não) ao serviço de uma narrativa, por conseguinte, Thompson (citado por Giddens, 1992) explica que os rapazes discutem “sexo” sem referir “amor” e, dessa forma, não constroem uma narrativa, pelo menos, uma narrativa com perspetiva de futuro. As raparigas, pelo contrário, traçam e organizam uma narrativa muito detalhada das suas relações. Essa diferença dever-se-á à maior partilha, entre raparigas, das suas histórias com as respetivas componentes de desejo e sentimentos.

### **1.3.Evolução das atitudes e comportamentos sexuais**

O tratamento e as expetativas sociais diferenciadas em função do sexo foram (e continuam a ser) determinantes para a construção das identidades de género.

Os géneros de hoje, no nosso país, são resultado de um processo sócio histórico, pelo que interessa descrever, apesar de forma sucinta, a evolução histórica que condiciona as normas sociais inerentes à construção de tais identidades.

Para Pacheco (2000), entre os séculos XV e XVII, a instituição do casamento confundia-se com a mulher, não fosse a mulher fator decisivo para o sucesso do casamento, pelo que havia que a proteger de todas as influências nefastas. Não se julgue, contudo, que esse papel decisivo atribuído à mulher lhe trouxesse esse reconhecimento social, na forma de poder, pois a mulher era vista como naturalmente inferior, física e socialmente, ao homem.

Entre os séculos XV e XVII, os homens são homens, mas as mulheres podem ser ‘boas’ ou ‘más’, porque as mulheres eram tidas como fontes de tentação que poderiam levar o homem ao pecado, numa alusão a Eva que se deixou seduzir pelo pecado e que aliciou Adão a pecar. E o pecado, neste contexto, é atribuído às manifestações sexuais

(fantasias e comportamentos), razão para que neste período histórico, a mulher sexualmente hiperativa (porventura em moldes atualmente aceitáveis) fosse estigmatizada (Pacheco, 2000).

A fragilidade da mulher, entre os séculos XV e XVII, encontrava-se implicitamente relacionada com a sua libertinagem, atitude que a tornaria mais vulnerável às incursões sexuais dos homens. Nesse sentido, seria expectável que, à época, para os progenitores, a castidade das filhas fosse o maior, e fundamental, valor requisitado para arranjar um bom casamento (Pacheco, 2000).

A quebra do isolamento social imposto à virgem só se daria, via casamento, pelo marido, mas sempre de forma limitada, pois seria um contacto social sempre enquadrado pelas relações sociais do marido (Pacheco, 2000).

O homem, durante este período histórico (entre os séculos XV e XVII) era tido como o legítimo proprietário da mulher com quem contraísse casamento, o responsável máximo pela gestão da economia do lar e dos recursos que lhe estavam associados (mulher, filhos e criados), mas também tinha o dever de prover o sustento desse mesmo lar (Pacheco, 2000).

Como o homem não conseguia abarcar todos os domínios pelos quais era responsável, delegava poderes, considerados menores, à mulher, também ela considerada menor (Pacheco, 2000), até porque o homem era considerado como o educador da mulher, a mulher que lhe devia respeito, obediência e reconhecimento da autoridade por ele exercida (Pacheco, 2000).

É no estrito sentido de delegação de poderes menores que competia à mulher gerir o espaço doméstico: os filhos, familiares, criados, economato e tarefas domésticas, naquelas que são ações, cujas normas sociais as foram integrando no papel de género da mulher, ao longo do tempo.

A objetificação social da mulher legitimou a prática do açoite, por parte do homem, como forma de castigo pelo incumprimento dos deveres domésticos, conforme é explicitado por Osuna (citado por Pacheco, 2000).

Em termos sociais, durante o período mediado entre os séculos XV e XVII, nada era permitido à mulher que fugisse ao estrito âmbito do seu papel. Aliás, de acordo com Barros (citado por Pacheco, 2000), a permissividade do homem face à ação da mulher era condenável socialmente e vista também como um sinal de clara negligência. No entanto, e pese embora o açoite fosse, como já referido, uma prática aceitável para controlar os comportamentos das esposas, tal prática era condenada se levada ao exagero, bem como as proibições das idas à igreja, à porta ou à janela. Nesses casos, a mulher, segundo Osuna (citado por Pacheco, 2000), era aconselhada a queixar-se aos sogros e ao confessor do marido que poderia, durante a homilia, repreendê-lo.

Em suma, tal como é descrito por Osuna (citado por Pacheco, 2000), a pouca liberdade ou autonomia atribuída à mulher estava ao serviço do poder religioso, cingia-se ao cumprimento das obrigações religiosas.

A noção, então prevalecente, de complementaridade entre homem e mulher (doméstico e social) resultava da suposição de que a mulher não era, ou não devia ser, inteligente (Pacheco, 2000).

A complementaridade, quando quebrada, ou pior, quando invertida, daria lugar àquele que era avaliado como um mau casamento (Pacheco, 2000). Geralmente, o mau casamento era responsabilidade da mulher. Contudo, Guevara (citado por Pacheco, 2000) considerava que os homens poderiam também ser responsáveis, e Estevan (citado por Pacheco, 2000) defendia mesmo que os homens sem capacidade intelectual e com certos vícios deveriam ser impedidos de casar.

No âmbito do casamento e no que diz respeito ao dever de fidelidade, o duplo padrão sexual ou a política dos dois pesos e duas medidas era clara. Vives e Petrarca (citados por Pacheco, 2000) descrevem que no século XVI, a mulher era a responsável pela fidelidade conjugal, mas outros autores, como Luján (citado por Pacheco, 2000) consideravam que essa era também uma responsabilidade do homem. É nesse sentido que Osuna (citado por Pacheco, 2000) explica que se esperava que a mulher negasse o seu dever conjugal (relações sexuais), no caso de infidelidade do marido.

O século XVIII não traz grandes novidades quanto à evolução do duplo padrão sexual, e se é certo que a mulher estava agrilhoadada aos seus deveres reprodutivos e domésticos, para Giddens (1992), nos meios aristocráticos, as mulheres tinham condições para se libertarem desses deveres e, dessa forma, procurarem prazer sexual, por sua própria iniciativa.

O casamento continua a ser negociado, nunca confundido com qualquer partilha de sentimentos, muito menos com a paixão, uma característica que prevalece até à pré-modernidade na Europa (Giddens, 1992).

Giddens (1992) descreve o que pode ser entendido como uma dualidade de expectativas, ao casamento atribuía-se uma sexualidade casta, mas às relações extra-conjugais era atribuída uma sexualidade erótica.

O amor romântico só surge no século XVIII, por ação do cristianismo que contribuiu para uma reconceptualização daquilo que se idealiza para o futuro esposo, da mesma forma, como se idealizava Deus, quando simultaneamente emerge o romance que privilegia uma narrativa que envolve o 'eu' e o 'outro' (Giddens, 1992).

Mas o amor romântico encontra-se mais associado à forma como a mulher percebe a relação, porque sobrepõe o amor sublime à atração sexual (Giddens, 1992).

É o amor romântico, nos finais do século XVIII, que transforma o lar, a relação entre progenitores e filhos, a maternidade e, por conseguinte, o estatuto da mulher (Giddens, 1992).

Para Giddens (1992), o amor romântico encontra-se ligado ao amor no feminino, da mulher como companheira que partilha com o marido a responsabilidade da gestão doméstica. Contudo, a sua manutenção tornou-se numa obrigação da mulher, justamente quem desconhece o mundo exterior (Giddens, 1992).

O homem, por sua vez, e conforme preconizado por Giddens (1992), separa o amor romântico do amor-paixão. O amor romântico reside no lar com a esposa, enquanto o amor-paixão poderá ser encontrado na amante ou no bordel (fora do lar), pois enquanto o amor romântico problematiza e aprofunda a relação, o amor-paixão, pelo contrário, simplifica-a.

No século XIX, esperava-se que a mulher desempenhasse o papel de gestora e cuidadora do lar, dos filhos, e que tudo fizesse para agradar ao marido (Pacheco, 2000).

Independentemente, de um crescente 'arejamento' de que a mulher, em finais do século XIX e início do século XX, usufruía, a divisão de papéis era ainda rígida, apesar da sua transformação. Assim sendo, esperava-se que o homem se ocupasse da política e que a mulher tivesse preocupações relacionadas com a filantropia, sociabilidade e respeitabilidade (Pacheco, 2000).

Em pleno século XX, na década de 50, as diferenças entre géneros, no que diz respeito às atitudes e comportamentos, encontravam-se ainda vincadas. Do homem, esperava-se que arranjasse emprego para a vida, casar, dominar a sua mulher até à morte, e ter filhos (Freire, 2010). Dessa forma, é atribuída autoridade ao homem e, na lógica da complementaridade entre géneros, à mulher restaria submeter-se a tal autoridade (Freire, 2010).

Segundo Freire (2010), na década de 50 do século XX, em Portugal, da mulher esperava-se que assumisse o papel de fada do lar, cuja valorização far-se-ia através da imagem social do marido, perante o qual devia obediência, fechada no mundo do lar e dos filhos. Era, pois, reflexo de um modelo de conjugalidade heterossexualista, procriativo e paternalista (Freire, 2010).

Para Freire (2010), este modelo de conjugalidade é reflexo, e tem reflexo na sociedade, nomeadamente na divisão e organização do trabalho, pois em 1940, e de acordo com as estatísticas oficiais, só cerca de 17% das mulheres são assalariadas, e destas, 35% eram criadas de servir, 34% eram trabalhadoras rurais e 20% eram operárias das indústrias transformadoras (Mónica, citada por Freire, 2010).

É com a passagem de refugiados durante a II Guerra Mundial que se assistem a algumas modificações na divisão, até então, dos espaços ocupados tradicionalmente por homens e mulheres, ao possibilitar aos portugueses contacto com mulheres estrangeiras que fumam, vestem calças, frequentam cafés e contactam, em público, com homens (Freire, 2010).

O Estado Novo criou e sustentou instituições que visavam a reprodução ideológica do regime, uma dessas instituições, a Mocidade Portuguesa zelava pela manutenção daqueles que eram tidos como os padrões comportamentais adequados a cada género.

Mesmo quando instaurada a escolaridade mínima obrigatória, em Portugal, esperava-se que as raparigas tivessem menos escolaridade do que os rapazes (Freire, 2010).

Se a mulher (rapariga) demonstrasse enorme interesse em progredir nos seus estudos, e em trabalhar fora de casa, então teria de escolher o que se entendia como um mal menor, ou seja, trabalhar em funções assistencialistas condizentes com aquele que era o seu papel social, podendo ser enfermeira, assistente social, professora ou desempenhar qualquer função ligada à puericultura (Freire, 2010).

Desde cedo, as meninas ajudavam as mães a cuidar dos irmãos, quase como se de um estágio se tratasse para as preparar para as suas vidas de mulheres e esposas (Freire, 2010).

O casamento oficializava a relação de dependência da mulher para com o marido, sendo obrigada a suportar as suas necessidades e caprichos, pois não tinha qualquer forma de subsistência, sendo equiparada a uma trabalhadora doméstica, mas sem direito a vencimento (Freire, 2010). A quebra dessa relação de dependência, caso abandonasse o marido, resultava em exclusão social (Freire, 2010).

No período da primeira República, a mulher, em Portugal, gozou de alguma liberdade, apesar de continuar subjugada ao poder do marido (homem), praticava alguns desportos que mais tarde, com a instauração do Estado Novo, seriam vedados às mulheres, pois considerava-se que seriam responsáveis por uma indesejável masculinização das mulheres (Freire, 2010).

#### **1.4. Duplo padrão sexual e prazer**

O duplo padrão sexual assenta numa clara diferenciação de atitudes e comportamentos entre homens e mulheres, segundo a qual ao homem é atribuída, pela sociedade, maior liberdade e permissividade sexual. Por conseguinte, as vivências eróticas de ambos os géneros são condicionadas pelo tempo e local, por outras palavras, pelo contexto histórico, social e cultural, sem excluir as características biológicas e fisiológicas inerentes às experiências eróticas.

Entre os séculos XV e XVII, a mulher, como já foi referido, estava votada à clausura para preservação da sua virgindade, enquanto estivesse solteira e como forma de a proteger da cobiça de homem alheio para evitar o adultério (Pacheco, 2000).

Nem mesmo no seio conjugal, a mulher poderia sequer assumir prazer sexual, sinal de fragilidade moral, era, pois, educada para desvalorizar os prazeres sexuais. Aliás, o prazer sexual da mulher era tabu, de tal monta que se desconhece, se à época (entre os séculos XV e XVII), à mulher que se deixasse adular ser-lhe-ia reconhecida a obtenção de prazer sexual, ou se tal prazer era exclusivo do homem que a teria corrompido (Pacheco, 2000).

Numa sociedade que demarcava tão claramente o que se esperava sexualmente de homens e mulheres, a partir de finais do século XVIII a dicotomia entre a «mulher honesta» - normalmente recatada e retirada do espaço público – e a «prostituta» - a mulher pública, é gradualmente invertida (Pacheco, 2000). A esposa é exibida publicamente pelo homem, enquanto a «prostituta» e a «amante» são confinadas ao bordel ou à «casa-posta» (Pacheco, 2000).

A divisão entre a mulher «prostituta», que proporciona prazer aos homens, e a esposa, dedicada à reprodução, só é possível porque se reconheceu, desde sempre, a legitimidade de uma vivência sexual ao homem que inclui o acesso ao prazer, além do seu fim reprodutivo. A prostituição é, dessa forma, um recurso para os casamentos arranjados que não desapareceram, mesmo depois da sua romantização.

Ao duplo padrão sexual, que distinguia aquelas que são as atitudes e comportamentos atribuídos socialmente aos dois géneros, há também que distinguir os comportamentos esperados socialmente, e que distinguem a mulher pública (prostituta) da mulher do lar (esposa).

Se a vida da mulher-esposa era condicionada, a vida pessoal da prostituta também o era (Pacheco, 2000), para não só a manter confinada a determinados espaços, como também e, principalmente, a partir de finais do século XIX, para fins higienistas (Pacheco, 2000).

A prostituição tinha como missão a manutenção do «bem estar público», mais concretamente, a satisfação dos desejos sexuais dos homens (Pacheco, 2000). Servia a prostituta como modelo para as primeiras experiências sexuais dos adolescentes, até porque os 15 anos de idade era a idade mínima para os clientes.

Lemos Júnior (citado por Pacheco, 2000) defendia que a prostituta teria características morfológicas, cranianas e cerebrais, adquiridas hereditariamente e responsáveis pelo seu comportamento sexual, numa clara alusão a um comportamento que quebrava o duplo padrão sexual vigente à época, e que teria de ser explicado, de acordo com a objetividade científica da altura.

Não deixa de causar algum interesse a posição do Congresso Abolicionista Português, com vista à abolição da prostituição, que em 1926 defendia que a virgindade seria um valor exigível aos dois sexos (Pacheco, 2000), naquele que pode ser considerado como um indício de um desejo por um padrão sexual singular.

A assunção do prazer, por parte da mulher, estava reservada à anormalidade e à patologia. Por isso, segundo Pacheco (2000), em finais do século XIX e início do século XX, as prostitutas eram tidas biologicamente como sexualmente precoces, promiscuas e ninfomaniacas. Perdiam a virgindade mais cedo, tinham um historial de estupro, gravidez indesejada, filhos ilegítimos e eram, igualmente, caracterizadas, psicologicamente, como degeneradas e preguiçosas (Pacheco, 2000).

A experimentação do prazer sexual, para Moniz (1901), durante a puberdade, para o rapaz implicaria a procura por sensações voluptuosas, o que o levaria a cometer exauros condenáveis, enquanto a rapariga teria comportamentos pouco diferentes daqueles evidenciados pelas crianças.

Moniz (1901) assume, todavia, que se a sexualidade, na mulher, tende a diminuir ao longo do seu ciclo vital, pelo menos nas suas manifestações, as mulheres começam a ter hábitos e preferências semelhantes aos dos homens à medida que envelhecem.

Não obstante a assunção, por parte de Moniz (1901), de uma tendência para a convergência entre os dois géneros quanto à vivência da sexualidade, Moniz (1901) não deixa de apontar diferenças nas manifestações dessa sexualidade, consoante o género. O homem é, dessa forma, ativo e ardente, enquanto a mulher é passiva e só cede aos instintos do homem, depois de uma resistência, mais ou menos longa, para escolher entre os vários potenciais parceiros, aquele que mais lhe agrada, numa clara analogia com o processo de acasalamento no mundo animal, em que o macho procura e aceita qualquer fêmea.

Para Moniz (1901), contrariamente a Freud, as atividades sexuais preliminares à cópula vaginal são consideradas, não como um desvio, mas como etapa preparatória. No entanto, Moniz (1901) distingue a fantasia masturbatória da fantasia que leva à cópula, e só nos homens. Dessa forma, a fantasia masturbatória seria imatura, enquanto preparatória para a cópula, substituída, mais tarde, pelo desejo por uma determinada mulher.

Na mulher, essencialmente, por ser mais vulnerável à educação e hereditariedade, o pudor é maior comparativamente ao homem. Moniz (1901) admite que a mulher até pode passar pela mesma fase fantasiosa, mas os seus pensamentos eróticos são mais lentos na sua evolução, por ter uma capacidade sexual inferior ao homem, naquilo que Venturi (citado por Moniz, 1901) designa por «imbecilidade sexual transitória».

A maior dificuldade em fantasiar, por parte da mulher, é fator determinante para a sua maior fidelidade e dedicação aos bons costumes sexuais e motivo para que procure a

maternidade (Moniz, 1901) e a felicidade dos filhos, enquanto os pais procuram a saúde e o sucesso social dos filhos (Moniz, 1901).

A maior atividade sexual do homem, não só nos comportamentos como também nas fantasias, leva a que Moniz (1901) conclua que o homem tem tendências poligâmicas, e a mulher tendência natural para a monogamia. Uma suposição condizente com a Psicologia evolutiva. No entanto, Moniz (1901) afirma que a fidelidade, no casamento, é um dever, de parte a parte, e o divórcio é um recurso para debelar eventuais enganos na escolha da parceira para o casamento.

Para Moniz (1901), se a mulher não deve, ao contrário da Lei da época em Portugal, casar antes de atingir a maturidade completa dos seus órgãos reprodutores, o homem também não deve casar antes de ter entre 18 a 20 anos de idade, porque não se encontra sexualmente desenvolvido, não tanto na sua capacidade reprodutora, mas antes devido aos seus desejos sexuais que são ainda desordenados e incoerentes. Mais uma vez, surge, de forma inequívoca, o paradigma subjacente ao duplo padrão sexual, o reprodutivo para a mulher e o prazer para o homem.

O aumento do desejo sexual na mulher era tido como sintoma de patologia, podendo dar origem à ninfomania, mesmo que esse desejo e excitação sexual não fosse maior do que o desejo e excitação sexual, socialmente, aceitável para o homem. Todavia, ninfomania não era sinónimo de prostituição, apesar da patologização de ambas condições.

A patologização da prostituição teria subjacente critérios sociais e daquele que era o duplo padrão sexual em vigor, pois, de acordo com Moniz (1901), a prostituta abdica da escolha de parceiro, e por isso age como um homem, pois não resiste ao acasalamento e, conseqüentemente, não seleciona o seu parceiro, razão para que a prostituição se assumia, segundo Moniz (1901) como uma patologia exclusivamente da mulher.

Ainda na década de 50 do século XX, na sociedade portuguesa, a sexualidade é feita de «não ditos», e é somente abordada de forma clara e direta, a propósito das doenças venéreas e da higiene feminina (Freire, 2010).

Assim como no distante século XV, também se esperava que a mulher deveria saber manter as aparências (Freire, 2010), e a castidade, enquanto solteira, naquelas que continuam a ser as suas principais virtuosidades, acompanhadas pelo desinteresse na obtenção de qualquer prazer sexual. Assim, e de acordo com Freire (2010), a mulher, ainda durante meados do século XX, em Portugal, deveria chegar casta ao casamento e nunca demonstrar interesse no prazer sexual, nem ceder aos seus impulsos. Portanto, não deveria sequer ter fantasias sexuais, e muito menos, ter orgasmo, mesmo quando casada.

A mulher (esposa), cuidadora do lar, não era o único tipo de mulher, à semelhança de outras épocas históricas. Freire (2010) descreve que as outras mulheres (amantes e prostitutas) deveriam ser exuberantes e libertinas, mas também esperava-se que os homens adotassem comportamentos distintos conforme o tipo de mulher com quem se relacionavam.

O duplo padrão sexual relativamente à infidelidade conjugal é também, por vezes, contestado. Freire (2010) alude a tal contestação, durante o Estado Novo, em Portugal, quando as mulheres se começaram a queixar da infidelidade dos maridos, a quem tudo era, socialmente, permitido.

A convergência das atitudes e comportamentos sexuais entre géneros tardava e imperava uma moral sexual conjugal dúbia que se traduzia no oxímoro «se fizessem filhos mas que não se fizesse amor» (Freire, 2010).

Durante o período do Estado Novo, tanto rapazes como raparigas eram mantidos na ignorância relativamente à sexualidade. Contudo, os rapazes iniciavam-se com

prostitutas, as suas instrutoras com quem aprendiam a ser infalíveis sexualmente (Freire, 2010).

O duplo padrão sexual, neste período histórico, mantinha-se e era reforçado por uma sociedade que, em termos sexuais, policiava os comportamentos das mulheres e louvava os comportamentos dos homens (Freire, 2010).

Os rapazes, como referido anteriormente, iniciavam-se sexualmente com prostitutas, com alguma amiga desvairada ou através da masturbação coletiva (Freire, 2010), enquanto socialmente se esperava e desejava que a rapariga cultivasse uma atitude de auto-vigilância quanto ao seu próprio corpo para preservação da sua pureza (virgindade).

Segundo Freire (2010), na primeira República e durante o Estado Novo imperou um duplo padrão moral na sociedade, à mulher exigia-se a virgindade até ao casamento, e ao homem uma ampla experiência pré-conjugal que lhe permitisse lidar com as exigências da iniciação da esposa.

O duplo padrão, durante grande parte do século XX, ficava entre o culto da aparência e a prática quotidiana (Freire, 2010). O culto da aparência que condena qualquer manifestação erótica, e a prática do quotidiano, em que o homem sabe que a sociedade não reprova as suas incursões sexuais, e que, inclusive, lhe providencia os meios para se satisfazer sexualmente (Freire, 2010).

Os homens mantinham dois mundos: o mundo reprodutivo – enclausurado em casa, com a mulher, mãe dos seus filhos – e um outro mundo de sensualidade que funciona como se de um contraceptivo se tratasse, com as prostitutas, com quem poderia dar azo às suas fantasias (Freire, 2010), até porque a mulher (esposa) poderia ter medo do orgasmo, dado o mito de que a mulher só engravidaria se obtivesse prazer, conforme é testemunhado por Bertina Sousa Gomes (citada por Freire, 2010). Nesse sentido, e de

acordo com Freire (2010) “...a sexualidade das mulheres era apenas um instrumento da sexualidade dos homens...” (p. 216).

A revolução de 1974 que introduziu a democracia em Portugal contribuiu, sem sombra para qualquer dúvida, para uma transformação da sociedade portuguesa com implicações para a visibilidade social da sexualidade, acompanhada por uma inequívoca equiparação de direitos, consagrada na Constituição de 1976 (Pacheco, 2000).

Apesar das transformações operadas em Portugal, após 1974, as várias investigações científicas em Ciências Sociais e Humanas que se ocuparam do estudo e investigação sobre o duplo padrão sexual continuam a detetá-lo, apesar deste se apresentar na sua forma atenuada ou condicional.

Alferes (1997) que conduziu uma investigação com recurso a uma amostra significativa e com um rigor metodológico exemplar, concluiu que persistem indícios do duplo padrão sexual, em Portugal, em finais do século XX. Os rapazes continuavam a ter mais parceiras sexuais, mais relações sexuais concomitantes, mais fantasias sexuais (maior infidelidade imaginária) e esperavam vir a ter mais parceiras sexuais. As raparigas, por sua vez, evidenciavam uma maior taxa de virgindade, tinham um maior conhecimento sobre a eficácia dos métodos contraceptivos (modelo reprodutivo) e estavam mais sensibilizadas para temas como a educação sexual e o planeamento familiar (Alferes, 1997).

A herança sócio histórica da sociedade portuguesa não explica, por influência intergeracional, por si só, a persistência do duplo padrão sexual, até porque este subsiste em outros países que conheceram a democracia muito antes. A distinção mais significativa parece advir da permissividade sexual para obtenção de prazer sexual, por parte do homem, e da missão ou obrigação social reprodutiva da mulher.

Apesar da persistência do duplo padrão sexual, este encontra-se, mais do que nunca, num processo de transformação, devido a comportamentos, atitudes e normas coincidentes e reforçadores de um padrão singular (sexo com afeto), de uma sexualidade pré-marital que privilegia o prazer, logo que enquadrado por uma relação emocional duradoura. Todavia, os homens continuam a aceitar o duplo padrão sexual, em que as relações sexuais ocasionais são somente aceitáveis para eles próprios. Portanto, o duplo padrão sexual atenuado ou condicional é dominante (Alferes, 1997).

Em 2005, Ramos et al. (2005) desenvolveram um estudo com uma amostra de mulheres universitárias em que testaram a hipótese do duplo padrão sexual, com resultados e conclusões muito pertinentes para a compreensão do duplo padrão sexual na sociedade portuguesa.

Segundo Ramos et al. (2005), quando está em causa a julgabilidade social, a maioria das inquiridas assume o domínio do duplo padrão sexual. No entanto, quando se trata da julgabilidade individual, as respostas dividem-se, sem grande diferença, entre o duplo padrão sexual e o padrão sexual singular.

Não se verificaram diferenças significativas, no que diz respeito às atitudes pessoais acerca de homens e mulheres que se envolvem em relações sexuais protegidas e casuais (Ramos et al., 2005).

Grande parte das inquiridas julgam, negativamente, quer homens, quer mulheres, que recorram a bares para conhecerem um(a) parceiro(a) com quem possam ter relações sexuais (Ramos et al., 2005).

Uma parte substancial das inquiridas julga negativamente o caráter, tanto de homens como de mulheres que tivessem tido muitos parceiros sexuais. Contudo não ficariam surpreendidas pela existência de homens ou de mulheres que tivessem tido anteriormente dez ou mais parceiros sexuais (Ramos et al., 2005).

A convergência para um padrão singular, pelo menos, quando está em causa a julgabilidade individual, é evidente quando as mulheres questionadas avaliam positivamente homens e mulheres que apreciem atividades de caráter sexual, naquele que é um padrão singular relativamente à legitimidade da procura por prazer sexual (Ramos et al., 2005).

Um dos indícios do duplo padrão sexual reside na distinção, entre géneros, daquela que é tida como a idade ‘normal’ para a primeira relação sexual. Ramos et al. (2005) concluíram que as mulheres questionadas, no âmbito da sua investigação acerca do duplo padrão, indicam os 16 anos como a idade considerada apropriada, tanto para homens como para mulheres, para iniciarem relações sexuais, portanto, um julgamento contrário ao duplo padrão sexual e consonante com um padrão singular.

Apesar das inquiridas, por Ramos et al. (2005), avaliarem negativamente homens e mulheres com um historial de muitos parceiros sexuais, uma parte substancial das inquiridas aconselharia a sua melhor amiga ou amigo a sair com alguém que tivesse tido dez parceiros sexuais.

Verificam-se alguns resquícios do duplo padrão sexual, mesmo quando está em causa a julgabilidade individual, pois apesar das inquiridas terem utilizado palavras com teor negativo para caracterizar, tanto homens como mulheres, com muitos parceiros sexuais, as palavras referentes às mulheres têm um teor pejorativo (Ramos et al., 2005).

As inquiridas emitem respostas indicadoras de que não distinguem homens e mulheres relativamente a comportamentos nos locais de trabalho que envolvam piadas ou comentários sobre sexo, comentários sobre o aspeto físico dos colegas do sexo oposto e o contacto físico (Ramos et al., 2005).

Numa investigação também sobre a evolução do duplo padrão sexual, da responsabilidade de Alves (2006), o contexto relacional que enquadra a primeira relação

sexual é determinante, pois influenciou o julgamento emitido pelos indivíduos questionados, dado que os intervenientes na primeira relação sexual eram percebidos como menos dominantes, mais passivos e menos promíscuos, se o contacto estivesse enquadrado num relacionamento emocional e efetivo, numa atitude que vai para além do duplo padrão sexual, situando-se num padrão singular do sexo com afeto.

Alves (2006) considera que a convergência para o padrão singular dever-se-á ao elevado nível sociocultural dos inquiridos e às mudanças ideológicas que permitiram a modificação das representações sociais, no que concerne aos contextos científicos, religiosos e ideológicos da sexualidade que influenciaram a amostra de inquiridos, tal como postulado por Moscovici (citado por Alves, 2006).

## **Capítulo II – Erotofília/erotofobia**

### **2.1. Erotofília/erotofobia: atitudes ou uma dimensão da personalidade?**

Lopez e Fuertes (1989) distinguem claramente as atitudes relativamente à sexualidade daquela que é uma dimensão da personalidade, precisamente o constructo da erotofília/erotofobia.

As atitudes dizem respeito a um conjunto de opiniões, mais ou menos estáveis, sobre um determinado objeto, no caso vertente, a sexualidade, com um carácter, necessariamente avaliativo. São, portanto, um mediador entre a forma de pensar e de agir. O constructo erotofília/erotofobia, por sua vez, diz respeito ao nível de excitabilidade decorrente do estímulo sexual, conforme descrito por Fisher, Byrne, White e Kelley (1988). Apesar de se tratarem de conceitos distintos, não deixam de se complementar (López & Fuertes, 1989), pois o constructo da erotofília/erotofobia

encontra-se relacionado, tal como outros traços de personalidade, com atitudes e ideologias.

López e Fuertes (1989) consideram que as atitudes individuais sobre a sexualidade podem ser amplamente categorizadas em atitude conservadora e atitude liberal, mas não significa que o entendimento acerca das atitudes possa ser completamente linear, ainda mais quando dizem respeito à sexualidade, um tema complexo, e por isso, multifacetado que inclui os mais diversos domínios, pelo que é possível alguém assumir uma posição liberal num domínio, mas conservadora em outro.

De acordo com López e Fuertes (1989), as atitudes não são resistentes ao tempo, ou seja, aquela que é uma posição liberal agora, poderá ser tida como conservadora no futuro. E, individualmente, ao longo de uma vida, e consoante as experiências e aprendizagens, os indivíduos podem alterar as suas atitudes (López & Fuertes, 1989).

Dentro das duas atitudes mais amplas quanto à sexualidade, distinguem-se várias cambiantes, por conseguinte, e de acordo com López e Fuertes (1989), além da atitude conservadora, distinguem-se a atitude de interdição, de dependência, do falso naturalismo e a atitude conservadora integrada. No polo da atitude liberal, distinguem-se a atitude liberal individualista, a atitude liberal impositiva e a atitude liberal aberta (López & Fuertes, 1989).

A atitude conservadora prescreve uma sexualidade eminentemente e exclusivamente direcionada para a função reprodutora, tem, portanto, posição contrária ao divórcio, relações pré-conjugais, homossexualidade e bissexualidade, masturbação, aborto, uso de contraceptivos, direito à sexualidade dos idosos e dos deficientes. Dessa forma, os únicos comportamentos sexuais legítimos têm de estar enquadrados pelo casamento e devem privilegiar a reprodução (López & Fuertes, 1989).

A atitude conservadora até poderá admitir a necessidade e a validade da educação sexual, logo que orientada para o amor, consubstanciada numa educação para o casamento, em tudo o que isso implica: reprodução, cuidar dos filhos, família, etc. (López & Fuertes, 1989).

A atitude de interdição, como a própria designação indica, assenta na negação, repulsa, obsessão e culpa associada à sexualidade (López & Fuertes, 1989). Trata-se de uma atitude que nega a fantasia, o desejo e os comportamentos sexuais, os quais deverão estar confinados ao casamento e só com fins meramente reprodutivos, por isso, a utilização de contraceptivos não é admissível (López & Fuertes, 1989).

Segundo López e Fuertes (1989), a rigidez, como mecanismo de defesa contra estímulos externos e os impulsos internos da atitude de interdição, aliada ao controlo, leva à obsessão pela sexualidade, o que acarreta o desenvolvimento de um elevado nível de culpabilidade.

A atitude de dependência é mais frequentemente identificada entre pessoas com reduzido nível cultural, incapazes de tomar decisões autónomas em matéria de sexualidade, por falta de informação e o medo consequente, o que faz com que se submetam à autoridade daqueles que são tidos como entendidos na matéria.

Usualmente, tais entendidos são conservadores cujas normas são simples e claras, por se basearem em interdições, sem grandes explicações, muitas vezes sob a forma de receitas para a felicidade.

A atitude de dependência poderá considerar a utilidade da educação sexual, mas numa perspetiva instrutória, em que os entendidos fornecem as diretrizes para que os adotantes desta atitude tomarem as suas decisões. Paradoxalmente, reconhecem a complexidade da sexualidade, mas esperam que as respostas sejam sempre absolutas e exclusivas (certo ou errado ; bom ou mau) (López & Fuertes, 1989). Em tais

circunstâncias, e também de acordo com López e Fuertes (1989), os profissionais de saúde, mesmo que especialistas na matéria, atribuem sempre a última palavra aos moralistas que sancionam, ou não, os comportamentos sexuais.

A atitude designada por «falso naturalismo» racionaliza o medo subjacente à abordagem da sexualidade, com recurso ao discurso da «naturalidade» (López & Fuertes, 1989), uma forma de negação, segundo a qual, a sexualidade é «tão natural» que dispensa qualquer explicação, pois o instinto levará o indivíduo a descobrir, por si, o caminho para a sexualidade (López & Fuertes, 1989).

A negação expressa-se no silêncio, ou seja na tentativa de não comunicar sobre o tema. Ora, a ‘não-comunicação’ é também uma forma de comunicar, o equivalente à condenação social (tabu) associada à sexualidade.

A atitude conservadora integrada, segundo López e Fuertes (1989), diz respeito à adoção de posições conservadoras sobre os mais diversos temas subordinados à sexualidade, mas com uma conotação positiva, logo que enquadrada num sistema de relações afetivas estáveis. Trata-se de uma atitude que, apesar de conservadora, possui um elevado grau de tolerância relativamente a quem não partilha das mesmas referências.

No polo oposto, e tal como já foi referido, López e Fuertes (1989) distinguem a atitude liberal e as respetivas cambiantes.

Para López e Fuertes (1989), a atitude liberal defende o princípio, segundo o qual a sexualidade não deve estar reduzida e limitada ao seu fim reprodutivo, privilegiando também o prazer, a comunicação, a ternura, etc.

De acordo com a atitude liberal, cada indivíduo e casal deverá viver a sua sexualidade da forma que considerar mais conveniente, por conseguinte, o permitido, ou

o não permitido, deve ter como critério o juízo individual dos envolvidos (López & Fuertes, 1989).

A atitude liberal também caracteriza-se pela defesa de uma maior liberalização das Leis e dos costumes sociais (López & Fuertes, 1989).

Ao contrário da atitude de interdição e do «falso naturalismo», a atitude liberal releva a importância do estudo e da investigação científica sobre sexualidade, bem como a importância da educação sexual, tidos como recursos fundamentais para apoiar as pessoas na supressão da sua ignorância, com vista a alcançarem a liberdade.

Uma das variantes da atitude liberal é a atitude liberal individualista, segundo a qual o critério individual é o único regulador da moral dos comportamentos sexuais, com a possibilidade, inclusive, de prescindir dos critérios de outras pessoas envolvidas (López & Fuertes, 1989). Trata-se de uma atitude que preconiza a ausência de todo o tipo de regulação social dos comportamentos e da moral sexual (López & Fuertes, 1989).

A atitude liberal impositiva encontra-se associada a ideologias de esquerda que procuram as transformações sociais através da transformação da vivência da sexualidade (López & Fuertes, 1989).

López e Fuertes (1989) consideram que a atitude liberal impositiva resulta da transição de meios conservadores para uma atitude liberal militante, a partir da qual se pretende modificar as atitudes dos outros. Por isso, a educação sexual é perspectivada como um meio para atingir fins políticos (López & Fuertes, 1989).

Os indivíduos com uma atitude liberal impositiva fazem uma análise negativa do casamento e da família. A sexualidade é sobrevalorizada, pois é indicada como o único caminho para a felicidade pessoal e para a revolução social (López & Fuertes, 1989),

uma atitude que motivou o movimento histórico do *Sex-Pol* (Sexualidade e Política) e o movimento de maio de 68 (López & Fuertes, 1989).

A atitude liberal aberta considera que a sexualidade contém, em si, múltiplos fins (procriar, relacionar-se, formas de comunicação íntima, sentimentos e expressão de ternura, afetos e diferentes graus de compromisso, etc.). Portanto, a procriação é uma possibilidade – sempre baseada na responsabilidade e livre arbítrio – por isso, pode ser desejada ou evitada (López & Fuertes, 1989).

De acordo com a atitude liberal aberta, é legítimo e desejável procurar obter prazer, mas sem impor comportamentos aos outros, e sem que se cause dano (López & Fuertes, 1989). Ao contrário da atitude conservadora, tolera e aceita a vivência da sexualidade, por parte de minorias. E, ao contrário, quer da atitude de interdição e do «falso naturalismo», assume quando desconhece respostas relativas à sexualidade, pelo que procura o conhecimento para encontrar as respostas, sem recorrer a preconceitos infundados (López & Fuertes, 1989).

A atitude liberal aberta aceita e assume desejos, fantasias e sensações sexuais como algo natural, pelo que não alimenta medos e obsessões, contrariamente à atitude de interdição (López & Fuertes, 1989). Por isso, a educação sexual é valiosa para ultrapassar a ignorância, os medos, os erros e as dificuldades (López & Fuertes, 1989).

Indivíduos com uma atitude liberal aberta aceitam a sua sexualidade, e aceitam as vivências da sexualidade diferentes da sua (López & Fuertes, 1989).

López e Fuertes (1989), como referido anteriormente, assumem que estas tipologias de atitudes ou ideologias, não são conceitos equivalentes ao constructo da erotofilia/erotofobia, mas antes conceitos que se encontram associados.

O constructo da erotofilia/erotofobia corresponde a um *continuum* que expressa a forma como o indivíduo avalia, sente e age perante estímulos sexuais (López & Fuertes, 1989).

A erotofilia/erotofobia como uma dimensão da personalidade (Fisher et al., 1988) relaciona-se, na perspetiva de López e Fuertes (1989) com o grau de autoritarismo, no contexto da teoria da personalidade autoritária de Adorno, pelo que a ideologia conservadora autoritária associar-se-ia à erotofobia, enquanto a personalidade mais andrógena à erotofilia.

Para López e Fuertes (1989), a erotofilia/erotofobia depende da aprendizagem, mais precisamente, dos modelos que lhe servem de referência, assim como das experiências de vida, enquadradas num determinado contexto familiar, grupo de amigos e os meios de comunicação social.

Fisher et al. (1988) identificaram a erotofilia/erotofobia como uma dimensão da personalidade, a partir daqueles que são os fatores tidos como mediadores do efeito dos estímulos sexuais no comportamento sexual: as respostas afetivas associadas a uma variedade de pistas sexuais que se cristalizam (estabilizam) em atitudes e avaliações, as respostas informativas (crenças e expectativas) relevantes para a sexualidade e que são aprendidas, como as fantasias, fruto da criação de um imaginário que envolve temas sexuais.

De acordo com Fisher et al. (1988) estes fatores são independentes, mas interagem, quer quando o comportamento sexual é iniciado por estímulos externos, quer por estímulos internos. São, pois, traços que funcionam em termos de generalidade, persistência e consistência, pelo que são úteis para prever o comportamento sexual. É esse constructo que, segundo Fisher et al. (1988), e mais precisamente o da erotofilia/erotofobia que permite determinar a disposição para responder a pistas

sexuais, consoante um *continuum* entre a ‘filia’ e a ‘fobia’ com o respetivo carácter avaliativo.

Larsen, Reed e Hoffman (citados por Fisher et al., 1988) concluíram que indivíduos erotofílicos evidenciam atitudes positivas relativamente à masturbação e são menos homofóbicos comparativamente a indivíduos erotofóbicos.

Byrne e White (citados por Fisher et al., 1988) teorizaram que a erotofilia e a erotofobia têm antecedentes na história da socialização dos indivíduos, mais precisamente, nas pistas sexuais e as suas associações emocionais, castigos e recompensas. Como a atividade sexual é, inerentemente, recompensadora, a erotofilia é a disposição generalizada, contudo, contrariada pelas normas sociais que impõem castigos às atividades sexuais.

A erotofobia surge associada à educação parental mais restritiva no que concerne à sexualidade, de forma a promover a culpa, medos, inibição e atitudes conservadoras e, por conseguinte, o evitamento da masturbação, estímulos eróticos (pelo menos, para as mulheres) e de múltiplos parceiros sexuais antes do casamento.

Uma socialização primária (na família) mais restritiva acerca da sexualidade não é, necessariamente, percebida, pelos princípios erotofóbicos, como negativa, antes pelo contrário, os indivíduos erotofóbicos avaliam positivamente os seus progenitores, inclusive o conhecimento sexual que possuem. Essa perceção pode ser o efeito dos seus valores ou pode resultar do autoritarismo dos erotofóbicos, o qual lhes impede de expressar qualquer indício de negatividade para com os seus progenitores.

O constructo da erotofilia/erotofobia tem implicações significativas nos comportamentos sexuais de saúde. Contudo, e ao contrário do que seria exetável, Barlow (citado por Fisher et al., 1988) considera que é problemático associar as

disfunções sexuais à erotofobia, pois é difícil determinar se será a sua causa ou consequência.

Yarber e Fisher (citados por Fisher et al., 1988) concluíram que indivíduos erotofílicos envolvem-se, mais facilmente, em autoexames da mama, marcam consultas ginecológicas mais facilmente e implicam-se, com maior facilidade, em comportamentos preventivos face a IST.

Considerando que, de acordo com Byrne (citado por Fisher et al., 1988), a utilização eficaz de contraceptivos depende da aprendizagem que os indivíduos empreendem relativamente à sexualidade e contraceção, da antecipação que conseguem fazer da relação sexual, da aquisição de contraceptivos, da negociação da contraceção com o parceiro e com a sua utilização correta e consistente. Para os indivíduos erotofóbicos, segundo Fisher e Kelley (citados por Fisher et al., 1988), é mais difícil aprender acerca da sexualidade e contraceção, pois o contacto com tal informação, devido à sua natureza, desencadeia respostas emocionais que dificultam ou inibem o processamento da informação que é contrária a uma das dimensões da sua personalidade.

Os indivíduos erotofóbicos evidenciam também dificuldades em antecipar as suas relações sexuais, pois tendem, de acordo com Fisher (citado por Fisher et al., 1988), a subestimar a possibilidade de se envolverem em relações sexuais. Além dessa dificuldade, e conforme os resultados e conclusões de Fisher et al. (citados por Fisher et al., 1988), os indivíduos erotofóbicos têm maior dificuldade em comunicar e transmitir mensagens com conteúdo sexual.

Para Fisher et al. (citados por Fisher et al., 1988), os indivíduos erotofílicos evidenciam não só maior atividade sexual, como também planeiam a utilização de contraceção.

Fisher et al. (citados por Lewis, Neighbors & Malheim, 2006) defendem, contudo, que os indivíduos erotofílicos são mais suscetíveis a comportamentos sexuais de risco, moderados, apesar de tudo, pela sua maior facilidade em negociar a utilização do preservativo, a sua maior preocupação acerca do estado serológico do parceiro e pela maior probabilidade de procurarem serviços de saúde.

Fisher et al. (citados por Fisher et al., 1988) também concluíram que indivíduos erotofílicos tendem a prolongar o tempo de exposição a estímulos eróticos e têm maior facilidade em recordar e relatar tais estímulos, comparativamente a indivíduos erotofóbicos.

Para Schneider e Shiffrin (citados por Macapagal & Janssen, 2011), a grande maioria das investigações sobre os efeitos ou consequências do comportamento sexual têm incidido na experiência consciente. As implicações emocionais – negativas ou positivas – podem ser ativadas automaticamente, sendo que esses processos automáticos ocorrem fora da esfera consciente do indivíduo e são iniciados, sem consciência, por ação de estímulos.

De acordo com Fazio e Olson (citados por Macapagal & Janssen, 2011), o processamento automático implica uma série de encadeamentos de redes de memórias e, por isso, facilita o acesso a cognições, emoções e significados.

Para Macapagal e Janssen (2011) tanto a erotofilia como a erotofobia ativam, de forma automática, o acesso a significados sexuais, são, portanto, traços que se predispõem ao processamento automático. Não obstante disso, a erotofilia facilita o acesso a significados positivos ao nível do processamento automático.

Macapagal e Janssen (2011) concluem que se poderia, nesse sentido, esperar que a erotofobia facilitasse o acesso a significados sexuais negativos, de forma automática,

mas não é isso que ocorre, porventura, porque esses significados sexuais, para a erotofobia, são gerados e tratados a um nível consciente.

É, pois, para Macapagal e Janssen (2011) problemático concluir que indivíduos erotofílicos acedem automaticamente a significados sexuais positivos, e que indivíduos erotofóbicos acedem aos significados sexuais negativos, a um nível consciente, até porque os indivíduos combinam os constructos da erotofilia/erotofobia conforme os estímulos sexuais.

Numa adaptação da teoria do comportamento sexual sequencial de Byrne (citado por Kelley, 1985), as crenças, atitudes e as experiências de socialização interagem com os estímulos eróticos externos numa relação sequencial que influencia o envolvimento com o estímulo sexual externo e determina o comportamento.

O contexto social e histórico é aparentemente um fator determinante para a construção da personalidade e na promoção ou inibição de comportamentos sexuais. Para Lewis, Neighbors & Malheim (2006), as normas sociais têm vindo a moderar os comportamentos individuais. Assim, sempre que as normas sociais se transformam, os comportamentos individuais também acompanham essa transformação.

## **2.2. Erotofilia/erotofobia: diferenças entre géneros**

Fisher et al. (1988) identificaram, desde que distinguiram o constructo da erotofilia/erotofobia, diferenças entre géneros através da aplicação da escala utilizada para a sua avaliação individual, o questionário de opiniões sexuais.

Segundo Fisher et al. (1988), dados transversais a amostras de estudantes e não-estudantes, assim como a todas as culturas, indicam que indivíduos do sexo masculino dão respostas mais positivas, próximas da erotofilia, comparativamente a indivíduos do

sexo feminino. Tal poder-se-á dever a alguns itens da escala com orientação mais masculina, a normas que impeçam os indivíduos do sexo feminino de expressarem os seus interesses sexuais e a diferenças avaliativas entre géneros. Portanto, na perspectiva de Fisher et al. (1988), dever-se-á refletir se a erotofilia/erotofobia se desenvolve e funciona da mesma forma, em homens e mulheres.

Para Myerson (citado por Fisher et al., 1988), no caso dos homens, a adoção do papel tradicionalmente masculino contribui para uma sobrevalorização das preocupações acerca do desempenho sexual, o que aumenta a ansiedade de desempenho, uma ansiedade que se expressa em respostas erotofóbicas. No caso das mulheres, a passividade que contribui para a inibição do prazer sexual, promove a erotofobia.

Walfish e Myerson (citados por Fisher et al., 1988) consideram que homens e mulheres andrógenos usufruem e assumem a sua sexualidade e, por isso, têm uma orientação mais erotofílica.

Fisher et al. (1988) concluíram que as mulheres erotofílicas demonstram maior interesse sexual, atividade, satisfação e avaliam positivamente a experiência durante a gravidez, comparativamente a mulheres erotofóbicas.

Homens erotofílicos masturbam-se com maior frequência e têm mais experiências heterossexuais durante a gravidez (Fisher et al., 1988). Dois ou três meses após o parto, as mulheres erotofílicas têm maior interesse na atividade sexual, reassumem a atividade sexual, e masturbam-se. Além disso, amamentam mais facilmente os seus filhos (Fisher et al., 1988). Fisher e Gray (citados por Fisher et al., 1988) acrescentam, ainda, que os homens erotofílicos também assistem ao parto com maior facilidade.

Relativamente a comportamentos sexuais de saúde, as mulheres erotofílicas, segundo Fisher et al. (citados por Fisher et al., 1988), adquirem contraceptivos com maior facilidade, comparativamente a mulheres erotofóbicas.

Fisher (citado por Fisher et al., 1988) apresenta resultados indicativos de que a utilização de contraceptivos é mais inconsistente entre mulheres e homens erotofóbicos.

Walker (citado por Fisher et al., 1988) apresenta resultados que permitem inferir que as mulheres erotofílicas fantasiam mais frequentemente durante a masturbação, têm maior facilidade em descrever as suas fantasias e descrevem-nas mais explicitamente comparativamente às mulheres erotofóbicas.

Quanto à distinção entre homens erotofílicos e erotofóbicos relativamente ao seu imaginário sexual, Kelley (citado por Fisher et al., 1988) concluiu que só se distinguem relativamente ao grau de explicitação das suas fantasias.

Gilbert e Gamache (citados por Fisher et al., 1988) obtiveram resultados indicadores de que os homens heterossexuais obtêm pontuações mais baixas nas atitudes heterofóbicas e elevadas nas atitudes homofóbicas. Os homens homossexuais evidenciam pontuações mais elevadas nas atitudes heterofóbicas e mais baixas nas atitudes homofóbicas.

### **Capítulo III – Educação sexual**

#### **3.1. Os primórdios da educação sexual em Portugal**

Em Portugal, as primeiras evidências acerca da importância atribuída à educação sexual remontam aos finais do século XVIII, mas com maior relevância a partir de finais do século XIX. Uma educação sexual muito diferente, nos seus objetivos, se comparada com a educação sexual atual, pois detinha uma finalidade exclusivamente higienista ou até espiritual, tal como é referido por Brás (citado por Sousa, 2012).

Para Pacheco (2012), a educação sexual começa a ser objeto de preocupação, a partir do último quartel do século XVIII, mas a sua difusão só tem início no princípio do século XX (cursos, congressos, conferências, livros, palestras, inquéritos, filmes e legislação) (Pacheco, 2012).

Francisco Manuel de Melo (citado por Pacheco, 2012) publica em 1651 “A carta de guia para casados” com o propósito de incentivar a amamentação materna (Pacheco, 2012)

Em 1759, o Dr. José Lopes Baptista publica “Prendas de adolescência” com a preocupação exclusiva de tratar as diferenças anátomo-fisiológicas entre sexos (Pacheco, 2012).

Ribeiro Sanches, em 1763, publica “As cartas sobre a educação sexual da mocidade” que recomendava uma abordagem às questões sexuais nas escolas, mas com um entendimento implícito de que os rapazes deveriam ser melhor elucidados do que as raparigas, para evitar o que eram entendidos como «outros males» (Pacheco, 2012).

Em termos públicos, mas sempre de forma implícita, a educação sexual (ou a falta dela) era tida em conta, como por exemplo, Eça de Queiroz cujas personagens dos seus romances ilustravam as consequências da falta de educação sexual ou de uma educação sexual deturpada, expressa nos comportamentos tidos como descontrolados da libido consubstanciados em “O crime do padre Amaro”, na personagem do padre Amaro Vieira (Pacheco, 2012).

Numa época em que a escola era encarada como um agente fundamental para a correção de hábitos (Sousa, 2012), não é de estranhar que em 1899 fosse reconhecida a importância da introdução do ensino da Higiene nos liceus, pelo Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose (Sousa, 2012), mas sempre na perspetiva da «higiene da

alma», segundo a qual, a moral se expressa na força para dominar a vontade e disciplinar comportamentos, com o intuito de contrariar a doença (Sousa, 2012).

A disciplina dos comportamentos como meio para a purificação da alma já remontava à época de D. António Melo (citado por Sousa, 2012), o defensor da educação da vontade, mas de livre vontade, uma paradoxal forma de regulação.

A sexualidade que era domínio exclusivo da religião passa, gradualmente, também em Portugal, para o domínio da medicina, ao longo do século XIX, com expressão máxima na publicação de ‘A vida sexual’, de Egas Moniz em 1901 (Sousa, 2012).

Durante o século XIX, Fialho de Almeida (citado por Pacheco, 2012) criticava a educação sexual nos colégios para raparigas ricas e os ensinamentos dados às pobres sobre práticas de sedução.

Em 1915, a Liga Portuguesa da Cruz Branca procurava combater o que se entendia ser a imoralidade sexual, por via de uma abordagem da sexualidade por analogia com a realidade do reino animal e vegetal, e condenando a masturbação (Pacheco, 2012).

A primeira República trouxe em 1919 o regime de coeducação nas escolas, abolido, porém, em 1926, resultado do golpe militar que deu origem ao Estado Novo (Pacheco, 2012).

À época, início do século XX, a pedagogia sexual assumia três formas: a de inspiração naturalista, segundo a qual a criança não tinha qualquer «maldade» intrínseca, pelo que bastaria instruí-la; a clássica, uma perspetiva defensora da ignorância como um bem para evitar a perversidade; e a abordagem da iniciação progressiva que pugnava por uma educação sexual que abrangesse tanto rapazes como raparigas (Pacheco, 2012).

Não obstante o progresso na abordagem ao tema, na realidade, nas escolas, no início do século XX, gerem-se, sobretudo, silêncios e tenta-se responder a perguntas que se

adivinham, mas que nunca se assumem, mesmo assim, de acordo com Bretes (citado por Sousa, 2012) questões exclusivamente relacionadas com a fisiologia e patologia da vida sexual.

Para compreender a manutenção do silêncio sobre a ignorância e preocupações morais acerca da sexualidade é crucial conhecer um percurso sinuoso e feito de discursos não assumidos e dúbios acerca da educação sexual, até que se tornasse um tema público e publicado.

É no período entre a primeira República e o Estado Novo que Faria de Vasconcelos, em 1923, publica “Lições de Pedagogia” em que condena o secretismo em torno da sexualidade, um secretismo que, na sua opinião, não evitava riscos (Pacheco, 2012).

Em 1923, Amadeu de Almeida Rocha assume que a educação sexual era útil como meio de prevenção da precocidade sexual e do laxismo dos costumes (Pacheco, 2012), uma opinião contrária à do jornalista, Adelino Mendes, que defendia que o silêncio acerca da informação sexual que servisse exclusivamente para promoção da castidade deveria ser substituído por uma educação, em meio escolar, da responsabilidade dos médicos e que procurasse prevenir a devassidão e a sífilis (Pacheco, 2012).

No início da década de 30 do século XX, os médicos começam a dominar cada vez mais o conhecimento acerca da sexualidade, a partir do combate contra a «patologia sexual», fundamentalmente, a sífilis (Sousa, 2012). Portanto, a medicina passa a mediar comportamentos através de caminhos higienistas.

Almerindo Lessa, também na década de 30 do século XX, com a publicação da ‘Educação sexual da mocidade’, e apesar do carácter inovador da abordagem ao tema, apresenta uma posição dúbia relativamente à sexualidade antes do casamento, da mesma forma como era dúbio sobre se esta castidade se aplicaria quer a homens, quer a mulheres (Pacheco, 2012).

Almerindo Lessa lançou publicamente o tema da educação sexual, ao publicar um artigo intitulado “Educação sexual”, no jornal “O Século”, de 31 de março de 1931 (Pacheco, 2012).

Esta abordagem pública sobre o tema foi, de facto, um avanço, acompanhada pelo gradual protagonismo da medicina no seu tratamento. Contudo, o médico, na escola, agia de forma a prestar uma educação sexual individualizada para, alegadamente, não despertar a curiosidade dos outros (Sousa, 2012).

A Constituição de 1933 foi determinante na transmissão de uma ideologia hegemónica que se baseava nos princípios da Nação, bem-comum, família e moral, os quais se traduziam na tríade: Deus, Pátria e Autoridade, e que dava suporte a um regime político que reforçava o mito da ordem corporativa, expressa naquela que era considerada a ordem natural das coisas (Sousa, 2012).

No entanto, em 1932, a Liga da Profilaxia Social e Jaime Brasil (citados por Pacheco, 2012) defendiam a educação sexual nas escolas, e um ano mais tarde, Geraldino Brites (citado por Pacheco, 2012) defendia que a educação sexual deveria contribuir para o processo de tomada de consciência individual, para que esta orientasse e guiasse o indivíduo no seu comportamento e ética sexual (Pacheco, 2012)

O indivíduo, para Brites (citado por Pacheco, 2012), apesar de autónomo, era o destinatário da informação que permitira moldar o seu comportamento, para que evitasse a perversidade, a patologia, a anormalidade, os excessos, e para controlar os seus instintos. Portanto, tratava-se de uma instrução sexual centrada unicamente na transmissão de informação requerida pelo indivíduo, sem esconder factos e sem mentir.

Pio XI criticava a educação sexual (Pacheco, 2012), e no Congresso do Matrimónio Cristão, conforme referido por Pais (citado por Pacheco, 2012) propôs-se a substituição da educação sexual pela educação da pureza, com o intuito de condenar qualquer

demonstração pública de imoralidade e leituras, alegadamente, «perigosas» (Pacheco, 2012).

A Igreja pugnava pela abordagem da sexualidade controlada para preservação da pureza, com vista a evitar a devassidão e o pecado, enquanto outras correntes consideravam que a educação sexual dever-se-ia basear na ciência, na ética, e com início antes da puberdade, pelos pais e professores, naquela que é uma abordagem muito próxima da atual, em que às ciências naturais se acrescenta a dimensão psicológica (Pacheco, 2012), sem deixar contudo, de se assumir como uma educação da vontade (Pacheco, 2012).

Já à época, as polémicas sobre a educação sexual eram motivo para a sua omissão nas escolas (Pacheco, 2012). Entretanto, discutia-se o ‘quando’, o ‘como’ e o ‘quem’ no contexto da educação sexual (Pacheco, 2012).

O ‘quando’ seria aos 11 ou 12 anos de idade, o ‘como’, de forma individualizada, na infância – antes da entrada na escola – pela mãe, e na escola, em grupo. Havia quem considerasse que deveria ocorrer através de conferências, palestras, filmes e imagens (Pacheco, 2012), e o ‘quem’, por médico (fonte científica), professor (fonte filosófica) e o padre (fonte moral).

Para Lessa (citado por Pacheco, 2012), a educação sexual deveria considerar o desenvolvimento intelectual da criança e a maturidade para lidar com as emoções. Nesse sentido, aos 6-7 anos de idade dar-se-ia o primeiro «salto» no desenvolvimento físico e psíquico, assim como aos 13-14 anos de idade, pelo que o período entre estes dois «saltos» no desenvolvimento individual, seria o ideal para a instrução sexual

Considerando tais aspetos, a educação sexual deveria ter finalidade ética, sem desconsiderar a higiene sexual, autocontrolo passional e o conhecimento da vida sexual (Pacheco, 2012).

O modelo de teor mais científico tinha uma preocupação de carácter eugénico, com vista à criação de um novo homem, alicerçado na moral, responsável pelo autocontrolo através da depreciação do instinto, o qual deveria ser sublimado (Pacheco, 2012). O instinto seria, dessa forma, uma característica dos «homens maus» e a moral dos «homens bons» (Pacheco, 2012).

Este controlo da vontade, do instinto, seria feito pela escola, entidade e meio privilegiado para aperfeiçoar e treinar a vontade para alcançar a purificação (Pacheco, 2012).

A grande diferença entre a educação sexual do início do século XX e a atual, reside fundamentalmente na omissão, ou na condenação da homossexualidade e na proibição e controlo da masturbação, bem como uma dualidade de critérios, mais ou menos assumida, quanto à virgindade pré-marital masculina e feminina.

Em 1957 é introduzida a escolaridade mínima obrigatória, com a duração de quatro anos, mas exclusivamente destinada a indivíduos do sexo masculino, a sua abrangência ao sexo feminino só se verificará em 1960 (Sousa, 2012).

Segundo Sousa (2012), a guerra colonial, em 1961, um pouco à semelhança das consequências sociais da II Guerra Mundial, é responsável por um conjunto de transformações sociais, nomeadamente aquelas respeitantes ao papel da mulher na sociedade.

No entanto, para Sousa (2012), por decreto de 1965, o ensino é explicitamente assumido como orientado pelos princípios cristãos tradicionais do país, estando vinculado à Concordata entre o Estado e a Santa Sé (1940). Por conseguinte, os conhecimentos científicos alcançados eram tidos como perigosos, sempre que não estivessem subjugados à moral religiosa.

O modelo da sexualidade com fins exclusivamente reprodutivos persistia na década de 60 do século XX, um modelo que reforçava a figura da mulher submissa e conformada ao seu papel social (Sousa, 2012). Aliás, o Código Civil de 1966 ainda previa o homem como «chefe de família», e só em 1969, a mulher portuguesa passa a poder deslocar-se, sem licença do marido, para fora do país (Sousa, 2012).

Em 1967 é criada a Associação para o Planeamento da Família (APF), com o objetivo de integrar o planeamento familiar nos serviços de saúde, um meio para contrariar a elevada mortalidade infantil, morte e morbilidade maternas e o recurso frequente ao aborto, dada a ausência de contraceção eficaz e de serviços de planeamento familiar (Sousa, 2012).

Em 1973 é formada a Comissão sobre Educação e Sexualidade que recomenda a não omissão dos órgãos genitais nos manuais escolares e a coeducação, mas é rapidamente extinta (Sousa, 2012).

### **3.2. A educação sexual na era da democracia**

Com a Constituição da República de 1976 é consagrado o direito à paternidade consciente (Art. 67.º), um direito que deu origem à criação de consultas de planeamento familiar nos serviços de saúde (Sousa, 2012).

Mais tarde, em 1984, através da Lei n.º 3/84, é introduzida, formalmente, a educação sexual em meio escolar. Os programas escolares passam a contemplar conteúdos relacionados com a anatomia, fisiologia, genética e sexualidade humana (Sousa, 2012), e é assegurada formação inicial, em matéria de educação sexual, aos docentes.

Com a Constituição da República de 1976 é suprimida a discriminação em razão de sexo e a divisão tradicional de funções entre homens e mulheres que lhe estava associada (Sousa, 2012).

É nesta época que o acesso a planeamento familiar passa a ser gratuito e é iniciada uma política de divulgação dos métodos contraceptivos, bem como o estudo e tratamento da esterilidade, pela prática da inseminação artificial. São ainda definidas as condições para a esterilização voluntária e são instalados os primeiros centros de atendimento para jovens (Sousa, 2012).

Com o objetivo de melhorar a operacionalização da educação sexual em meio escolar, a Lei n.º 46/86 prevê a possibilidade da abordagem da temática na ‘Área Escola’, uma área não-disciplinar (Sousa, 2012).

Depois da integração dos conteúdos em educação sexual na área não-disciplinar da ‘Área Escola’, é também no início da década de 90 do século XX que a educação sexual é integrada globalmente na disciplina de ‘Desenvolvimento Pessoal e Social’.

É também no início da década de 90 que, nos Açores, o Governo Regional impede a difusão da imagem conhecida como «preservativo voador», integrada numa campanha de âmbito nacional, da responsabilidade da Comissão Nacional Contra a SIDA, com o objetivo de promover, publicamente, a utilização do preservativo como recurso para a prevenção da disseminação do VIH/SIDA.

Em 1993, pelo Despacho n.º 172/ME/93, de 23 de julho é definido o Programa de Promoção e Educação para a Saúde (Sousa, 2012).

Em 1994, Portugal, através da Rede Nacional de Escolas Promotoras da Saúde, adere à Rede Europeia de Escolas Promotoras da Saúde (Sousa, 2012).

No ano letivo 1995/96 é dado início ao projeto experimental em educação sexual em cinco escolas, em parceria com a APF, com o apoio do Ministério da Saúde (DGS) que

emana orientações técnicas sobre educação sexual, dando origem à publicação que inspirará os mais diversos projetos em educação sexual por todo o país durante uma década, a “Educação sexual em meio escolar – Linhas orientadoras” (Sousa, 2012).

É nesse mesmo ano (1998) que, nos Açores, é reprovada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma proposta de adaptação à Região da Lei n.º 3/84, de 24 de março por alegada inadequação técnica da proposta, por transpor para a figura de Decreto Legislativo Regional uma regulamentação de uma Lei da República. Só em 2000, uma nova proposta é, então, aprovada, a qual contemplou a adaptação não só da Lei n.º 3/84, de 24 março, como também da Lei n.º 120/99, de 11 de agosto.

O primeiro Referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, em 1998, suscitou novamente a atenção da opinião pública para a importância da educação sexual, e em 1999, a Lei n.º 120/99, de 11 de agosto contempla medidas de promoção da educação sexual, entre as quais a criação de gabinetes de apoio aos alunos nas escolas em saúde escolar e reprodutiva, incluindo a prevenção de IST (Sousa, 2012).

É no ano letivo de 1998/1999 que surge o primeiro projeto, apesar de caráter experimental, numa escola da Região Autónoma dos Açores, na Escola Básica do 3.º ciclo e Ensino Secundário das Laranjeiras, em Ponta Delgada, com o apoio da Direção Regional da Educação.

Em 2000, no âmbito da revisão curricular no ensino secundário, o Conselho Nacional de Educação (CNE) encontra na ‘Área de Projeto’ uma oportunidade para a introdução de temáticas da esfera pessoal e social, com maior garantia de tal vir a acontecer na ‘Educação para a Cidadania’ (Sousa, 2012).

O Despacho n.º 19737/2005, de 15 de junho, o antecessor daquela que será a Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto, assume que a educação para a saúde, a sexualidade e os afetos são uma responsabilidade da escola (Sousa, 2012). É então criado um grupo de trabalho,

no âmbito da Direção Geral do Desenvolvimento e Inovação Curricular a quem competirá definir as diretrizes para os programas de educação sexual em meio escolar, na perspetiva da promoção da saúde escolar (Sousa, 2012), para dar resposta àquelas que eram (e são) as dificuldades de aplicação nas escolas e devido à sensibilidade da opinião pública relativamente ao tema (Sousa, 2012). Por tais razões, era importante definir um modelo de aplicação com a orientação técnica de especialistas (Sousa, 2012).

Em 2007, o relatório do progresso do grupo de trabalho preconizava que as escolas deveriam promover, obrigatoriamente, uma sessão mensal na área específica da sexualidade, devidamente avaliada (Sousa, 2012). Dessa forma, entre os 6.º e os 9.º anos de escolaridade, dever-se-á abordar a fisiologia humana, ciclo menstrual e ovulatório, a sexualidade, em toda a sua complexidade e sensibilidade que integra valores e uma dimensão ética (Sousa, 2012).

É também recomendado que, entre os 6.º e 9.º anos de escolaridade, se aborde o uso e se facilite a acessibilidade a métodos contraceptivos, se dê a conhecer os seus mecanismos de ação, epidemiologia, prevalência das principais IST em Portugal e no mundo e métodos de prevenção, a interrupção voluntária da gravidez, as suas consequências e significados, bem como das taxas e tendências da maternidade na adolescência (Sousa, 2012).

Portanto, na viragem do século XX para o século XXI, a educação para a sexualidade é tida como de particular importância, pois muitos alunos já iniciaram a sua vida sexual, devendo-se incentivar o debate aberto baseado na informação correta, acompanhado por um quadro ético de referência que tenha em conta o respeito, a atenção e o sentido do ‘outro’, a responsabilidade associada aos comportamentos, a condenação de todas as formas de violência sexual e a aceitação de diferentes comportamentos sexuais.

A educação sexual destinada a grupos é complementada pela intervenção de cariz mais individualizada através dos gabinetes nas escolas, com garantia de privacidade, organizados com a participação ativa dos alunos, e em colaboração com as estruturas e serviços de saúde da comunidade, onde os jovens possam obter respostas e, se for caso disso, encaminhados para serviços de saúde especializados.

É também nesta altura (2007) que nos Açores, e face a taxas de maternidade na adolescência persistentemente elevadas, sensivelmente o dobro da média nacional, que já de si constitui uma das médias mais elevadas da Europa comunitária, que o Governo Regional encomenda um estudo a entidade reconhecida na matéria que procurasse traçar um diagnóstico sobre os fatores determinantes e subjacentes às elevadas taxas verificadas na Região, por recomendação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Em 2007, é realizado o segundo Referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, com outro resultado, assinalando um conjunto de transformações que se deram na sociedade. E mais uma vez, a educação sexual ganhou novo alento social e, por isso, também interesse político, consubstanciado na Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto (Sousa, 2012) que acata aquelas que foram as recomendações emanadas pelo grupo de trabalho anteriormente referido.

Nos ensinos básico e secundário, a Educação para a Saúde é introduzida nas áreas curriculares não-disciplinares, bem como nas áreas curriculares disciplinares, sem prejuízo para a transversalidade (Sousa, 2012).

É estipulada uma carga horária mínima de 6 horas para os 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, 12 horas para o 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário, com inclusão obrigatória de conteúdos nos projetos educativos (Sousa, 2012).

O diretor de turma, professor responsável pela educação para a saúde e educação sexual e os restantes professores devem elaborar, no início do ano letivo, o projeto de educação sexual de turma (Sousa, 2012).

A Lei n.º 60/2009 ainda estipula que deve ser a escola a designar um professor-coordenador da educação para a saúde e educação sexual que tem à sua conta uma equipa interdisciplinar. Essa equipa gere o gabinete de informação e apoio ao aluno, assegura a implementação dos conteúdos curriculares, envolve a comunidade educativa e organiza iniciativas de complementaridade curricular (Sousa, 2012). A formação de docentes é assegurada pelo Ministério da Educação (Sousa, 2012).

A Lei n.º 60/2009 foi regulamentada pela Portaria n.º 196-A/2010, de 9 de abril que definiu aqueles que são os objetivos mínimos a atingir em cada ciclo de ensino, as formas de articulação entre os 3 ciclos de ensino, no que diz respeito aos conteúdos, assim como as competências que cada aluno deverá alcançar no final de cada ciclo relativamente à educação sexual (Sousa, 2012).

Pese embora algumas vicissitudes recentes no trajeto da educação sexual em meio escolar, o Decreto-Lei n.º 18/2011, de 2 de fevereiro veio reforçar a orientação da ‘Educação para a Cidadania’ para a saúde e sexualidade (Sousa, 2012), bem como o Decreto-Lei n.º 50/2011, de 8 de abril que garante um tempo letivo para a ‘Formação Cívica’, contudo uma proposta posterior, incluiu a possibilidade de extinção desta área curricular (Sousa, 2012).

Nos Açores, o Decreto Legislativo Regional n.º 8/2012/A, de 16 de março, adaptou, sem alterações significativas e sem grande celeuma parlamentar, a Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto, tendo sido, posteriormente regulamentada, também sem alterações de grande monta, pela Portaria n.º 100/2012, de 28 de setembro e a Portaria n.º 105/2012, de 12 de outubro.

Sete anos após a publicação da Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto, a avaliação do seu processo de implementação ainda não foi feita (Sousa, 2012), o que para Figueiredo (citado por Sousa, 2012) não é mais o corolário da ausência de resultados, fruto da investigação aplicada em Portugal sobre a educação sexual, pelo que muitos especialistas optam por se refugiar nos resultados de estudos internacionais. No entanto, não será correto concluir sobre a inexistência de estudos sobre a aplicação da educação sexual em meio escolar em Portugal.

Num estudo recente, Rosa e Marques (2012) traçam aquele que é o «estado da arte», e concluem que o conhecimento sobre os aparelhos reprodutores é reduzido, ao contrário dos conhecimentos sobre a fisiologia da reprodução, IST, contraceção e direitos sexuais. Apesar do maior conhecimento acerca da conceção, contraceção e IST, esse conhecimento é incompleto, mais concretamente acerca da possibilidade da gravidez por ejaculação sobre a vulva, a determinação do início do período fértil e o preservativo como único método de prevenção ao contágio pelo VIH.

Rosa e Marques (2012) concluíram que os professores são tidos como as principais fontes de informação (recolhem 76,3% das referências), a seguir vêm os amigos (61,2% das referências), seguem-se a TV e os filmes (45,5% das referências), de seguida as mães (43,1% das referências) e, por fim, a internet (40% das referências).

No que concerne aos temas que suscitam maior interesse nos alunos, os resultados de Rosa e Marques (2012) indicam que são: os métodos contraceptivos, as IST, as transformações físicas ocorridas na adolescência e a conceção.

Ao contrário daquelas que são as orientações recomendadas acerca da metodologia a adotar, os resultados obtidos por Rosa e Marques (2012) indicam que os alunos esperam que conteúdos de educação sexual sejam transmitidos em sessões orientadas de forma

diretiva pelos formadores, com menos participação dos alunos e através do método expositivo coadjuvado pela exibição de filmes alusivos à matéria.

As raparigas estão mais interessadas na temática da ‘masturbação e orgasmo’, e os rapazes mais interessados no tema ‘aborto’ (Rosa & Marques, 2012), naquela que parece ser uma tendência para o padrão singular do comportamento sexual, por via de um maior interesse pelo prazer sexual, por parte das raparigas, e da reprodução, por parte dos rapazes. Aliás, o marco que dá início à puberdade, ao processo de amadurecimento físico e reprodutivo dos homens e mulheres, é distinto em função do género. Para as raparigas é a menstruação associada à reprodução, acompanhada pela sensação de dor, enquanto para os rapazes, as poluções noturnas, as primeiras ereções e a masturbação constituem marcos iniciáticos também associados à reprodução, mas acompanhados pela sensação de prazer.

A crítica feita por Figueiredo (citado por Sousa, 2012) pode não corresponder, por completo, à realidade, mas pode, porventura, ser justa quanto aos conteúdos, objetivos e aos procedimentos subjacentes à avaliação, tal como é indicado por Ingham (2005), ao defender que a avaliação acerca do impacto da educação sexual, mesmo aquela que se concentra na transmissão da informação factual, é limitada àquilo que interessa diretamente em termos de saúde.

Para Ingham (2005), os parâmetros da avaliação da educação sexual não incluem outros aspetos psicossociais que são determinantes na adoção de atitudes e comportamentos sexuais seguros e, sobretudo, consistentes. Por exemplo: a comunicação com o(a) parceiro(a), nível de coercividade, relações de poder, utilização efetiva do preservativo, avaliação emocional subjetiva pós-relação sexual ligada ao arrependimento, etc.

Brick (1991) critica um modelo de educação sexual que, apesar de considerado como holístico, é demasiado medicalizado, muitas vezes tratado de forma análoga a outras temáticas, como as drogas e o álcool, com enfoque exclusivo nos perigos, sem uma abordagem que inclua a sexualidade como uma parte normal da vida e como fonte de prazer, e à qual falta considerar a sua complexidade histórica, social e pessoal. Por isso, os critérios para a avaliação do sucesso dos programas de cariz holístico (ou biográfico), passam, sobretudo, pela redução da ocorrência de comportamentos sexuais de risco, aumento de conhecimentos e das competências comportamentais (auto-eficácia) relacionados com a assertividade, principalmente, para as raparigas (Ingham, 2005).

Para Ingham (2005), os modelos baseados somente na abstinência sexual, e mais especificamente, nos juramentos de virgindade, aparentemente contribuem para o adiamento da primeira relação sexual, mas falham na manutenção da virgindade até ao casamento (88%) e, principalmente, na prevenção das IST. Aliás, nas comunidades onde predominam os juramentos de virgindade, as taxas de incidência de IST, segundo Brückner e Bearman (citados por Ingham, 2005) são o dobro comparativamente a outras comunidades.

Ingham (2005) considera que o prazer tem sido excluído dos modelos de educação sexual, inclusive todas as variantes, para além da penetração, naquele que é um claro sinal de predominância de um modelo heterossexualista.

## **PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO**

### **Capítulo IV – Método**

#### **4.1. Introdução e opções metodológicas**

No estudo foi utilizado um plano pós-facto com grupos critério, pelo que os indivíduos dividiram-se consoante a variável independente (terem usufruído, no seu passado escolar, de um programa de educação sexual baseado no modelo biográfico), de forma a serem constituídos dois grupos da mesma dimensão ou dimensão semelhante, a quem serão aplicados os instrumentos previstos.

Foi utilizada uma metodologia de natureza quantitativa, com recurso a dois questionários e uma tabela. As respostas a algumas questões (66, 67, 68 e 69) do questionário de avaliação do duplo padrão sexual de Milhausen e Herold (2001), traduzido por Ramos et al. (2005), foram sujeitas a uma análise de discurso, uma técnica de natureza qualitativa.

O questionário de opiniões sobre sexo de Fisher (1998), traduzido e adaptado para português por Alvarez (2005), serviu para avaliar o nível de erotofilia e erotofobia dos participantes.

O questionário de avaliação do duplo padrão sexual de Milhausen e Herold (2001), traduzido para português por Ramos et al. (2005), serviu para distinguir o padrão moral sexual dos participantes. É um instrumento que considera não só a julgabilidade individual quanto ao duplo padrão sexual, como também a perceção individual acerca da julgabilidade social.

Foram também aplicadas tabelas (ver tabelas A e B, no ANEXO C) que permitem distinguir a natureza dos conteúdos abordados em educação sexual, no 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário, (Associação para o Planeamento da Família e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2007). A informação fornecida resultante do preenchimento das tabelas, pelos participantes, permite uma aferição mais aproximada acerca do modelo de educação sexual, em meio escolar, ao qual os participantes tiveram acesso. Se receberam formação em educação sexual de carácter holístico (modelo biográfico), se a formação foi limitada nos seus conteúdos – por abordagens que privilegiam algumas dimensões da sexualidade em detrimento de outras – ou se não tiveram acesso a qualquer forma de educação sexual, em meio escolar.

Constituíram-se dois grupos, de 28 indivíduos cada, conforme a adoção (ou não) do modelo biográfico durante o percurso escolar dos indivíduos, para comparar o padrão sexual e a erotofilia/erotofobia.

Se o questionário de avaliação do duplo padrão sexual de Milhausen e Herold (2001), traduzido por Ramos et al. (2005), e o questionário de opinião sexual de Fisher (1998), traduzido por Alvarez (2006) foram elaborados para avaliar o padrão sexual e a erotofilia/erotofobia respetivamente, as tabelas da autoria da APF e do ICS não tinham como propósito distinguir entre quem usufruiu de um modelo biográfico de educação sexual e quem não usufruiu de tal modelo. Contudo, foi o instrumento mais adequado encontrado para esse fim.

Foi então necessário criar um critério para triar a informação disponibilizada pelas tabelas, com o intuito de formar dois grupos.

O critério para a formação dos dois grupos, aliás tal como se encontra previsto nas hipóteses do presente estudo, não foi a experiência em educação sexual em meio escolar, ao longo do percurso escolar (3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário),

dos indivíduos questionados, até porque, pelo menos parte dos temas associados à educação sexual são abordados em meio escolar, mas sim o modelo de educação sexual adotado.

Considerou-se a existência de três modelos de educação sexual, conforme descrição de Marques, Vilar e Forreta (2002): um modelo biológico-reprodutivo que se concentra em transmitir informação relacionada com a concepção, gravidez e parto; um modelo médico-preventivo que, além de abordar as componentes do modelo biológico-reprodutivo, também procura transmitir informação referente aos métodos contraceptivos (prevenção da gravidez indesejada) e às infeções sexualmente transmissíveis (formas de transmissão, sintomas e meios de prevenção), e o modelo biográfico que congrega os temas abordados pelos dois modelos anteriores, mas com uma abordagem mais holística que passa por valorizar positivamente a sexualidade, tendo em consideração as suas múltiplas expressões, assim como as suas dimensões psicológica, social e relacional.

Os indivíduos com o 2.º ciclo do ensino básico completo tinham frequentado o 3.º ciclo do ensino básico, apesar de não o terem concluído, pelo que preencheram a tabela A.

Os inquiridos assinalaram nas tabelas da APF e do ICS, entre 17 assuntos, aqueles que foram abordados durante o seu percurso escolar no 3.º ciclo do ensino básico (tabela A) e no ensino secundário (tabela B). Por conseguinte, e para distinguir aqueles que usufruíram do modelo biográfico daqueles que não usufruíram, dividiram-se os 17 assuntos em três grupos que correspondem aos três modelos, numa lógica cumulativa.

Um grupo de assuntos que correspondem ao modelo biológico-reprodutivo: mudanças do corpo na adolescência e dúvidas sobre relações sexuais.

Outro grupo de assuntos que correspondem ao modelo médico-preventivo: o risco de engravidar, SIDA, outras infeções sexualmente transmissíveis, o uso de métodos

contracetivos, consultas sobre sexualidade e contraceção, linhas telefónicas de ajuda e pílula do dia seguinte;

E o grupo de assuntos que correspondem, exclusivamente, ao modelo biográfico: diferenças entre homens e mulheres, as relações amorosas nos jovens, início da vida sexual, violência e os abusos sexuais, aborto, masturbação, homossexualidade e prostituição.

Portanto, todo(a) o(a) inquirido(a) que assinalassem, no conjunto das duas tabelas (caso tivesse frequentado o ensino secundário), pelo menos um assunto do primeiro grupo, pelo menos quatro assuntos do segundo grupo e cinco assuntos do terceiro grupo, seriam considerados indivíduos com experiência, ao longo do seu percurso escolar, no modelo biográfico de educação sexual.

Os inquirido(a)s que não cumprissem o critério, não deixaram de experimentar conteúdos em educação sexual, ao longo do seu percurso escolar, mas devido à pouca diversidade dos assuntos abordados não teriam experimentado o modelo biográfico.

Considerando que dos 134 indivíduos, só 28 indivíduos demonstraram não ter tido experiência no modelo biográfico, e para salvaguardar uma distribuição semelhante e minimamente homogénea entre os dois grupos, foram desconsiderados 78 questionários correspondentes a indivíduos com experiência no modelo biográfico.

## **4.2. Objetivos**

Objetivo geral: avaliar o contributo do modelo biográfico de educação sexual, em meio escolar, na promoção da erotofilia e na atenuação do duplo padrão sexual.

Objetivos específicos:

- Discriminar o nível de erotofilia/erotofobia em indivíduos jovens adultos.

- Identificar o padrão moral sexual de indivíduos jovens adultos.
- Comparar o nível de erotofilia/erotofobia em indivíduos jovens adultos abrangidos pelo modelo biográfico de educação sexual, em meio escolar, com indivíduos jovens adultos que não tenham sido abrangidos por esse modelo.
- Comparar o padrão moral sexual em indivíduos jovens adultos abrangidos pelo modelo biográfico de educação sexual, em meio escolar, com indivíduos jovens adultos que não tenham sido abrangidos por esse modelo.

### **4.3. Hipóteses**

A variável independente corresponde à experiência no modelo biográfico de educação sexual, por parte dos indivíduos da amostra, ao longo do 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário.

A erotofilia/erotofobia e o padrão sexual evidenciados pelos indivíduos que constituem a amostra correspondem às variáveis dependentes.

Considerando o exposto, as hipóteses definidas foram as seguintes:

Hipótese 1: O modelo biográfico de educação sexual contribui para o incremento da erotofília.

Hipótese 2: O modelo biográfico de educação sexual contribui para atenuar o duplo padrão sexual.

#### 4.4. Amostra, procedimentos e instrumentos

A amostra é constituída por 56 indivíduos, entre os 18 e os 30 anos de idade, divididos em dois grupos de 28 indivíduos cada. Um grupo de indivíduos com experiência em educação sexual, ao longo do seu percurso escolar, de acordo com o modelo biográfico, e outro grupo que não experimentou o modelo biográfico de educação sexual. Doravante, e para simplificar a distinção de cada grupo, será somente referida a experiência, ou não, no modelo biográfico.

Em termos etários a amostra é constituída, na sua totalidade, por 56 indivíduos, divididos em dois grupos, com a idade média de 23,16 anos, uma mediana de 22,5 e um desvio padrão de 3,531 (Tabela 1).

O grupo com experiência no modelo biográfico é constituído por 28 indivíduos, com uma média de 22,82 anos de idade, uma mediana de 22,5 e um desvio padrão de 3,973 (Tabela 1).

O grupo sem experiência no modelo biográfico é também constituído por 28 indivíduos, com uma média de 23,5 anos de idade, uma mediana de 23,5 e um desvio padrão de 3,061 (Tabela 1).

**Tabela 1**

#### **Estatísticas descritivas, por grupo, referentes à idade dos indivíduos da amostra**

**Estatísticas descritivas - Grupos consoante modelo de educação sexual e idade**

Idade				
Modelo biográfico de educação sexual	N	Média	Mediana	Desvio padrão
Sim	28	22,82	22,50	3,973
Não	28	23,50	22,50	3,061
Total	56	23,16	22,50	3,531

Quanto ao sexo, cada grupo é constituído por 20 indivíduos do sexo feminino e 8 indivíduos do sexo masculino, num total de 56 indivíduos, em que 40 são do sexo feminino e 16 do sexo masculino.

Relativamente à escolaridade, cada grupo é constituído por 3 indivíduos com o 2.º ciclo do ensino básico completo, 5 indivíduos com o 3.º ciclo do ensino básico completo, 16 indivíduos com o ensino secundário completo e 4 indivíduos com licenciatura, num total de 56 indivíduos, em que 6 indivíduos têm o 2.º ciclo do ensino básico completo, 10 indivíduos têm o 3.º ciclo do ensino básico completo, 32 indivíduos têm o ensino secundário completo e 8 indivíduos têm licenciatura (Tabela 2).

**Tabela 2**

**Distribuição dos indivíduos de cada grupo, por nível de escolaridade**

**Modelo biográfico de educação sexual \* Ano de escolaridade**

Count		Ano de escolaridade				Total
		2.º ciclo do ensino básico	3.º ciclo do ensino básico	Ensino secundário	Licenciatura	
Modelo biográfico de educação sexual	Sim	3	5	16	4	28
	Não	3	5	16	4	28
Total		6	10	32	8	56

Os participantes foram abordados nas salas de aula das várias instituições ou escolas de ensino e formação profissional da ilha Terceira, pelo próprio investigador, ou por alguém que acedeu colaborar na aplicação dos instrumentos numa das escolas profissionais localizada em outra ilha que não a ilha de residência do investigador.

Inicialmente, pretendia-se obter uma amostra de indivíduos que pudessem se reportar, retrospectivamente, à sua experiência nos vários assuntos inerentes à educação

sexual, razão para se ter privilegiado, num primeiro momento, a opção por cursos de formação para adultos em situação de desemprego, ministrados pelas escolas profissionais da Região Autónoma dos Açores. No entanto, e devido à não obtenção de autorização, por parte da maior escola profissional da ilha Terceira, e pela dificuldade em operacionalizar a aplicação dos questionários em mais escolas profissionais de outras ilhas, optou-se por recorrer a alunos da licenciatura em enfermagem da secção de Angra do Heroísmo da Escola Superior de Saúde dos Açores, os quais, salvo algumas exceções, não se puderam reportar retrospectivamente, com alguma distância temporal, à sua experiência nos vários assuntos associados à educação sexual.

Os instrumentos de avaliação foram aplicados a 134 indivíduos, entre os 18 e os 30 anos de idade, alunos que frequentam cursos de formação para adultos, na escola profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, na escola profissional da Ribeira Grande, no polo de Angra do Heroísmo do Instituto de Educação Técnica e Seguros e a alunos da licenciatura em enfermagem da secção de Angra do Heroísmo da Escola Superior de Saúde dos Açores.

Foi solicitada a participação individual através do preenchimento dos questionários e tabelas, após explicação acerca da finalidade da aplicação dos instrumentos, e depois de garantido, junto dos participantes, de que o anonimato e a confidencialidade seriam salvaguardados.

As respostas aos questionários não foram identificadas pelo nome dos sujeitos e os dados não foram avaliados individualmente.

Como foi referido anteriormente, foram utilizados dois questionários: o questionário de opinião sexual de Fisher (1998), traduzido por Alvarez (2006) e o questionário de avaliação do duplo padrão sexual de Milhausen e Herold (2001), traduzido por Ramos et al. (2005).

O questionário de opinião sexual, segundo White, Fisher, Byrne & Kigma (citados por Fisher et al., 1988), na sua primeira versão era constituído por 53 itens que refletiam respostas afetivo-avaliativas a uma série de temas sexuais: auto-erotismo, heterossexualidade, comportamento homossexual, fantasias sexuais e estímulos sexuais, em que cada item descrevia uma resposta afetivo-avaliativa positiva ou negativa relativamente a atividades ou situações sexuais, cujas respostas indicavam concordância ou discordância numa escala de sete pontos.

Posteriormente, verificou-se uma correlação significativa das respostas a 21 itens preliminares com as respostas afetivas a slides com conteúdo erótico, quer em homens, quer em mulheres. Dessa forma, os 21 itens foram considerados como preditores consistentes de respostas emocionais a estímulos sexuais (Fisher et al., 1988). Dados adicionais relevantes, no que diz respeito à escala, indicaram uma consistência interna elevada (Fisher et al., 1988). São estes 21 itens que integram o questionário aplicado no presente estudo, na sua versão de Fisher (1998), traduzida por Alvarez (2006).

A cotação das respostas ao questionário é aferida por uma pontuação total de todos os itens que varia entre 0 (mais erotofóbico) e 126 (mais erotofílico), e que resulta da soma das pontuações das respostas aos itens 2, 5, 6, 12, 13, 14, 15, 16, 19 e 20, à qual se retira a soma das pontuações das respostas aos itens: 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 17, 18 e 21 e se soma 67.

O questionário de avaliação do duplo padrão sexual de Milhausen e Herold (2001), traduzido por Ramos et al. (2005) contém uma primeira parte que integra informações de caráter sociodemográfico, indicadores ideológicos, caracterização de comportamentos e orientação sexual, e que serviram para caracterizar a amostra do presente estudo.

O questionário é constituído por cinco dimensões de avaliação do duplo padrão sexual: percepção social do duplo padrão sexual, aceitação cognitiva do duplo padrão sexual, percepção do duplo padrão sexual no local de trabalho, indicador comportamental do duplo padrão sexual e reputação sexual. Estas dimensões são avaliadas através de 28 itens emparelhados, cujo cada par avalia o mesmo conteúdo, e em que um dos itens diz respeito ao sexo feminino e outro ao sexo masculino, para possibilitar a aferição do efeito género.

As normas para a cotação do questionário de avaliação do duplo padrão sexual de Milhausen e Herold (2001), traduzido por Ramos et al. (2005) basearam-se nas normas propostas por Marques (2011).

A primeira dimensão diz respeito à percepção social do duplo padrão sexual, é aferida através de dois itens (21 e 33), e por três questões. Uma das questões é respondida de acordo com categorias: “Quem é que acha que tem maior liberdade sexual atualmente?” – com cinco categorias de resposta: os homens têm mais liberdade sexual; os homens têm ligeiramente mais liberdade sexual; os homens e as mulheres têm a mesma liberdade sexual; as mulheres têm ligeiramente mais liberdade sexual; as mulheres têm mais liberdade sexual – e as outras duas questões são abertas: “De que maneira acha que os homens, hoje em dia, têm maior liberdade sexual do que as mulheres?” e “De que maneira acha que as mulheres, hoje em dia, têm maior liberdade sexual do que os homens?”.

A percepção social do duplo padrão sexual, no caso dos itens respondidos através da escala de tipo Likert, é avaliada pelo número de parceiros sexuais, enquanto as questões, no caso daquela que é respondida com recurso a categorias e aquelas de carácter aberto, têm como objetivo avaliar a percepção da liberdade sexual.

A segunda dimensão, relativa à aceitação cognitiva do duplo padrão sexual, é aferida pelos itens tipo Likert, de 13 a 36, emparelhados por género, pois esta é uma dimensão que procura avaliar as respostas dos indivíduos questionados quanto a cognições propostas associadas a comportamentos sexuais adotados por ambos os géneros.

A terceira dimensão procura avaliar a perceção do duplo padrão sexual no local de trabalho através da análise das atitudes dos indivíduos questionados sobre comportamentos sexuais levados a cabo por ambos os géneros no local de trabalho, para esse efeito servem os itens 37 a 40 que correspondem a questões cujas respostas são dadas consoante quatro categorias: “os homens”, “as mulheres”, “ambos os sexos”, ou “nenhum dos casos”.

A quarta dimensão funciona como um indicador comportamental do duplo padrão sexual, é avaliada através de dois itens tipo Likert (41 e 44), emparelhados por género, e através de duas questões abertas (68 e 69): “Que palavras utiliza para descrever um homem/mulher que tenha tido muitos parceiros sexuais?”. Este é um indicador que permite verificar a conformidade comportamental dos indivíduos questionados ao duplo padrão sexual.

A quinta dimensão (reputação sexual), constituída pelos itens 42, 46, 47, 49, 50, 63 e 64 não mereceu qualquer tratamento dos dados, porque não incide sobre qualquer uma das hipóteses colocadas.

Também as questões 60 a 62 não foram consideradas no tratamento e análise dos dados.

Os itens 43, 45, 48, e 51 a 59 também não foram objeto de qualquer tratamento e análise, pois os autores do questionário consideraram que estes itens não são adequados para tal.

As subescalas tipo Likert são cotadas, a partir de um *continuum* entre um extremo negativo (discordo totalmente) e um extremo positivo (concordo totalmente) a que estão associadas pontuações mínimas (discordo totalmente) e máximas (concordo totalmente). Por conseguinte, os pontos intermédios de concordância/discordância recebem pontuações na proporção direta do respetivo extremo (2, 3 e 4).

No entanto, os itens 13, 18, 25, 26, 30 e 35 têm a sua pontuação invertida, o que obriga a uma inversão do *continuum*.

Os itens cujas respostas correspondem a subescalas de tipo Likert encontram-se emparelhados por género, ou seja, cada item com enfoque na atitude ou comportamento masculino encontra-se emparelhado com outro com o mesmo conteúdo, mas com enfoque no género feminino. Considerou-se esse emparelhamento na cotação, pelo que se subtraiu os itens femininos aos itens masculinos.

O somatório do resultado da subtração de todos os itens emparelhados dá origem a um resultado global por cada indivíduo questionado. É esse resultado que evidencia o padrão sexual adotado. Assim, se o resultado final da soma das subtrações dos itens emparelhados for superior a zero trata-se de uma pontuação que reflete um duplo padrão sexual, se for igual a zero trata-se de um padrão singular, e se for inferior a zero trata-se de um padrão sexual invertido.

O questionário inclui outros itens que correspondem a escalas nominais, sem qualquer norma de cotação. Constam igualmente questões abertas que foram tratadas, no presente estudo, mas através da análise de discurso.

A análise de discurso referente às questões 66 e 67 foi efetuada, segundo categorias coincidentes com os padrões sexuais (duplo padrão sexual, padrão singular, padrão sexual invertido, duplo padrão sexual atenuado ou condicional).

As respostas dadas às questões 68 e 69 foram categorizadas consoante a conotação das expressões e vocábulos empregues pelos questionados: conotação positiva, negativa e neutra ou relativizadora.

Para tratamento dos dados foi utilizado o IBM SPSS, na sua versão 20.

## **Capítulo V – Análise e discussão de resultados**

### **5.1. Modelo biográfico de educação sexual e erotofilia/erotofobia**

Para a análise estatística descritiva e para se efetuar uma comparação entre médias e variâncias, no que diz respeito às pontuações obtidas no questionário de opinião sexual, de Fisher (1998), traduzido por Alvarez (2006), foram considerados 27 questionários por cada grupo: o grupo de indivíduos com experiência no modelo biográfico, e o grupo de indivíduos sem experiência no modelo biográfico.

Foi desconsiderado 1 questionário por cada grupo, por ausência de, pelo menos, uma resposta no conjunto dos 21 itens avaliados, o que inviabilizou o cálculo da pontuação do questionário de opinião sexual.

A tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas referentes aos dois grupos: o grupo dos indivíduos com experiência no modelo biográfico e o grupo de indivíduos sem experiência no modelo biográfico.

Os indivíduos com experiência no modelo biográfico obtiveram uma pontuação média no questionário de opinião sexual de Fisher (1998), traduzido por Alvarez (2006), de 55,0741 (Tabela 3).

Os indivíduos sem experiência no modelo biográfico obtiveram a pontuação média de 56,2222 (Tabela 3).

Em termos médios, tanto os indivíduos do grupo com experiência no modelo biográfico como os indivíduos do grupo sem experiência no modelo biográfico são mais erotofóbicos do que erotofílicos.

**Tabela 3**

**Estatísticas descritivas referentes ao cruzamento entre os grupos e as pontuações obtidas no Questionário de Opinião Sexual**

<b>Estatísticas descritivas</b>			
	<b>Modelo biográfico de educação sexual</b>		<b>Estatística</b>
Pontuação do Questionário de Opinião Sexual	Sim	Média	55,0741
	Não	Média	56,2222

Como ambos os grupos são de dimensão inferior a 30, foi obrigatório efetuar, conforme indicação de Pestana e Gageiro (1998), um teste de aderência de Kolmogorov-Smirnov para verificação da normalidade dos respectivos grupos, uma condição prévia fundamental à realização de qualquer análise comparativa entre médias.

Considerando que se desconhecem a média e o desvio padrão do universo, Pestana e Gageiro (1998) preconizam o recurso à correção de Lilliefors aplicada ao teste K-S (Tabela 4).

O nível de significância verificado no teste à normalidade foi de 0,200 (Tabela 4), indicador de que se trata de distribuições normais. Portanto, foi possível recorrer a uma análise comparativa entre médias.

**Tabela 4**

**Teste à normalidade das pontuações obtidas no Questionário de Opinião Sexual**

**Teste à normalidade**

	Modelo biográfico de educação sexual	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>		
		Estatística	df	Sig.
Pontuação do Questionário de Opinião Sexual	Sim	,130	27	,200 <sup>*</sup>
	Não	,098	27	,200 <sup>*</sup>

\*. Este é um limite inferior de verdadeira significância

a. Correção Lilliefors aplicada ao teste K-S

Para uma comparação mais adequada entre as médias e variâncias de ambos os grupos, foi utilizado o teste T para duas amostras independentes que compara a média de uma variável num grupo (indivíduos com experiência no modelo biográfico) com a média da mesma variável noutro grupo (indivíduos sem experiência no modelo biográfico).

Perante os níveis de significância obtidos (Tabela 5), verificou-se uma igualdade de variâncias (sig=0,970), assim como das médias (sig=0,693). Razão para concluir que as médias e as variâncias entre os dois grupos não são significativamente diferentes.

**Tabela 5**

**Teste T para duas amostras independentes – Pontuação do Questionário de Opinião Sexual**

**Teste T para duas amostras independentes**

		Teste Levene para igualdade de variâncias		Teste t para igualdade de médias						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Diferença média	Diferença de desvio padrão	95% Diferença de intervalo de confiança	
									Inferior	Superior
Pontuação do Questionário de Opinião Sexual	Igualdade de variâncias assumida	,001	,970	-,396	52	,693	-1,14815	2,89673	-6,96086	4,66457
	Igualdade de variâncias não assumida			-,396	51,630	,693	-1,14815	2,89673	-6,96186	4,66556

## **5.2. Modelo biográfico e percepção social do duplo padrão sexual**

A primeira dimensão do questionário de avaliação do duplo padrão sexual de Milhausen e Herold (2001), traduzido por Ramos et al. (2005), diz respeito à percepção social do duplo padrão sexual que é, em parte, avaliada pela diferença das pontuações obtidas nos itens 21 e 33.

Para análise destes dois itens, foram considerados todos os questionados do grupo de indivíduos com experiência no modelo biográfico e 27 dos 28 indivíduos pertencentes ao grupo sem experiência no modelo biográfico, pois um dos questionados não respondeu a, pelo menos, um dos itens.

As estatísticas descritivas respeitantes à diferença entre os itens 33 e 21 indicaram que a média do grupo com experiência no modelo biográfico foi de -1,2857 (Tabela 6).

O grupo sem experiência no modelo biográfico apresentou uma pontuação média de -1,7778 (Tabela 6).

A diferença entre a pontuação do item 33 (feminino) e o item 21 (masculino) é indicadora de um padrão sexual invertido, a percepção, segundo a qual é concedida maior liberdade sexual às mulheres do que aos homens, no caso vertente, a mulher com maior número de parceiros sexuais é, em média, em ambos os grupos, avaliada de forma positiva comparativamente aos homens.

**Tabela 6**

**Estatísticas descritivas referentes ao cruzamento entre os grupos e o somatório da diferença entre os itens 21 e 33**

<b>Estatísticas descritivas</b>			
	<b>Modelo biográfico de educação sexual</b>		<b>Estatística</b>
Somatório dos itens 21 e 33	Sim	Média	-1,2857
	Não	Média	-1,7778

Como ambas as amostras são de dimensão inferior a 30, foi obrigatório efetuar, conforme indicação de Pestana e Gageiro (1998), o teste Kolmogorov-Smirnov de aderência à normalidade para verificação da distribuição normal (ou não) da amostra distribuída pelos dois grupos, uma condição prévia fundamental à realização de qualquer análise comparativa entre médias e variâncias.

Considerando que se desconhecem a média e o desvio padrão do universo, Pestana e Gageiro (1998) preconizam o recurso à correção de Lilliefors aplicada ao teste K-S (Tabela 7).

O nível de significância verificada no teste à normalidade é de 0,169 (Tabela 7) para o grupo com experiência no modelo biográfico, indicador de que não se trata de uma distribuição normal, ao contrário do grupo de indivíduos sem experiência no modelo biográfico (Sig=0,030). Portanto, dado que pelo menos, um dos grupos não dispõe de uma distribuição normal, não foi possível recorrer a uma análise comparativa entre médias, com recurso a testes paramétricos.

**Tabela 7**

**Teste à normalidade da distribuição da diferença pontual entre os itens 33 e 21**

**Teste de normalidade**

		Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>		
		Estatística	df.	Sig.
Diferença entre os itens 33 e 21	Sim	,140	28	,169
	Não	,177	27	,030

a. Correção Lilliefors aplicada ao teste K-S.

Ao efetuar-se o cruzamento das pontuações obtidas entre os indivíduos dos dois grupos, verificou-se que, pelo menos um par de indivíduos de grupos diferentes obteve a mesma resposta (Tabela 8), condição para aplicação do teste Mann-Whitney (não paramétrico), alternativo ao teste T, que compara as medidas de tendência central dos dois grupos em análise, ou seja, permite testar, de acordo com Pestana e Gageiro (1998) a homogeneidade dos dois grupos.

**Tabela 8**

**Distribuição das pontuações obtidas por cada grupo**

**Diferença pontual entre os itens 33 e 21 \* Modelo biográfico de educação sexual**

Count

		Modelo biográfico de educação sexual		Total
		Sim	Não	
Diferença pontual entre os itens 33 e 21	-4,00	4	8	12
	-3,00	4	2	6
	-2,00	5	6	11
	-1,00	5	2	7
	,00	7	6	13
	1,00	0	2	2
	2,00	2	1	3
	3,00	1	0	1
Total		28	27	55

O teste para a igualdade de variâncias permitiu concluir acerca da igualdade de dispersão entre os dois grupos, pois o nível de significância é de 0,782 (Tabela 9), valor superior a 0,05.

**Tabela 9**

**Teste Levene aplicado à distribuição das diferenças pontuais entre os itens 33 e 21**

**Teste de homogeneidade de variâncias**

primeiradimensao

Estatística de Levene	df1	df2	Sig.
,077	1	53	,782

O nível de significância associado ao teste de Mann-Whitney ( $\text{sig}=0,382$ ), valor superior a 0,05 (Tabela 10), levou a concluir que as duas distribuições não diferem em tendência central, pelo que se verificou uma homogeneidade no somatório das pontuações referentes aos itens 21 e 33 que compõem parte da percepção social do duplo padrão sexual.

A análise comparativa entre medidas de tendência central, incluindo médias, permite concluir que, independentemente do modelo de educação sexual adotado, os indivíduos questionados demonstram um padrão sexual invertido quanto à percepção social do duplo padrão sexual, com base no número de parceiros sexuais.

**Tabela 10**

**Teste Mann-Whitney aplicado ao somatório da diferença pontual entre os itens 33 e 21**

**Estatísticas testadas<sup>a</sup>**

	Somatório da diferença pontual entre os itens 33 e 21
Mann-Whitney U	327,000
Wilcoxon W	705,000
Z	-,874
Asymp. Sig. (2-tailed)	,382

a. Variável de agrupamento:  
Modelo biográfico de  
educação sexual

A dimensão relativa à percepção social do duplo padrão sexual é também avaliada pelas respostas ao item 65 (Quem é que acha que tem maior liberdade sexual atualmente?), respondido pela totalidade dos indivíduos de ambos os grupos. A este item todos os indivíduos, de ambos os grupos, assinalaram respostas válidas.

No grupo dos indivíduos com experiência no modelo biográfico, 9 indivíduos (32,1%) assinalaram que os homens têm mais liberdade sexual, 3 indivíduos (10,7%) assinalaram que os homens têm ligeiramente mais liberdade sexual, 14 indivíduos (50%) assinalaram que os homens e as mulheres têm a mesma liberdade sexual, 2 indivíduos (7,1%) assinalaram que as mulheres têm ligeiramente mais liberdade sexual e nenhum indivíduo (0%) assinalou que as mulheres têm mais liberdade sexual (Tabela 11).

No grupo dos indivíduos sem experiência no modelo biográfico, 8 indivíduos (28,6%) assinalaram que os homens têm mais liberdade sexual, 4 indivíduos (14,3%) assinalaram que os homens têm ligeiramente mais liberdade sexual, 13 indivíduos

(46,4%) assinalaram que os homens e as mulheres têm a mesma liberdade sexual, nenhum indivíduo (0%) assinalou que as mulheres têm ligeiramente mais liberdade sexual e 3 indivíduos (10,7%) assinalaram que as mulheres têm mais liberdade sexual (Tabela 11).

Na totalidade, 17 indivíduos (30,4%) assinalaram que os homens têm mais liberdade sexual, 7 indivíduos (12,5%) assinalaram que os homens têm ligeiramente mais liberdade sexual, 27 indivíduos (48,2%) assinalaram que os homens e as mulheres têm a mesma liberdade sexual, 2 indivíduos (3,6%) assinalaram que as mulheres têm ligeiramente mais liberdade sexual e 3 indivíduos (5,4%) assinalaram que as mulheres têm mais liberdade sexual (Tabela 11).

Em ambos os grupos, a maior percentagem de indivíduos evidencia um padrão singular (a mesma liberdade sexual concedida a homens e mulheres). Contudo, também em ambos os grupos, é maior a percentagem de respostas assinaladas nas categorias condizentes com o duplo padrão sexual (maior liberdade sexual concedida aos homens comparativamente às mulheres) comparativamente às respostas assinaladas nas categorias condizentes com o padrão sexual invertido (Tabela 11).

**Tabela 11**

**Distribuição das frequências absolutas e relativas, por grupo, das respostas à questão “Quem é que acha que tem maior liberdade sexual atualmente”**

**Modelo biográfico de educação sexual \* Quem é que acha que tem maior liberdade sexual atualmente**

			Quem é que acha que tem maior liberdade sexual atualmente					Total
			Os homens têm mais liberdade sexual	Os homens têm ligeiramente mais liberdade sexual	Os homens e as mulheres têm a mesma liberdade sexual	As mulheres têm ligeiramente mais liberdade sexual	As mulheres têm mais liberdade sexual	
Modelo biográfico de educação sexual	Sim	Frequência absoluta	9	3	14	2	0	28
		%	32,1%	10,7%	50,0%	7,1%	0,0%	100,0%
	Não	Frequência absoluta	8	4	13	0	3	28
		%	28,6%	14,3%	46,4%	0,0%	10,7%	100,0%
Total		Frequência absoluta	17	7	27	2	3	56
		%	30,4%	12,5%	48,2%	3,6%	5,4%	100,0%

Para avaliar a relação entre a experiência com o modelo biográfico e as respostas dadas recorreu-se ao teste K-S.

O nível de significância obtido no teste K-S (Tabela 12) foi superior a 0,05 (0,997), logo não existe relação entre as respostas assinaladas e o historial de educação sexual ao longo do percurso escolar dos indivíduos.

**Tabela 12**

**Teste K-S para testar a relação entre as respostas dadas à questão “Quem é que acha que tem maior liberdade sexual atualmente” e a experiência com o modelo biográfico**

**Estatísticas testadas<sup>a</sup>**

		Quem é que acha que tem maior liberdade sexual atualmente
Diferenças mais extremadas	Absolutas	,107
	Positivas	,107
	Negativas	,000
Kolmogorov-Smirnov Z		,401
Asymp. Sig. (2-tailed)		,997

a. Variável agrupada: Modelo biográfico de educação sexual

No teste Levene para aferir da igualdade (ou não) de variâncias entre duas amostras independentes, obteve-se um nível de significância (0,594), superior a 0,05, o que permite concluir que as variâncias das respostas assinaladas entre os dois grupos não são significativamente diferentes (Tabela 13).

**Tabela 13**

**Teste Levene aplicado à distribuição das respostas dadas à questão “Quem é que acha que tem maior liberdade sexual atualmente?” entre os dois grupos**

**Teste para amostras independentes**

		Teste Levene para igualdade de variâncias	
		F	Sig.
Quem é que acha que tem maior liberdade sexual atualmente	Igualdade de variâncias assumida	,288	,594

A avaliação da percepção social do duplo padrão sexual foi igualmente aferida através de duas questões abertas, mais precisamente o item 66 (De que maneira acha que os homens, hoje em dia, têm maior liberdade sexual do que as mulheres?) e o item 67 (De que maneira, acha que as mulheres, hoje em dia, têm maior liberdade sexual do que os homens?).

Quanto às respostas ao item 66 (De que maneira acha que os homens, hoje em dia, têm maior liberdade sexual do que as mulheres?), as respostas dos indivíduos com e sem experiência no modelo biográfico encontram-se organizadas e analisadas no ANEXO I.

A frequência de respostas marcadas pelo duplo padrão sexual é aproximada entre os dois grupos, e com percentagens semelhantes (Tabela 14).

O discurso associado ao padrão singular ocorre com o dobro da frequência, no grupo com experiência no modelo biográfico (8 respostas) comparativamente ao grupo sem experiência no modelo biográfico (4 respostas) (Tabela 14).

Só se regista uma resposta caracterizada pelo padrão sexual inverso, e no grupo de indivíduos com experiência no modelo biográfico (Tabela 14).

As respostas marcadas pelo duplo padrão sexual atenuado ou condicional só surgem no grupo sem experiência no modelo biográfico (Tabela 14).

**Tabela 14**

**Padrão sexual evidenciado nas respostas à questão 66**

	Duplo padrão sexual	%	Padrão singular	%	Padrão sexual inverso	%	Duplo padrão sexual atenuado ou condicional	%
Sem experiência no modelo biográfico	13	52%	4	33,33%	0	0%	3	100%
Com experiência no modelo biográfico	12	48%	8	66,67%	1	100%	0	0%
Total de ocorrências	25	100%	12	100%	1	100%	3	100%

Quanto às respostas ao item 67 (De que maneira acha que as mulheres, hoje em dia, têm maior liberdade sexual do que os homens?), as respostas dos indivíduos com e sem experiência no modelo biográfico encontram-se organizadas no ANEXO J.

No grupo sem experiência no modelo biográfico é mais frequente o discurso associado ao padrão singular, o mesmo não ocorre no grupo com experiência no modelo biográfico, onde o discurso que evidencia um duplo padrão sexual é mais frequente (Tabela 15).

As respostas conotadas com o duplo padrão sexual são mais frequentes no grupo com experiência no modelo biográfico (Tabela 15).

Na globalidade dos dois grupos, as respostas caracterizadas pelo padrão sexual inverso é pouco frequente (5 respostas), sendo que 3 dessas respostas ocorreram no

grupo com experiência no modelo biográfico e 2 respostas no grupo sem experiência no modelo biográfico (Tabela 15).

As respostas caracterizadas pelo duplo padrão sexual atenuado ou condicional só ocorreram no grupo sem experiência no modelo biográfico (Tabela 15).

**Tabela 15**

**Padrão sexual evidenciado nas respostas à questão 67**

	Duplo padrão sexual	%	Padrão singular	%	Padrão sexual inverso	%	Duplo padrão sexual atenuado ou condicional	%
Sem experiência no modelo biográfico	7	43,75 %	8	66,67%	2	40%	2	100%
Com experiência no modelo biográfico	9	56,25 %	4	33,33%	3	60%	0	0%
Total de ocorrências	16	100%	12	100%	5	100%	2	100%

**5.3. Modelo biográfico e aceitação cognitiva do duplo padrão sexual**

A segunda dimensão do duplo padrão sexual, a correspondente à sua aceitação cognitiva, é aferida pelo somatório, conforme descrito anteriormente, das diferenças dos pares dos itens 13 a 20, dos itens 22 ao 32 e dos itens 34 ao 36.

Todas as respostas dadas pelos indivíduos dos dois grupos foram válidas.

No grupo dos indivíduos com experiência no modelo biográfico, o somatório das pontuações resultantes das diferenças das respostas emparelhadas respeitantes aos itens

13 a 20, do item 22 ao item 32 e do item 34 ao item 36 refletiu uma média de 0,4286 (Tabela 16).

No grupo dos indivíduos sem experiência no modelo biográfico, o somatório das pontuações resultantes das diferenças das respostas emparelhadas dadas aos itens 13 a 20, do item 22 ao item 32 e do item 34 ao item 36 refletiu uma média de 0,6786 (Tabela 16).

As médias referentes ao somatório das diferenças entre os itens em causa, em ambos os grupos, encontram-se próximas do zero, portanto indicador da existência do padrão singular (Tabela 16).

**Tabela 16**

**Estatísticas descritivas referentes ao cruzamento entre os grupos e o somatório das diferenças dos pares dos itens 13 a 20, dos itens 22 ao 32 e dos itens 34 a 36**

Estatísticas descritivas			Estatística
Somatório das diferenças dos pares dos itens 13 a 20, do item 22 ao item 32 e do item 34 ao item 36	Sim	Média	,4286
	Não	Média	,6786

Como ambas as amostras são de dimensão inferior a 30, tornou-se obrigatório efetuar, conforme indicação de Pestana e Gageiro (1998), um teste de aderência de Kolmogorov-Smirnov para verificação da normalidade da amostra distribuída pelos dois grupos, uma condição prévia fundamental à realização de qualquer análise comparativa entre médias.

Considerando que se desconhecem a média e o desvio padrão do universo, Pestana e Gageiro (1998) preconizam o recurso à correção de Lilliefors aplicada ao teste K-S.

O nível de significância verificada no teste à normalidade foi de 0,200 (Tabela 17), indicador de que se trata de distribuições normais. Portanto, foi possível recorrer a uma análise comparativa entre médias.

**Tabela 17**

**Teste à normalidade da distribuição do somatório das diferenças dos pares dos itens 13 a 20, dos itens 22 ao 32 e dos itens 34 ao 36**

		Teste à normalidade		
Modelo biográfico de educação sexual		Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>		
		Estatística	df	Sig.
Somatório das diferenças dos pares dos itens 13 a 20, dos itens 22 ao 32 e dos itens 34 ao 36	Sim	,121	28	,200 <sup>*</sup>
	Não	,096	28	,200 <sup>*</sup>

\*. Este é um limite inferior de verdadeira significância

a. Correção Lilliefors aplicada ao teste K-S

Para uma comparação mais adequada entre as médias e variâncias de ambos os grupos, foi utilizado o teste T para duas amostras independentes que comparou a média de uma variável (somatório das pontuações obtidas nos itens 13 a 20, do item 22 ao item 32 e do item 34 ao item 36) entre dois grupos: um grupo com experiência no modelo biográfico e outro grupo sem experiência no modelo biográfico.

Perante os níveis de significância obtidos (Tabela 18), verificou-se uma igualdade de variâncias (sig=0,404), assim como das médias (sig=0,801). Razão para concluir que as médias e as variâncias entre os dois grupos não são significativamente diferentes.

**Tabela 18**

**Teste T para duas amostras independentes – Somatório das diferenças dos pares dos itens 13 a 20, dos itens 22 ao 32 e dos itens 34 ao 36**

Teste T para igualdade de médias

		Teste Levene para testar igualdade de variâncias		Teste T para igualdade de média						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Diferença média	Diferença de padrão de erro	95% de diferença no Intervalo de confiança	
									Inferior	Superior
Somatório das diferenças dos pares dos itens 13 a 20, dos itens 22 ao 32 e dos itens 34 ao 36	Igualdade de variâncias assumida	,707	,404	-,254	54	,801	-,25000	,98465	-2,22410	1,72410
	Igualdade de variâncias não assumida			-,254	52,949	,801	-,25000	,98465	-2,22500	1,72500

**5.4. Modelo biográfico e percepção do duplo padrão sexual no local de trabalho**

A terceira dimensão do duplo padrão sexual incide nas respostas dadas aos itens 37, 38, 39 e 40. Esta dimensão procura avaliar a percepção do duplo padrão sexual no local de trabalho.

Relativamente ao item 37 (Num local de trabalho, quem é que acha que deverá ter mais cuidados ao dizer “piadas” sobre sexo?), a totalidade dos indivíduos dos dois grupos deu respostas válidas.

Em ambos os grupos, a maioria dos indivíduos – 15 (53,6%) no grupo com experiência no modelo biográfico e 17 (60,7%) indivíduos no grupo sem experiência no modelo biográfico – assinalou que ambos os sexos têm de ter cuidado num local de trabalho ao dizer “piadas” sobre sexo, naquela que é uma resposta indicadora de um padrão singular (Tabela 19).

O padrão singular que também se encontra patente naqueles indivíduos que assinalaram que nenhum dos sexos tem de ter cuidado ao dizer “piadas” sobre sexo: 5

indivíduos (17,9%) do grupo com experiência no modelo biográfico e 4 indivíduos (14,3%) no grupo sem experiência no modelo biográfico (Tabela 19).

Apesar de minoritárias, as respostas que assinalaram que são os “homens” ou as “mulheres” quem devem ter mais cuidado ao dizer “piadas” sobre sexo foram dadas no grupo de indivíduos com experiência no modelo biográfico por 1 indivíduo (3,6%) e 7 indivíduos (25%) respectivamente, e por 5 indivíduos (17,9%) e 2 indivíduos (7,1%) respectivamente no grupo sem experiência no modelo biográfico, naquelas que são respostas indiciadoras de um duplo padrão sexual (Tabela 19).

**Tabela 19**

**Distribuição das frequências absolutas e relativas, por grupo, das respostas dadas à questão “Num local de trabalho, quem é que acha que deverá ter mais cuidado ao dizer “piadas” sobre sexo?”**

**Modelo biográfico de educação sexual \* Num local de trabalho, quem é que acha que deverá ter mais cuidado ao dizer “piadas” sobre sexo?**

			Num local de trabalho, quem é que acha que deverá ter mais cuidado ao dizer "piadas" sobre sexo?				Total
			Homens	Mulheres	Ambos os sexos têm de ter cuidado	Nenhum dos sexos tem de ter cuidado	
Modelo biográfico de educação sexual	Sim	Frequência absoluta	1	7	15	5	28
		%	3,6%	25,0%	53,6%	17,9%	100,0%
		% Total	1,8%	12,5%	26,8%	8,9%	50,0%
	Não	Frequência absoluta	5	2	17	4	28
		%	17,9%	7,1%	60,7%	14,3%	100,0%
		% Total	8,9%	3,6%	30,4%	7,1%	50,0%
Total	Frequência absoluta	6	9	32	9	56	
	%	10,7%	16,1%	57,1%	16,1%	100,0%	
	% Total	10,7%	16,1%	57,1%	16,1%	100,0%	

Tendo como base o nível de significância (Tabela 20) do teste do Qui-quadrado ( $\alpha=0,128$ ), foi possível concluir acerca da inexistência de qualquer relação de dependência, no que diz respeito às respostas dadas ao item (Num local de trabalho, quem é que acha que deverá ter mais cuidados ao dizer “piadas” sobre sexo?) e os grupos testados.

**Tabela 20**

**Teste do Qui-quadrado – Modelo biográfico de educação sexual \* “Num local de trabalho, quem é que acha que deverá ter mais cuidado ao dizer “piadas” sobre sexo?”**

**Testes do qui-quadrado**

	Valor	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Qui-quadrado	5,681 <sup>a</sup>	3	,128
Likelihood Ratio	6,089	3	,107
Linear-by-Linear Association	,399	1	,528
N of Valid Cases	56		

a. 6 células (75,0%) evidenciam contagens esperadas inferiores a 5. A contagem mínima expetável é de 3.

Relativamente ao item 38 (Quem é que acha que tem de ter mais cuidado ao proferir qualquer tipo de comentário sobre sexo, com os outros colegas), a totalidade dos indivíduos dos dois grupos deu respostas válidas.

Dos indivíduos com experiência no modelo biográfico, à questão “Quem é que acha que tem de ter mais cuidado ao proferir qualquer tipo de comentário sobre sexo, com os outros colegas?” 14 desses indivíduos (50%) assinalaram que ambos os sexos têm de ter cuidado, uma resposta que evidencia um padrão singular, bem como a resposta “nenhum dos sexos tem de ter cuidado” que tem subjacente o padrão singular e que foi respondida por 8 indivíduos (28,6%) (Tabela 21).

A maioria dos indivíduos sem experiência no modelo biográfico também deu respostas indiciadoras do padrão singular, dado que 18 desses indivíduos (64,3%) assinalaram que ambos os sexos têm de ter cuidado ao proferir qualquer tipo de comentário sobre sexo, com os outros colegas, e 5 indivíduos (17,9%) assinalaram que nenhum dos sexos tem de ter cuidado (Tabela 21).

No grupo de indivíduos com experiência no modelo biográfico, 2 (7,1%) indivíduos e 4 indivíduos (14,3%) assinalaram que são os “homens” e “mulheres” respetivamente

que têm de ter mais cuidado ao proferir qualquer tipo de comentário sobre sexo, com os outros colegas de trabalho, uma resposta característica do duplo padrão sexual, enquanto 4 indivíduos (14,3%) e 1 indivíduo (3,6%) sem experiência no modelo biográfico assinalaram “homens” e “mulheres” respectivamente (Tabela 21).

**Tabela 21**

**Distribuição das frequências absolutas e relativas, por grupo, das respostas dadas à questão “Quem é que acha que tem de ter mais cuidado ao proferir qualquer tipo de comentário sobre sexo, com os outros colegas?”**

**Modelo biográfico de educação sexual \* Quem é que acha que tem de ter mais cuidado ao proferir qualquer tipo de comentário sobre sexo, com os outros colegas?**

			Quem é que acha que tem de ter mais cuidado ao proferir qualquer tipo de comentário sobre sexo, com os outros colegas?				Total
			Homens	Mulheres	Ambos os sexos têm de ter cuidado	Nenhum dos sexos tem de ter cuidado	
Modelo biográfico de educação sexual	Sim	Frequência absoluta	2	4	14	8	28
		%	7,1%	14,3%	50,0%	28,6%	100,0%
		% Total	3,6%	7,1%	25,0%	14,3%	50,0%
	Não	Frequência absoluta	4	1	18	5	28
		%	14,3%	3,6%	64,3%	17,9%	100,0%
		% Total	7,1%	1,8%	32,1%	8,9%	50,0%
Total	Frequência absoluta	6	5	32	13	56	
	%	10,7%	8,9%	57,1%	23,2%	100,0%	
	% Total	10,7%	8,9%	57,1%	23,2%	100,0%	

Tendo em conta o nível de significância do teste do Qui-quadrado ( $\alpha=0,301$ ), foi possível concluir acerca da inexistência de qualquer relação de dependência, no que diz respeito às respostas dadas ao item 38 (Quem é que acha que tem de ter mais cuidado ao proferir qualquer tipo de comentário sobre sexo, com os outros colegas) e os grupos testados (Tabela 22).

**Tabela 22**

**Teste do Qui-quadrado – Modelo biográfico de educação sexual \* “Quem é que acha que tem de ter mais cuidado ao proferir qualquer tipo de comentário sobre sexo, com os outros colegas?”**

**Testes do Qui-quadrado**

	Valor	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Qui-Quadrado	3,659 <sup>a</sup>	3	,301
Likelihood Ratio	3,807	3	,283
Linear-by-Linear Association	,377	1	,539
N of Valid Cases	56		

a. 4 células (50%) tiveram contagens esperadas inferiores a 5. A contagem mínima esperada é de 2,5.

Relativamente ao item 39 (Quem é que acha que deverá ter mais cuidado ao fazer comentários sobre o aspeto físico do colega do sexo oposto?), a totalidade dos indivíduos dos dois grupos deu respostas válidas.

Quanto à questão “Quem é que acha que deverá ter mais cuidado ao fazer comentários sobre o aspeto físico do colega do sexo oposto?”, no grupo de indivíduos com experiência no modelo biográfico, 21 desses indivíduos (75%) assinalaram que “ambos os sexos têm de ter cuidado”, uma resposta reveladora de um padrão singular, assim como os 4 indivíduos (14,3%) que assinalaram que “nenhum dos sexos tem de ter cuidado” (Tabela 23).

À mesma questão, e no grupo de indivíduos sem experiência no modelo biográfico, 19 desses indivíduos (67,9%) assinalaram que “ambos os sexos têm de ter cuidado”, uma resposta reveladora de um padrão singular, assim como os 4 indivíduos (14,3%) que assinalaram que “nenhum dos sexos tem de ter cuidado” (Tabela 23).

As respostas ilustrativas de um duplo padrão sexual “homens” ou “mulheres” foram assinaladas por 2 indivíduos (7,1%) e 1 indivíduo (3,6%) respetivamente no grupo com

experiência no modelo biográfico, e por 4 indivíduos (14,3%) e 1 indivíduo (3,6%) respectivamente no grupo sem experiência no modelo biográfico (Tabela 23).

**Tabela 23**

**Distribuição das frequências absolutas e relativas, por grupo, das respostas dadas à questão “Quem é que acha que deverá ter mais cuidado ao fazer comentários sobre o aspeto físico do colega do sexo oposto?”**

**Modelo biográfico de educação sexual \* Quem é que acha que deverá ter mais cuidado ao fazer comentários sobre o aspeto físico do colega do sexo oposto?**

			Quem é que acha que deverá ter mais cuidado ao fazer comentários sobre o aspeto físico do colega do sexo oposto?				Total
			Homens	Mulheres	Ambos os sexos têm de ter cuidado	Nenhum dos sexos tem de ter cuidado	
Modelo biográfico de educação sexual	Sim	Frequência absoluta	2	1	21	4	28
		%	7,1%	3,6%	75,0%	14,3%	100,0%
		% Total	3,6%	1,8%	37,5%	7,1%	50,0%
	Não	Frequência absoluta	4	1	19	4	28
		%	14,3%	3,6%	67,9%	14,3%	100,0%
		% Total	7,1%	1,8%	33,9%	7,1%	50,0%
Total	Frequência absoluta	6	2	40	8	56	
	%	10,7%	3,6%	71,4%	14,3%	100,0%	
	% Total	10,7%	3,6%	71,4%	14,3%	100,0%	

Tendo como base o nível de significância (Tabela 24) do teste do Qui-quadrado ( $\alpha=0,857$ ), foi possível concluir acerca da inexistência de qualquer relação de dependência, no que diz respeito às respostas dadas ao item 39 (Quem é que acha que deverá ter mais cuidado ao fazer comentários sobre o aspeto físico do colega do sexo oposto?) e os grupos testados.

**Tabela 24**

**Teste do Qui-quadrado – Modelo biográfico de educação sexual \* “Quem é que acha que deverá ter mais cuidado ao fazer comentários sobre o aspeto físico do colega do sexo oposto”**

**Testes do Qui-quadrado**

	Valor	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Qui-quadrado	,767 <sup>a</sup>	3	,857
Likelihood Ratio	,780	3	,854
Linear-by-Linear Association	,471	1	,492
N of Valid Cases	56		

a. 6 células (75%) têm contagens esperadas inferiores a 5. A contagem mínima esperada é 1.

Relativamente ao item 40 (Quem é que acha que deverá ter mais cuidado em estabelecer qualquer tipo de contacto físico com um colega), a totalidade dos indivíduos dos dois grupos deu respostas válidas.

À questão “Quem é que acha que deverá ter mais cuidado em estabelecer qualquer tipo de contacto físico com um colega?”, e considerando as respostas assinaladas pelo grupo com experiência no modelo biográfico, 20 desses indivíduos (71,4%) assinalaram que “ambos os sexos tem de ter cuidado”, uma resposta consonante com o padrão singular tal como a resposta “nenhum dos sexos tem de ter cuidado”, assinalada por 4 indivíduos (14,3%) (Tabela 25).

No grupo de indivíduos sem experiência no modelo biográfico, 22 indivíduos (78,6%) assinalaram a resposta “ambos os sexos têm de ter cuidado”, uma resposta reveladora do padrão singular, tal como a resposta “nenhum dos sexos tem de ter cuidado”, assinalada por 4 indivíduos (14,3%) (Tabela 25).

As respostas indiciadoras do duplo padrão sexual “homens” e “mulheres” foram assinaladas, no grupo de indivíduos com experiência no modelo biográfico, por 2 indivíduos (7,1%) cada respetivamente. No grupo de indivíduos sem experiência no

modelo biográfico, dois indivíduos (7,1%) assinalaram a resposta “mulheres” (Tabela 25).

**Tabela 25**

**Distribuição das frequências absolutas e relativas, por grupo, das respostas dadas à questão “Quem é que acha que deverá ter mais cuidado em estabelecer qualquer tipo de contato físico com um colega?”**

**Modelo biográfico de educação sexual \* Quem é que acha que deverá ter mais cuidado em estabelecer qualquer tipo de contacto físico com um colega?**

			Quem é que acha que deverá ter mais cuidado em estabelecer qualquer tipo de contacto físico com um colega?				Total
			Homens	Mulheres	Ambos os sexos têm de ter cuidado	Nenhum dos sexos tem de ter cuidado	
Modelo biográfico de educação sexual	Sim	Frequência absoluta	2	2	20	4	28
		%	7,1%	7,1%	71,4%	14,3%	100,0%
		% Total	3,6%	3,6%	35,7%	7,1%	50,0%
	Não	Frequência absoluta	0	2	22	4	28
		%	0,0%	7,1%	78,6%	14,3%	100,0%
		% Total	0,0%	3,6%	39,3%	7,1%	50,0%
Total	Frequência absoluta	2	4	42	8	56	
	%	3,6%	7,1%	75,0%	14,3%	100,0%	
	% Total	3,6%	7,1%	75,0%	14,3%	100,0%	

Tendo em conta o nível de significância (Tabela 26) do teste do Qui-quadrado ( $\alpha=0,553$ ), foi possível concluir acerca da inexistência de qualquer relação de dependência, no que diz respeito às respostas dadas ao item 40 (Quem é que acha que deverá ter mais cuidado em estabelecer qualquer tipo de contacto físico com um colega) e os grupos testados.

Em suma, relativamente à percepção do duplo padrão sexual no local de trabalho, os dois grupos deram respostas que, na sua maioria, consubstanciavam o padrão singular. Contudo, não se verifica qualquer relação de dependência entre as respostas dadas e o modelo de educação sexual experimentado durante o percurso escolar dos indivíduos.

**Tabela 26**

**Teste do Qui-quadrado – Modelo biográfico de educação sexual \* “Quem é que acha que deverá ter mais cuidado em estabelecer qualquer tipo de contacto físico com um colega?”**

**Testes do Qui-quadrado**

	Valor	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Qui-quadrado	2,095 <sup>a</sup>	3	,553
Likelihood Ratio	2,868	3	,412
Linear-by-Linear Association	,786	1	,375
N of Valid Cases	56		

a. 6 células (75%) têm contagem esperada inferior a 5. A contagem mínima esperada é 1.

### **5.5. Modelo biográfico e o indicador comportamental do duplo padrão sexual**

A quarta dimensão constitui um indicador comportamental do duplo padrão que é, em parte, avaliada pela diferença entre as pontuações dos itens 44 e 41.

Para análise destes dois itens, foram considerados todos os questionados de ambos os grupos.

As estatísticas descritivas respeitantes à diferença entre as pontuações dos itens 44 e 41 indicaram que a média do grupo com experiência no modelo biográfico foi de -0,0714 (Tabela 27). Assim, e tendo em conta a diferença pontual média próxima do zero, este grupo evidencia, em média, o padrão singular.

O grupo sem experiência no modelo biográfico apresentou uma pontuação média de 0,1071 (Tabela 27). Portanto, considerando a diferença pontual média próxima do zero, este grupo evidencia o padrão singular.

**Tabela 27**

**Estatísticas descritivas referentes ao cruzamento entre os grupos e a diferença entre as pontuações dos itens 44 e 41**

Estatísticas descritivas			Estatística
	Modelo biográfico de educação sexual		
Diferença entre as pontuações dos itens 44 e 41	Sim	Média	-,0714
	Não	Média	,1071

Como ambos os grupos são de dimensão inferior a 30, foi obrigatório efetuar, conforme indicação de Pestana e Gageiro (1998), o teste Kolmogorov-Smirnov de aderência à normalidade para verificação da distribuição normal (ou não) dos respectivos grupos, uma condição prévia fundamental à realização de qualquer análise comparativa entre médias e variâncias.

Considerando que se desconhecem a média e o desvio padrão do universo, Pestana e Gageiro (1998) preconizam o recurso à correção de Lilliefors aplicada ao teste K-S.

O nível de significância verificada no teste à normalidade foi de 0,000 (Tabela 28) para ambos os grupos, indicador de que não se tratava de uma distribuição normal. Portanto, não foi possível recorrer a uma análise comparativa entre médias, com recurso a testes paramétricos.

**Tabela 28**

**Teste à normalidade da distribuição das diferenças entre as pontuações dos itens 44 e 41**

**Teste de normalidade**

	Modelo biográfico de educação sexual	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>		
		Estatística	df	Sig.
Diferença entre as pontuações dos itens 44 e 41	Sim	,471	28	,000
	Não	,460	28	,000

a. Correção Lilliefors aplicada ao teste K-S

Quando se efetuou o cruzamento das pontuações obtidas entre os indivíduos dos dois grupos, verificou-se que, pelo menos um par de indivíduos de grupos diferentes obteve a mesma resposta (Tabela 29), condição para aplicação do teste Mann-Whitney (não paramétrico), alternativo ao teste T, que compara as medidas de tendência central dos dois grupos em análise, ou seja, permite testar, de acordo com Pestana e Gageiro (1998) a homogeneidade dos dois grupos.

**Tabela 29**

**Distribuição das diferenças pontuais entre os itens 44 e 41 por cada grupo**

**Diferença entre as pontuações dos itens 44 e 41 \* Modelo biográfico de educação sexual**

Count

		Modelo biográfico de educação sexual		Total
		Sim	Não	
Diferença entre as pontuações dos itens 44 e 41	-2,00	2	0	2
	-1,00	0	2	2
	,00	25	23	48
	1,00	0	1	1
	2,00	1	2	3
Total		28	28	56

O teste para a igualdade de variâncias permitiu concluir acerca da igualdade de dispersão entre os dois grupos, pois o nível de significância foi de 0,700 (Tabela 30), valor superior a 0,05.

**Tabela 30**

**Teste Levene aplicado à distribuição das diferenças entre pontuações dos itens 44 e 41 nos dois grupos**

**Teste de homogeneidade de variâncias**

quartadimensao

Estadística de Levene	df1	df2	Sig.
,151	1	54	,700

O nível de significância (Tabela 31) associado ao teste de Mann-Whitney (sig=0,459), valor superior a 0,05, levou a concluir que as duas distribuições não diferiam em tendência central, pelo que se verificou uma homogeneidade no somatório das pontuações referentes à diferença entre as pontuações dos itens 44 e 41, uma parte do indicador comportamental do duplo padrão sexual.

Assim, e de acordo com as médias simples, não se verificam diferenças quanto ao padrão sexual demonstrado pelos dois grupos.

**Tabela 31**

**Teste Mann-Whitney aplicado às diferenças entre pontuações dos itens 44 e 41 nos dois grupos**

**Estatísticas testadas<sup>a</sup>**

	Diferença entre as pontuações dos itens 44 e 41
Mann-Whitney U	364,500
Wilcoxon W	770,500
Z	-,741
Asymp. Sig. (2-tailed)	,459

a. Variável de agrupamento:  
Modelo biográfico de  
educação sexual

Os itens 68 e 69 servem também como indicadores comportamentais do duplo padrão sexual através dos vocábulos e expressões utilizados, pelos indivíduos questionados, para descrever uma mulher que tenha tido muitos parceiros sexuais (item 68) e um homem que tenha tido muitas parceiras sexuais (item 69).

Quanto ao item 68, os indivíduos questionados, em ambos os grupos, dão o mesmo número de respostas com conotação positiva relativamente a mulheres que têm muitos parceiros sexuais (7 expressões ou vocábulos com conotação positiva), o mesmo se verifica quanto às expressões ou vocábulos com conotação neutra ou relativizadora (5 expressões ou vocábulos em cada grupo) (Tabela 32).

A distribuição de expressões ou vocábulos empregues para descrever uma mulher com muitos parceiros sexuais com conotação negativa é semelhante entre os dois grupos (8 expressões ou vocábulos para o grupo sem experiência no modelo biográfico e 9 expressões ou vocábulos para o grupo com experiência no modelo biográfico) (Tabela 32)

As expressões e os vocábulos utilizados nas respostas à questão 68 podem ser consultados no ANEXO K e ANEXO L.

**Tabela 32**

**Frequências das respostas dadas à questão 68, consoante a conotação atribuída (por grupo)**

	Positiva	%	Negativa	%	Neutra ou relativizadora	%
<b>Sem experiência no modelo biográfico</b>	<b>7</b>	<b>50%</b>	<b>8</b>	<b>47,06%</b>	<b>5</b>	<b>50%</b>
<b>Com experiência no modelo biográfico</b>	<b>7</b>	<b>50%</b>	<b>9</b>	<b>52,94%</b>	<b>5</b>	<b>50%</b>
<b>Total</b>	<b>14</b>		<b>17</b>	<b>100%</b>	<b>10</b>	<b>100%</b>

No que concerne ao item 69, que questiona os indivíduos acerca dos vocábulos ou expressões que empregariam para descrever um homem com muitas parceiras sexuais, o grupo sem experiência no modelo biográfico recorre a expressões ou vocábulos com conotação positiva mais frequentemente (8 – 57,14%) comparativamente aos indivíduos do grupo com experiência no modelo biográfico (6 – 42,86%) (Tabela 33).

As expressões ou vocábulos com conotação negativa relativamente a homens com muitas parceiras sexuais foram mais frequentemente utilizados por indivíduos com experiência no modelo biográfico (9 – 52,94%) comparativamente aos indivíduos do grupo sem experiência no modelo biográfico (8 – 47,06%) (Tabela 33).

Quanto às expressões ou vocábulos de teor neutro ou relativizador, foram utilizadas por 4 indivíduos (44,44%) do grupo sem experiência no modelo biográfico e 5 indivíduos (55,56%) do grupo com experiência no modelo biográfico (Tabela 33).

As expressões e os vocábulos utilizados nas respostas à questão 69 podem ser consultados no ANEXO M e ANEXO N.

**Tabela 33**

**Frequências das respostas dadas à questão 69, consoante a conotação atribuída (por grupo)**

	Positiva	%	Negativa	%	Neutra ou relativizadora	%
<b>Sem experiência no modelo biográfico</b>	8	57,14%	8	47,06%	4	44%
<b>Com experiência no modelo biográfico</b>	6	42,86%	9	52,94%	5	55%
<b>Total</b>	<b>14</b>		<b>17</b>	<b>100%</b>	<b>10</b>	<b>100%</b>

Os dados referentes à cotação da escala da erotofilia/erotofobia, em termos médios, e para os dois grupos, permitem concluir que os indivíduos questionados são mais erotofóbicos do que erotofílicos, mas sem que aqueles com experiência no modelo biográfico se diferenciem dos indivíduos sem experiência nesse mesmo modelo. Portanto, não é possível confirmar a primeira hipótese do presente estudo.

Se por um lado, todos os indivíduos tiveram contacto com conteúdos de educação sexual, ao longo do seu percurso escolar independentemente da sua duração, por outro lado, em média, estes indivíduos ao serem, em média, mais erotofóbicos do que erotofílicos terão maior dificuldade em negociar a utilização do preservativo, ou outros métodos contraceptivos, com o(a) respetivo(a) parceiro(a) sexual, terão menor

consideração e preocupação quanto ao estado serológico do(a) parceiro(a) e evidenciarão maior resistência na procura por serviços de saúde, conforme indica a revisão de literatura sobre o constructo da erotofília/erotofobia, mais precisamente relativamente às conclusões de Fisher et al. (citados por Lewis et al., 2006).

O modelo biográfico de educação sexual não se limita à transmissão de informação, pressupõe a abordagem de uma maior diversidade de temas, entre os quais, aqueles que são mais propícios à reflexão e debate, que suscitam uma maior interatividade entre os alunos, e entre os dinamizadores (docentes) e os alunos. No entanto, e tendo em conta os resultados do presente estudo, a diversidade de temas abordados, só por si, não promove a erotofilia.

A avaliação do duplo padrão sexual, no presente estudo, teve um carácter multidimensional, em consonância com o que se encontra contemplado na revisão de literatura acerca da coexistência da percepção social e individual do duplo padrão sexual, e que foi considerado na escolha do instrumento utilizado, também útil para distinguir outras dimensões, como a percepção do duplo padrão sexual no local de trabalho e o indicador comportamental do duplo padrão sexual.

Quanto à percepção social do duplo padrão sexual verifica-se o padrão sexual invertido relativamente à avaliação feita pelos indivíduos dos dois grupos, segundo a qual, a mulher com maior número de parceiros é avaliada de forma mais positiva comparativamente ao homem com múltiplas parceiras. Por conseguinte, não se constata qualquer influência do modelo de educação sexual na percepção social do duplo padrão sexual quanto ao número de parceiros sexuais das mulheres, o que não permite confirmar a segunda hipótese.

Na percepção social do duplo padrão sexual, respeitante à liberdade sexual, a maioria dos indivíduos dos dois grupos demonstra um padrão singular, sem que se verifique qualquer relação entre o modelo biográfico e o padrão evidenciado.

A análise de discurso às respostas dadas pelos indivíduos dos dois grupos às opiniões sobre a liberdade sexual dos dois géneros permite concluir que quando questionados sobre se acham que os homens têm maior liberdade sexual do que as mulheres, são mais frequentes as respostas que evidenciam um duplo padrão sexual, e tal ocorre em ambos os grupos.

Quando o que está em causa é a percepção social quanto à opinião sobre se as mulheres têm maior liberdade sexual comparativamente aos homens, apesar dos indivíduos dos dois grupos demonstrarem uma frequência assinalável de discursos marcados pelo duplo padrão sexual, o grupo de indivíduos sem experiência no modelo biográfico deu, com maior frequência, respostas características de um padrão singular.

Em suma, no que diz respeito à percepção social do duplo padrão sexual, não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, nem qualquer relação estatisticamente significativa entre qualquer um dos grupos e as respostas dadas, bem como não se constata discursos distintos entre os dois grupos relativamente à percepção da liberdade sexual dos dois géneros quando questionados sobre se acham que os homens têm maior liberdade sexual do que as mulheres. Mas o mesmo não ocorre, pese embora se verifique uma frequência assinalável de respostas características do duplo padrão sexual nos dois grupos, quando os indivíduos são questionados sobre se acham que as mulheres têm maior liberdade sexual do que os homens, em que os indivíduos sem experiência no modelo biográfico dão com maior frequência respostas baseadas no padrão singular.

Quanto à aceitação cognitiva do duplo padrão sexual (a dimensão mais próxima da percepção ou julgabilidade individual do duplo padrão sexual), também não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, os quais evidenciam um padrão singular. Dessa forma, e ao não se verificarem diferenças estatisticamente significativas entre as pontuações médias obtidas pelos dois grupos, não é possível confirmar a segunda hipótese.

Na percepção do duplo padrão sexual no local de trabalho destacam-se as respostas que ilustram um padrão singular, mas sem que se verifique qualquer relação entre o modelo de educação sexual e as respostas dadas, pelo que não se confirma a segunda hipótese.

Quanto ao indicador comportamental do duplo padrão sexual, e considerando as respostas dadas ao par de itens 41 e 44, os indivíduos dos dois grupos conformam-se, em média, ao padrão singular, sem que se verifiquem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos.

Quando à análise de discurso à qual foram submetidas as respostas aos itens 68 e 69, os indivíduos quando solicitados para empregarem expressões ou vocábulos que caracterizassem uma mulher que tivesse muitos parceiros sexuais, as expressões e vocábulos utilizados com conotação positiva e negativa distribuem-se quase de forma simétrica pelos dois grupos, ou seja não se verifica uma sobreposição notória das expressões ou vocábulos com conotação negativa pelas expressões ou vocábulos com conotação positiva e vice-versa.

Quando os indivíduos foram questionados sobre que expressões ou vocábulos utilizariam para descrever um homem com múltiplas parceiras sexuais, apesar de no grupo de indivíduos sem experiência no modelo biográfico, as expressões e vocábulos com conotação positiva serem tão frequentes como as expressões e vocábulos com

conotação negativa, no grupo de indivíduos com experiência no modelo biográfico é mais frequente a utilização de expressões ou vocábulos com conotação negativa. Portanto, da conjugação das respostas às duas questões, e conforme a análise de discurso indica, destaca-se um padrão sexual inverso, pois se a frequência de expressões ou vocábulos positivos e negativos é semelhante, nos dois grupos, para caracterizar uma mulher com múltiplos parceiros sexuais, o mesmo não ocorre relativamente à distribuição das expressões e vocábulos com conotação positiva e negativa empregues, pelos indivíduos para caracterizarem um homem com múltiplas parceiras, em que o grupo de indivíduos com experiência no modelo biográfico atribui com maior frequência expressões e vocábulos com conotação negativa.

Assim, e tendo em conta as respostas que servem para avaliar o indicador comportamental do duplo padrão sexual, não se confirma a segunda hipótese.

O duplo padrão sexual encontra-se dissipado, mas sem que tenha sido esquecido, pois encontra-se muito frequentemente nos discursos dos indivíduos de ambos os grupos. Assiste-se, pois, à substituição do duplo padrão sexual por um padrão singular, senão mesmo pelo padrão sexual inverso, inclusive na perceção social do duplo padrão sexual.

Se é verdade que os indivíduos dos dois grupos tiveram contacto, em meio escolar, com assuntos inerentes à educação sexual, não é possível concluir que as mudanças individuais e as transformações sociais na vivência da sexualidade no sentido de uma maior igualdade entre géneros possam ser fruto da educação sexual em meio escolar.

As relações de poder entre os dois géneros são, incontestavelmente, um fator determinante na adoção de comportamentos sexuais de saúde, até porque a negociação relativa à utilização do preservativo e outros métodos contraceptivos é permeável a essas relações de poder.

Os resultados podem não confirmar a segunda hipótese, mas indiciam que o duplo padrão sexual não se encontra tão presente como o padrão singular, o que é favorável a um clima comunicacional que não subjuga nenhum dos géneros.

## Conclusões

A variável independente do presente estudo, e que serviu de critério para a constituição dos dois grupos, foi avaliada através de um instrumento que não foi concebido especificamente para tal fim (Tabela A e B do ICS e da APF), mas demonstrou a sua utilidade, na ausência de outro instrumento mais adequado.

O estudo do duplo padrão sexual nem sempre tem considerado a percepção individual e social desse mesmo padrão, nesse sentido, o ‘Questionário de avaliação do duplo padrão sexual’ de Milhausen e Herold (2001), traduzido por Ramos et al. (2005) permitiu considerar as várias dimensões do duplo padrão sexual, porém não é um instrumento muito sensível à avaliação do duplo padrão sexual atenuado ou condicional, que tem vindo a substituir o duplo padrão sexual, na sua forma mais clássica.

Este pode ser um primeiro estudo em Portugal, quase exploratório, que avalia o impacto de um modelo específico de educação sexual, e que levantará, decerto, mais dúvidas do que certezas, até porque interessará avaliar outros aspetos que poderão depender do modelo aplicado. Por isso, no futuro, recomenda-se a elaboração de um instrumento que permita avaliar e distinguir os vários modelos de educação sexual em meio escolar.

O modelo biográfico caracteriza-se pela maior abrangência de temas abordados, e o tratamento de temas de carácter mais social e relacional predispõe-se a uma maior proatividade, por parte dos alunos, mas tal predisposição não dispensa a utilização de metodologias e atividades mais interativas do que expositivas.

A implementação de metodologias mais ativas através de atividades que promovam o debate, a reflexão e o treino de competências, principalmente, comunicacionais, aliada à maior atenção a ser dada ao prazer enquanto dimensão de uma vivência desejável da

sexualidade, constitui um dos maiores desafios da educação sexual, não só no nosso país como em todo o mundo. É um desafio polémico, mas nunca a implementação da educação sexual deixou de o ser, pois raramente reúne unanimidades, nem mesmo consensos.

## Referências

- Alferes, V. (2003). Atração interpessoal, sexualidade e relações íntimas. In M.B. Monteiro & J. Vala (Coord.), *Psicologia Social* (8.<sup>a</sup> ed.). (pp. 125-158). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Alferes, V. (1997). *Encenações e comportamentos sexuais: para uma Psicologia Social da sexualidade* (2.<sup>a</sup> ed.). Porto. Edições Afrontamento.
- Alves, M.P. (2006). Representações sociais e sexualidade: duplo padrão sexual ou padrão singular de género. *Psychologica*, 41, 25-43.
- Amâncio, L. (2010). A(s) masculinidade(s) em que-estão. In L. Amâncio (Org.), *Aprender a ser homem: construindo masculinidades* (pp. 13-27). Lisboa: Livros Horizonte.
- Brick, P. (1991). Fostering positive sexuality. *Contemporary Issues*, 51-53.
- Egas-Moniz, A.C.A.F. (1901). *A vida sexual: Physiologia*. Coimbra: França Amado.
- Egas-Moniz, A.C.A.F. (1902). *A vida sexual: Pathologia*. Coimbra: França Amado.
- Fisher, W.A., Byrne, D., White, L.A., & Kelley, K. (1988). Erotophobia – erotophilia as a dimension of personality. *The Journal of Sex Research*, 5(1), 123-151.
- Freire, I. (2010). *Amor e sexo no tempo de Salazar* (2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa. A Esfera dos Livros.
- Giddens, A. (1992). *Transformações da Intimidade* (2.<sup>a</sup> edição). (R.M. Perez, Trad.). Oeiras: Celta Editora.
- Gilbert, F.S., & Gamache, M.P. (1984). The sexual opinion survey: structure and use. *The Journal of Sex Research*, 20(3), 293-309.
- IBM Corp. Released 2011. IBM SPSS Statistics for Windows, Version 20.0. Armonk, NY: IBM Corp.

- Ingham, R. (2005). "We didn't cover that at school": education against pleasure or education for pleasure?. *Sex Education*, 5(4), 375-388.
- Kelley, K. (1985). Sex, sex guilt, and authoritarianism: differences in responses to explicit heterosexual and masturbatory slides. *The Journal of Sex Research*, 25(1), 68-85.
- Laranjeira, A.R. (2004). Não és homem não és nada: masculinidade e comportamentos de risco. In L. Amâncio (Org.), *Aprender a ser homem: construindo masculinidades* (pp. 51-73). Lisboa: Livros Horizonte.
- Lewis, M.A., Neighbors, C., & Malheim, J.E. (2006). Indulgence or restraint? Gender differences in the relationship between controlled orientation and the erotophilia-risky sex links. *Personality and Individual Differences*, 40, 985-995. doi: 10.1016/j.paid.2005.09.015.
- Lopez, F., & Fuertes, A. (1989). *Para compreender a sexualidade*. (A.M Marques & L.Silva, Trad.). Lisboa: APF.
- Macapagal, K.R., & Janssen, E. (2011). The valence of sex: automatic affective associations in erotophilia and erotophobia. *Personality and Individual Differences*, 51, 699-703. doi: 10.1016/j.paid.2011.06.008
- Marks, M.J., & Fralet, R.C. (2005). The sexual double standard: fact or fiction. *Sex Roles*, 52(3/4), 175-186. doi: 10.1007/s11199-005-1293-5
- Marques, A.M., Vilar, D., & Forreta, F. (Coord.). (2002). *Educação sexual no 1.º ciclo: um guia para professores e formadores*. Lisboa: Texto Editora.
- Marques, N.M.H.M.M. (2011). *O duplo padrão sexual no masculino: uma perspetiva intergeracional portuguesa* [Dissertação de mestrado não publicada]. Faculdade de Medicina de Lisboa da Universidade de Lisboa, Lisboa.

- Mendes, P.J. (2001). Sexismo e educação sexual. Dissertação de licenciatura e relatório de estágio realizado na Associação para o Planeamento da Família, não publicado. Departamento de Psicologia Social e das Organizações, ISCTE, Lisboa.
- Milhausen, R., & Herold, S. (2001). Reconceptualizing the sexual double standard. *Journal of Psychology & Human Sexuality*, 13(2), 63-83.
- Pacheco, J. (2000). *O sexo por cá*. Lisboa. Livros Horizonte.
- Pacheco, J. (2012). [Recensão do livro *Almerindo Lessa – Educação Sexual da Mocidade*, de N. Carvalho]. *Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Sociedade*, 1, 97-112.
- Pestana, M.H., & Gageiro, J.N. (1998). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*. Lisboa. Edições Sílabo.
- Petersen, J.L., & Hyde, J.S. (2010). A meta-analytic review of research on gender differences in sexuality 1993-2007. *Psychological Bulletin*, 136(1), 21-38. doi: 10.1037/a0017504
- Ramos, V., Carvalho, C.C., & Leal, I.P. (2005). Atitudes e comportamentos sexuais de mulheres universitárias: a hipótese do duplo padrão sexual. *Análise Psicológica*, 2(XXIII), 173-185.
- Rosa, R.A., & Marques, A.M. (2012). Educação sexual na adolescência: meio rural vs meio urbano na adolescência. *Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Sociedade*, 1, 83-90.
- Santos, H. (2010). Sexo para o que der e vier: masculinidade e comportamentos preventivos face à SIDA. In L. Amâncio (Org.), *Aprender a ser homem: construindo masculinidades* (pp. 91-120). Lisboa: Livros Horizonte.

Sousa, R.L.M. (2012).Um olhar sobre o contexto da educação sexual em Portugal.

*Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Sociedade*, 2, 4-23.

Zangão, M.O.B., & Sim-Sim, M.M. (2011). Duplo padrão sexual e comportamentos

afetivo-sexuais na adolescência. *Revista de Enfermagem*, 5, 1-7. doi:

10.5205/reuol.1718-11976-4-LE.05spe201104.

# **Anexos**

## **ANEXO A**

**Questionário de avaliação do duplo padrão sexual  
de Milhausen e Herold (2001), traduzido por  
Ramos, Carvalho & Leal (2005)**

**Questionário de avaliação do duplo padrão sexual Milhausen e Herold (2001)  
traduzido por Ramos, Carvalho & Leal (2005)**

As suas respostas são anónimas e confidenciais. Por favor, responda honestamente a todas as questões que lhe são colocadas.

1) Idade: _____	2) Sexo: F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/>
3) Ano de escolaridade: _____	
4) Profissão do pai: _____	5) Profissão da mãe: _____
6) Com quem vive? _____	
7) Onde reside? _____	
8) Se mudou de residência, indique: Em que zona do país vivia anteriormente? _____ Há quanto tempo reside no local onde se encontra atualmente? _____	

9) Que tipo de relação amorosa mantém atualmente?

- Não tenho nenhuma relação amorosa.
- Tenho encontros amorosos com mais de uma pessoa.
- Tenho encontros amorosos casuais com uma pessoa.
- Mantenho uma relação estável com uma pessoa.
- Moro com o meu parceiro.
- Mantenho um casamento ou união de facto.

10) Como descreve a sua orientação sexual?

- Heterossexual.
- Homossexual.
- Bissexual.

11) Qual a sua religião? \_\_\_\_\_

12) Com que frequência vai à igreja ou pratica atividades de carácter religioso?

- Mais do que uma vez por semana.
- Uma vez por semana.
- Duas ou três vezes por mês.
- Uma vez por mês.
- Algumas vezes por ano.
- Uma vez por ano ou menos.
- Nunca.

As afirmações que se seguem referem-se a **comportamentos sexuais frequentes em homens e mulheres da sua idade**. Indique qual o seu nível de concordância ou discordância relativamente às afirmações apresentadas colocando um, (X), na resposta que expressa a sua opinião pessoal:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo Nem discordo	Discordo	Discordo Totalmente
13) Eu teria uma grande consideração por uma mulher que dissesse que gosta muito de sexo.					
14) Eu questiono o caráter de um homem que tenha tido muitas parceiras.					
15) Eu pensaria mal de uma mulher que gostasse de ver vídeos de sexo explícito.					
16) Hoje em dia é pior para um homem dormir com muitas parceiras do que para uma mulher.					
17) Eu pensaria mal de uma mulher que ocasionalmente visse um strip masculino.					
18) Eu ficaria bem impressionado com um homem que tivesse tido anteriormente 10 parceiras sexuais.					
19) Eu pensaria mal de um rapaz de 16 anos, que tivesse tido relações sexuais.					
20) Eu pensaria mal de uma mulher que tivesse relações sexuais, mesmo que protegidas, com alguém que acabara de conhecer.					
21) Homens que tenham tido muitas parceiras sexuais são julgadas mais severamente do que as mulheres que tenham tido muitos parceiros.					
22) Eu pensaria mal de um homem que tivesse tido relações sexuais, mesmo que protegidas com uma mulher, sem que estivesse envolvida emocionalmente por ela.					
23) Hoje em dia é pior para a mulher dormir com muitos parceiros do que é para o homem.					
24) Eu pensaria mal de uma mulher que entrasse num bar, com o intuito de conhecer um homem e ter sexo com ele.					
25) Eu teria uma grande consideração por um homem que dissesse que gosta muito de sexo.					
26) Eu de certo modo admiro uma mulher que tenha tido sexo com muitos homens.					
27) Eu pensaria mal de uma mulher que tivesse tido relações sexuais, mesmo que protegidas, com um homem sem que estivesse emocionalmente envolvida por ele.					
28) Eu pensaria mal de um homem que gostasse de ver vídeos de sexo explícito.					
29) Eu pensava mal de uma rapariga de 16 anos que tivesse tido relações sexuais.					
30) Eu de certo modo admiro um homem que tenha tido sexo com muitas mulheres.					
31) Eu questiono o caráter de uma mulher que tenha tido muitos parceiros sexuais.					

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo Nem discordo	Discordo	Discordo Totalmente
32) Eu pensaria mal de um homem que entrasse num bar, com o intuito de conhecer uma mulher e ter sexo com ela.					
33) As mulheres que tenham tido muitos parceiros sexuais são julgadas mais severamente do que os homens.					
34) Eu pensaria mal de um homem que tivesse relações sexuais, mesmo que protegidas, com alguém que acabara de conhecer.					
35) Eu ficaria bem impressionada com uma mulher que tivesse tido 10 parceiros sexuais.					
36) Eu pensaria mal de um homem que visse ocasionalmente um strip feminino.					

As perguntas que se seguem referem-se a um **local de trabalho**. Coloque um círculo na resposta que acha mais corretas.

37) Num local de trabalho, quem é que acha que deverá ter mais cuidado ao dizer "piadas" sobre sexo?	Homens	Mulheres	Ambos os sexos têm de ter cuidado	Nenhum dos sexos tem de ter cuidado
38) Quem é que acha que tem de ter mais cuidado ao proferir qualquer tipo de comentário sobre sexo, com os outros colegas?	Homens	Mulheres	Ambos os sexos têm de ter cuidado	Nenhum dos sexos tem de ter cuidado
39) Quem é que acha que deverá ter mais cuidado ao fazer comentários sobre o aspeto físico do colega do sexo oposto?	Homens	Mulheres	Ambos os sexos têm de ter cuidado	Nenhum dos sexos tem de ter cuidado
40) Quem é que acha que deverá ter mais cuidado em estabelecer qualquer tipo de contacto físico com um colega?	Homens	Mulheres	Ambos os sexos têm de ter cuidado	Nenhum dos sexos tem de ter cuidado

As afirmações seguintes são **dirigidas a si**. Tendo em conta a escala seguinte, indique qual o seu nível de concordância e discordância relativamente às afirmações:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo Nem discordo	Discordo	Discordo Totalmente
41) Eu desencorajaria o meu melhor amigo de sair com uma mulher que tivesse tido 10 parceiros sexuais anteriormente.					
42) Às vezes, faço de conta que não tenho interesse em sexo, quando estou num grupo de homens.					
43) Eu consigo imaginar-me a mim mesmo, a fazer sexo casual com diferentes parceiros confortável e agradavelmente.					
44) Eu desencorajaria a minha melhor amiga de sair com um homem que tivesse tido 10 parceiras sexuais anteriormente.					
45) Eu teria que estar bastante ligado a alguém (emocional e psicologicamente), para me sentir confortável e desfrutar plenamente da relação sexual com essa pessoa.					

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo Nem discordo	Discordo	Discordo Totalmente
46) No que respeita a sexo, uma das coisas que me preocupa é ficar com má reputação.					
47) Em tempos, avisei uma amiga minha para evitar um potencial encontro com uma pessoa, devido à sua reputação sexual.					
48) É o.k. ter sexo sem amor.					
49) Às vezes, faço de conta que não tenho interesse em sexo quando estou num grupo de mulheres.					
50) Em tempos, avisei um amigo meu para evitar um potencial encontro com uma pessoa, devido à sua reputação sexual.					

As afirmações que se seguem referem-se aos **homens e às mulheres**. Indique qual o seu nível de concordância ou discordância relativamente às afirmações apresentadas:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo Nem discordo	Discordo	Discordo Totalmente
51) A verdade é que os homens gostam que as mulheres tomem a iniciativa, mesmo quando a sua resposta é negativa.					
52) É fácil para a mulher excitar sexualmente um homem, se ela realmente o quiser.					
53) Na generalidade, as mulheres não gostam tanto de sexo como os homens.					
54) A verdade é que a maioria dos homens não recusariam ter uma aventura sexual, mesmo que isso significasse ser infiel.					
55) A maior parte dos homens mais novos gostariam de ter uma aventura sexual com uma mulher mais velha e mais experiente.					
56) É mais difícil para o homem do que para a mulher estabelecer a diferença entre o que é o amor e o desejo ardente.					
57) Se uma mulher quer ter relações sexuais, ela tem o direito de esperar que o parceiro esteja disponível para ela.					
58) A maioria das mulheres preferem ter relações sexuais com menor frequência do que os homens.					
59) Na generalidade, os homens precisam mais de sexo do que as mulheres.					

**Lembrando que todas as respostas são confidenciais**, responda às seguintes questões sobre a sua experiência sexual anterior:

60) Com quantos parceiros diferentes já teve relações sexuais (com coito)?

\_\_\_\_\_

61) Com quantos parceiros diferentes teve relações sexuais no último ano (com coito)?

\_\_\_\_\_

62) Com quantos parceiros diferentes teve relações sexuais apenas uma única vez e em uma só ocasião (com coito)?

---

63) Quando falo com o meu novo parceiro sobre a minha vida sexual passada; Eu posso:

- De certa maneira subestimar o meu número de parceiros sexuais anteriores.
- De certa maneira sobrestimar o meu número de parceiros sexuais anteriores.
- Não comentar o meu número de parceiros sexuais anteriores.
- Revelar exatamente o meu número de parceiros sexuais anteriores.

64) Quando falo com um amigo chegado sobre a minha vida sexual passada; Eu posso:

- De certa maneira subestimar o meu número de parceiros sexuais anteriores.
- De certa maneira sobrestimar o meu número de parceiros sexuais anteriores.
- Não comentar o meu número de parceiros sexuais anteriores.
- Revelar exatamente o meu número de parceiros sexuais anteriores.

65) Quem é que acha que tem maior liberdade sexual atualmente?

- Os homens têm mais liberdade sexual.
- Os homens têm ligeiramente mais liberdade sexual.
- Os homens e as mulheres têm a mesma liberdade sexual.
- As mulheres têm ligeiramente mais liberdade sexual.
- As mulheres têm mais liberdade sexual.

66) De que maneira acha que os homens, hoje em dia, têm maior liberdade sexual do que as mulheres?

---

---

---

---

---

---

67) De que maneira, acha que as mulheres, hoje em dia, têm maior liberdade sexual do que os homens?

---

---

---

---

---

---

68) Que palavras utiliza para descrever uma mulher que tenha tido muitos parceiros sexuais?

---

---

---

---

---

---

69) Que palavras utiliza para descrever um homem que tenha tido muitas parceiras sexuais?

---

---

---

---

---

---

70) Relativamente aos tópicos e às questões apresentadas neste questionário tem algum comentário a fazer?

---

---

---

---

## **ANEXO B**

**Questionário de opinião sexual de Fisher (1998),  
traduzido por Alvarez (2006)**

# QUESTIONÁRIO DE OPINIÃO SEXUAL

(W. Fisher, 1998)

A seguir apresenta-se uma série de opiniões sobre assuntos sexuais. Por favor responda a cada item o mais honestamente que lhe for possível. Não há respostas certas ou erradas e as suas respostas são anônimas.

Avalie cada uma das opiniões expressas utilizando a seguinte escala:

Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

Para cada item faça um círculo no número que melhor ilustra a sua opinião.

1	Penso que seria muito divertido ver material pornográfico (livros sexualmente explícitos, filmes etc...)	1 2 3 4 5
2	O erotismo é obviamente nojento e as pessoas não deviam tentar descrevê-lo de outra maneira	1 2 3 4 5
3	Nadar nu com uma pessoa do sexo oposto seria uma experiência excitante	1 2 3 4 5
4	A masturbação pode ser uma experiência excitante	1 2 3 4 5
5	Se eu descobrisse que um(a) amigo(a) meu/minha era homossexual isso aborrecer-me-ia	1 2 3 4 5
6	Se as pessoas pensassem que eu estava interessado(a) em sexo oral, sentir-me-ia embaraçado(a)	1 2 3 4 5
7	Ter sexo em grupo é uma ideia divertida	1 2 3 4 5
8	Pensar sobre relações sexuais é excitante	1 2 3 4 5
9	Ver um filme pornográfico seria excitante para mim	1 2 3 4 5
10	Pensar que eu possa ter tendências homossexuais não me preocupa nada	1 2 3 4 5
11	A ideia de que eu possa sentir-me fisicamente atraída(o) por pessoas do mesmo sexo não é deprimente	1 2 3 4 5

Tradução de Alvarez, M.J., 2006

12	Quase todo o material pornográfico é enjojante	1 2 3 4 5
13	Seria perturbador para mim ver alguém a expor os seus genitais em público	1 2 3 4 5
14	Ver um(a) <i>stripper</i> do sexo oposto não seria muito excitante	1 2 3 4 5
15	Não gostaria de ver um filme erótico	1 2 3 4 5
16	Quando imagino ver fotografias que mostram uma pessoa do meu sexo a masturbar-se, sinto-me enjojado(a)	1 2 3 4 5
17	A ideia de me envolver em práticas sexuais invulgares é muito excitante	1 2 3 4 5
18	Penso que se eu manipulasse os meus genitais isso seria uma experiência excitante	1 2 3 4 5
19	Não gosto de ter fantasias sobre assuntos sexuais	1 2 3 4 5
20	Não tenho curiosidade em ver cenas eróticas	1 2 3 4 5
21	A ideia de ter relacionamentos sexuais mais longos com mais de um(a) parceiro(a) não me desagrada	1 2 3 4 5

## **ANEXO C**

**Tabela A e Tabela B de assuntos associados à educação sexual abordados, respetivamente, durante o 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário**





## **ANEXO D**

### **Declaração de consentimento informado**

# DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

*Avaliação do impacto do modelo biográfico em educação sexual na erotofilia/erotofobia e no duplo padrão sexual*

-----  
-----

**Eu, abaixo-assinado, (nome completo do participante no estudo)** -----

-----,  
compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que serei incluído. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objectivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/20\_\_

**Assinatura do participante no projecto:** \_\_\_\_\_

O Investigador responsável:

**Nome:**

**Assinatura:**

## **ANEXO E**

**Pedido de autorização à INETESE-  
Açores – Associação para o Ensino e  
Formação para aplicação dos  
instrumentos do estudo**

Exmo. Sr. Diretor Pedagógico do INETESE-Açores  
– Associação para o Ensino e Formação, Dr. Jorge Marques

Exma. Sra. Vice-Diretora  
Pedagógica (pólo de Angra do Heroísmo), Dra. Carla Rosa

Eu, Paulo José Maio Sousa Mendes, aluno do 2.º ano do curso de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Universidade Fernando Pessoa, a realizar a tese de mestrado subordinada ao tema “Avaliação do Contributo do Modelo Biográfico de Educação Sexual em Meio Escolar na Promoção da Erotofilia e na Atenuação do Duplo Padrão Moral Sexual” sob orientação do Professor Doutor Pedro Cunha, venho solicitar a Vª Ex.ª a autorização para a aplicação de três questionários junto de, no máximo, 30 alunos, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, que frequentam cursos de formação profissional para adultos, no vosso polo de Angra do Heroísmo.

A recolha de dados poderá ser agendada em data e hora que vos seja conveniente.

Em anexo, poderão encontrar, como amostra, um exemplar de cada questionário proposto para aplicação.

Comprometo-me a respeitar as regras deontológicas, bem como ao envio dos resultados do trabalho de investigação, caso me seja solicitado.

Pede deferimento,

Angra do Heroísmo, 21 de março de 2016

(Paulo José Maio Sousa Mendes – aluno do curso de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Universidade Fernando Pessoa)

## **ANEXO F**

**Pedido de autorização à Escola  
Profissional da Santa Casa da  
Misericórdia de Angra do Heroísmo para  
aplicação dos instrumentos do estudo**

Exmo. Sr. Diretor Executivo da Escola Profissional  
da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo,  
Dr. António Bento Barcelos

Exma. Sra. Diretora Pedagógica da Escola Profissional  
da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo,  
Dra. Susana Carvalho

Eu, Paulo José Maio Sousa Mendes, aluno do 2.º ano do curso de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Universidade Fernando Pessoa, a realizar a tese de mestrado subordinada ao tema “Avaliação do Contributo do Modelo Biográfico de Educação Sexual em Meio Escolar na Promoção da Erotofilia e na Atenuação do Duplo Padrão Moral Sexual” sob orientação do Professor Doutor Pedro Cunha, venho solicitar a Vª Ex.ª a autorização para a aplicação de três questionários juntos de, no máximo, 30 alunos, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, que frequentam cursos de formação profissional para adultos, na vossa Escola Profissional.

A recolha de dados poderá ser agendada em data e hora que vos seja conveniente.

Em anexo, poderão encontrar, como amostra, um exemplar de cada questionário proposto para aplicação.

Comprometo-me a respeitar as regras deontológicas, bem como ao envio dos resultados do trabalho de investigação, caso me seja solicitado.

Pede deferimento,

Angra do Heroísmo, 21 de março de 2016

(Paulo José Maio Sousa Mendes – aluno do curso de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Universidade Fernando Pessoa)

## **ANEXO G**

**Pedido de autorização à Escola  
Profissional da Ribeira Grande para  
aplicação dos instrumentos do estudo**

Exma. Sra. Diretora Pedagógica  
da Escola Profissional da Ribeira Grande,  
Dra. Mónica Amaral

Eu, Paulo José Maio Sousa Mendes, aluno do 2.º ano do curso de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Universidade Fernando Pessoa, a realizar a tese de mestrado subordinada ao tema “Avaliação do Contributo do Modelo Biográfico de Educação Sexual em Meio Escolar na Promoção da Erotofilia e na Atenuação do Duplo Padrão Moral Sexual” sob orientação do Professor Doutor Pedro Cunha, venho solicitar a Vª Ex.ª autorização para a aplicação de um conjunto de três questionários a alunos da vossa escola, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, e que se encontrem a frequentar cursos de formação profissional para adultos.

O preenchimento dos questionários dura, em média, entre 30 a 45 minutos.

Em caso de deferimento da presente solicitação de autorização, comprometo-me a enviar, por correio, a quantidade necessária de exemplares para a aplicação.

Em anexo, poderão encontrar, como amostra, um exemplar de cada questionário proposto para aplicação.

Comprometo-me a respeitar as regras deontológicas, bem como ao envio dos resultados do trabalho de investigação, caso me seja solicitado.

Pede deferimento,

Angra do Heroísmo, 22 de abril de 2016

(Paulo José Maio Sousa Mendes – aluno do curso de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Universidade Fernando Pessoa)

## **ANEXO H**

**Pedido de autorização à secção de Angra  
do Heroísmo da Escola Superior de  
Saúde dos Açores**

Exma. Sra. Professora Coordenadora  
da Secção de Angra do Heroísmo  
da Escola Superior de Saúde,  
Doutora Rosa Maria Carvalhal Silva

Eu, Paulo José Maio Sousa Mendes, aluno do 2.º ano do curso de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Universidade Fernando Pessoa, a realizar a tese de mestrado subordinada ao tema “Avaliação do Contributo do Modelo Biográfico de Educação Sexual em Meio Escolar na Promoção da Erotofilia e na Atenuação do Duplo Padrão Moral Sexual” sob orientação do Professor Doutor Pedro Cunha, venho solicitar a Vª Ex.ª autorização para a aplicação de um conjunto de três questionários a alunos da vossa Escola, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, e que se encontrem a frequentar cursos de formação profissional para adultos.

O preenchimento dos questionários dura, em média, entre 30 a 45 minutos.

Em anexo, poderão encontrar, como amostra, um exemplar de cada questionário proposto para aplicação.

Comprometo-me a respeitar as regras deontológicas, bem como ao envio dos resultados do trabalho de investigação, caso me seja solicitado.

Pede deferimento,

Angra do Heroísmo, 25 de maio de 2016

(Paulo José Maio Sousa Mendes – aluno do curso de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Universidade Fernando Pessoa)

## **ANEXO I**

**Respostas dadas pelos indivíduos, com e sem experiência no modelo biográfico, à questão 66 e respectiva análise**

**Respostas dadas pelos indivíduos, com e sem experiência no modelo biográfico, à questão 66 e respetiva análise**

No grupo de indivíduos sem experiência no modelo biográfico, o duplo padrão sexual transparece na atribuição que se faz aos diferentes modelos educativos nos quais os indivíduos são socializados, consoante o seu género (Resposta 5).

Uma das características do duplo padrão sexual é o tratamento diferenciado dado pela sociedade ao número de parceiros permitido a cada género, segundo o qual, os homens podem (e devem) ter um maior número de parceiras, esperando-se exatamente o oposto das mulheres. Esse é um tratamento diferenciado que surge no discurso de alguns indivíduos de ambos os grupos (Respostas 3, 6, 12, 24, 26, 27 e 30).

A julgabilidade social distinta, de acordo com cada género, surge no discurso de um indivíduo com experiência no modelo biográfico. Uma julgabilidade social associada à maior prematuridade do início das relações sexuais dos homens comparativamente às mulheres (Resposta 21).

Surge também no discurso de um indivíduo, a necessidade que as mulheres têm, socialmente, de se guardarem para o casamento, uma obrigatoriedade explicitamente ligada à componente reprodutiva da sexualidade, naquela que é uma lógica protetora das mulheres, antes da generalização dos métodos contraceptivos modernos, mas que parece subsistir na atualidade (Resposta 9).

O contexto afetivo em que os relacionamentos ocorrem é considerado, pese embora num discurso que não é marcado pelo duplo padrão sexual atenuado ou condicionado, em que a qualidade relacional é o critério para julgar socialmente os relacionamentos das mulheres, e surge num indivíduo pertencente ao grupo de indivíduos com experiência no modelo biográfico (Resposta 15).

O duplo padrão sexual aparece também como característica de uma relação de poder entre géneros, em que o homem continua a ter primazia, pelo menos social, relativamente à mulher (Respostas 10 e 11).

Um dos indivíduos distingue espaços e tempos próprios para cada género e, inclusive, a divisão entre as mulheres dedicadas ao lar, e aquelas que ‘atiçam’ os homens (Resposta 13).

Há também o discurso que relativiza o duplo padrão sexual. Um discurso que assume a raiz social do duplo padrão sexual, mas que o faz depender da dimensão do meio, e que é assumido por um indivíduo com experiência no modelo biográfico (Resposta 23), e outro sem experiência no modelo biográfico (Resposta 2).

Verifica-se também o discurso que assume explicitamente a existência de uma julgabilidade individual e de uma julgabilidade social, num indivíduo do grupo com experiência no modelo biográfico (Resposta 22).

Entre os discursos característicos de um duplo padrão sexual, verificou-se uma resposta que atribui o duplo padrão sexual aos comportamentos esperados pela sociedade, e que são distintos consoante o género, sem apontar qualquer razão para tal, a não ser uma predisposição, também não explicada, para que os homens se comportem de uma determinada forma (Resposta 31).

O padrão singular, mesmo que menos frequente nas respostas dadas por indivíduos dos dois grupos, é inteiramente fruto da julgabilidade individual no grupo de indivíduos sem experiência no modelo biográfico, mas ocorre conjuntamente com um discurso indiciador da perceção da evolução histórica e cultural da julgabilidade social, no grupo de indivíduos com experiência no modelo biográfico (Resposta 37 e 38).

Só um indivíduo, pertencente ao grupo com experiência no modelo biográfico demonstra um discurso ilustrativo do padrão sexual invertido (Resposta 41). No grupo

de indivíduos sem experiência no modelo biográfico não se registaram quaisquer respostas indiciadoras do padrão sexual invertido.

O discurso marcado pelo duplo padrão sexual atenuado ou condicional não se encontra, na sua forma explícita nos discursos, mas encontra-se subentendido em três indivíduos do grupo sem experiência no modelo biográfico.

Numa das respostas, o sentimento de maior vergonha da mulher pode ser entendido como um indicador da necessidade de recato pela maior estabilidade nas relações amorosas mantidas (Resposta 18).

O entendimento de que a componente reprodutiva é moderadora do número e da duração das relações amorosas mantidas caracteriza as respostas de dois indivíduos no grupo sem experiência no modelo biográfico (Respostas 19 e 20).

**Respostas dadas à questão 66 do Questionário de avaliação do duplo padrão sexual de Milhausen e Herold (2001), traduzido por Ramos et al. (2005)**

**Grupo sem experiência com o modelo biográfico**

<b>Duplo padrão sexual</b>	<p>1- <i>“Pela forma como são vistas pela sociedade.”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 22 anos, com licenciatura</p> <p>2- <i>“Depende do contexto que estejam inseridos, em certas comunidades é igual para ambos. Em comunidades mais pequenas e em certas religiões é mais aceite entre os pares.”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 23 anos, com o ensino secundário completo</p> <p>3- <i>“Podem ter mais parceiras, não há tantas críticas por parte da sociedade.”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 18 anos de idade, com o ensino secundário completo.</p> <p>4- <i>“Penso que hoje em dia, na nossa sociedade, os homens e as mulheres têm a mesma liberdade, apenas as mulheres são mais julgadas”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 22 anos, com ensino secundário completo</p> <p>5- <i>“Na sociedade de hoje mais facilmente o homem tem maior liberdade sexual devido à educação “regra” ditada pela sociedade. É visto como parte da natureza do homem, quanto mais parceiras tiver significa que é um ‘conquistador’ e demonstra a sua virilidade.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 23 anos, com o ensino secundário completo</p> <p>6- <i>“Em relação ao número de parceiras, os homens são muito menos criticados do que as mulheres”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 20 anos de idade, com o ensino secundário completo.</p> <p>7- <i>“São menos discriminados por comportamentos sexuais.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 25 anos, com o ensino secundário completo</p> <p>8- <i>“Os homens hoje em dia tenham mais liberdade de que as mulheres sim.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 25 anos de idade, com o 3.º ciclo do ensino básico completo</p> <p>9- <i>“Porque ainda nos dias de hoje a mulher tem de se guardar para o casamento. E como dizem, os homens não aparecem grávidos em casa”</i> – indivíduo do sexo feminino, de 28 anos, com o 3.º ciclo do ensino básico completo.</p> <p>10- <i>“Na sociedade atual e apesar das tentativas pelo contrário, a sociedade é ainda muito machista, o homem e as atitudes deste ainda são sobrevalorizadas. Ainda não existe igualdade de sexos.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 20 anos de idade, com o ensino secundário completo</p> <p>11- <i>“Devido ao machismo e desigualdade sexual entre os géneros.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 22 anos, com o ensino secundário completo</p> <p>12- <i>“Não são tão julgados quando falam de sexo nem se tiverem muitas parceiras sexuais.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 21 anos de idade, com o ensino</p>
------------------------------------	--

<p><b>Duplo</b> <b>padrão</b> <b>sexual</b></p>	<p>secundário completo</p> <p>13- <i>“Porque os homens sempre gostem de ter o seu tempo, ou sozinhos ou com amigos e na verdade não sabemos exatamente quais os planos que ele tem. Por outro lado as mulheres estão mais atiradiças e é difícil o homem resistir. Também ele arranja tempo para o que realmente quer, enquanto a mulher está ocupada com outras responsabilidades, tais como os filhos ou a lida da casa.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 26 anos de idade, com o 3.º ciclo do ensino básico completo.</p>
<p><b>Padrão</b> <b>singular</b></p>	<p>14- <i>“No meu ver, os homens não têm maior liberdade sexual do que as mulheres.”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 26 anos, com o 6.º ano de escolaridade completo</p> <p>15- <i>“Acho que os homens têm a mesma liberdade sexual que as mulheres.”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 21 anos, com o ensino secundário completo</p> <p>16- <i>“Não acho que tenham mais liberdade que o outros, acho que ambos têm a mesma liberdade.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 20 anos, com ensino secundário completo</p> <p>17- <i>“Têm a mesma liberdade sexual.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 21 anos de idade, com ensino secundário completo</p>
<p><b>Duplo</b> <b>padrão</b> <b>sexual</b> <b>atenuado</b> <b>ou</b> <b>condicional</b></p>	<p>18- <i>“Não acho que os homens têm maior liberdade sexual, apenas acho que as mulheres têm mais vergonha.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 28 anos, com o 6.º ano de escolaridade completo</p> <p>19- <i>“Por não engravidarem.”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 22 anos, com licenciatura</p> <p>20- <i>“Por não serem eles a engravidar e ter de tomar a pílula contracetiva diariamente. Pelo facto do preservativo masculino ser o método contracetivo mais conhecido e utilizado”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 21 anos, com licenciatura</p>

**Respostas dadas à questão 66 do Questionário de avaliação do duplo padrão sexual de Milhausen e Herold (2001), traduzido por Ramos et al. (2005)**

**Grupo com experiência com o modelo biográfico**

<p><b>Duplo padrão sexual</b></p>	<p>21- <i>“Os homens quase todos iniciam sua vida sexual muito cedo e por isso tenham muitas liberdades.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 30 anos de idade, com o 3.º ciclo do ensino básico completo.</p> <p>22- <i>“Apenas por uma questão cultural, o homem apresenta maior liberdade sexual. No entanto, não concordo.”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 24 anos de idade, com licenciatura.</p> <p>23- <i>“Em meios mais desenvolvidos, ambos os sexos têm mais liberdade sexual. Nos meios pequenos os homens têm mais liberdade sexual.”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 28 anos de idade, com o ensino secundário completo</p> <p>24- <i>“Por exemplo um homem que tenha mais do que uma parceira sexual ao mesmo tempo é considerado ‘macho’, uma mulher é discriminada, vista de lado.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 18 anos de idade, com o ensino secundário completo</p> <p>25- <i>“Devido à sua reputação sexual no caso do número de parceiras e em ter relações uma única vez sem amor.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 21 anos de idade, com o ensino secundário completo.</p> <p>26- <i>“Ao terem relações sexuais com diferentes mulheres sem serem julgados”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 21 anos de idade, com o ensino secundário completo.</p> <p>27- <i>“Se os homens tiverem relações sexuais com diferentes parceiras, não ficam ‘mal vistos’”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 23 anos de idade, com o ensino secundário completo.</p> <p>28- <i>“Porque o homem é sempre compreendido na infidelidade.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 27 anos de idade, com o 3.º ciclo do ensino básico completo.</p> <p>29- <i>“Os homens são menos julgados pela sociedade, logo sentem-se mais livres para terem relações sexuais”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 19 anos de idade, com o ensino secundário completo.</p> <p>30- <i>“Não são tão ofendidos quando têm relações com várias mulheres.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 19 anos de idade, com o ensino secundário completo.</p> <p>31- <i>“Acho que os homens são vistos como mais atrevidos, como pessoas que gostam mais de sexo e assim à partida maior liberdade.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 19 anos de idade, com o ensino secundário completo.</p>
---	--

<p><b>Duplo</b> <b>padrão</b> <b>sexual</b></p>	<p>32- <i>“Os homens apresentam mais descontração para abordar esse assunto a uma mulher”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 18 anos de idade, com o ensino secundário completo</p>
<p><b>Padrão</b> <b>singular</b></p>	<p>33- <i>“Não acho.”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 23 anos, com o 3.º ciclo do ensino básico completo.</p> <p>34- <i>“Para mim a liberdade sexual entre homens e mulheres é a mesma”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 30 anos, com o 3.º ciclo do ensino básico completo</p> <p>35- <i>“Não têm”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 22 anos de idade, com licenciatura</p> <p>36- <i>“Eu não acho que os homens têm maior liberdade sexual do que as mulheres”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 29 anos de idade, com o 2.º ciclo do ensino básico completo</p> <p>37- <i>“Hoje em dia tanto homens como as mulheres têm liberdade sexual igual para ambos”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 30 anos de idade, com o 2.º ciclo do ensino básico completo</p> <p>38- <i>“Penso que hoje em dia está tudo no mesmo grau”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 19 anos de idade, com o ensino secundário completo.</p> <p>39- <i>“Não acho”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 18 anos de idade, com o ensino secundário completo.</p> <p>40- <i>“Têm ambos a mesma liberdade.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 19 anos de idade, com o ensino secundário completo.</p>
<p><b>Padrão</b> <b>sexual</b> <b>invertido</b></p>	<p>41- <i>“Não acho que os ‘homens’ hoje em dia tenham maior liberdade sexual do que as mulheres, muito pelo contrário, embora tenha assinalado anteriormente que ambos têm essa mesma liberdade, penso que as mulheres hoje em dia têm um pouco mais...”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 27 anos de idade, com o 2.º ciclo do ensino básico completo.</p>

## **ANEXO J**

**Respostas dadas pelos indivíduos, com e sem experiência no modelo biográfico, à questão 67 e respectiva análise**

**Respostas dadas pelos indivíduos, com e sem experiência no modelo biográfico, à questão 67 e respectiva análise**

O discurso dos indivíduos do grupo sem experiência no modelo biográfico demonstra maior preocupação justificativa quanto ao duplo padrão sexual.

O duplo padrão sexual, para um dos indivíduos do grupo sem experiência com o modelo biográfico revela razões de relatividade cultural e a dimensão do meio (comunidades) como condições para o reforço ou atenuação do duplo padrão sexual (Resposta 1).

O discurso do duplo padrão sexual é também resultado, para um dos indivíduos do grupo sem experiência no modelo biográfico, de uma sociedade que limita as mulheres na expressão da sua sexualidade ao julgá-las pelos seus comportamentos atribuindo uma determinada reputação sexual, sempre que a mulher vá para além daquilo que é esperado (Resposta 2).

É também notório um discurso caracterizado pela ambiguidade entre liberdade individual e julgabilidade social, numa resposta reveladora do duplo padrão sexual, num indivíduo do grupo sem experiência no modelo biográfico (Resposta 3).

Uma das respostas atribui a limitação da liberdade sexual das mulheres à subsistência dos papéis de género tradicionais (Resposta 4).

As restantes respostas dos indivíduos sem experiência em educação sexual, de acordo com o modelo biográfico, expressam opiniões, sem fundamentação, como simples constatações, aliás à semelhança da quase totalidade das respostas dadas pelos indivíduos com experiência em educação sexual, de acordo com o modelo biográfico (Respostas 5, 6, 7, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28).

Um dos indivíduos com experiência no modelo biográfico deu uma resposta na qual indica a julgabilidade social como o fator diferenciador relativamente à sua discordância

acerca da maior liberdade sexual das mulheres comparativamente aos homens (Resposta 20).

No que diz respeito aos discursos que evidenciam o padrão singular, no grupo de indivíduos sem experiência no modelo biográfico, na sua maioria demonstram opiniões pessoais, sem quaisquer justificações, e no grupo com experiência no modelo biográfico, todas as respostas são dadas sem qualquer justificação (Respostas 9, 10, 11, 12, 13, 14, 29, 30 e 31).

Um dos indivíduos do grupo sem experiência no modelo biográfico deu uma resposta consonante com o padrão singular, mas salienta que a mulher para usufruir de tal liberdade não pode sentir qualquer condicionamento quanto àquilo que pretende para si (Resposta 8).

Nota-se também, numa das respostas de dois indivíduos, um de cada grupo, a percepção da evolução histórica de um duplo padrão sexual que se transformou num padrão singular (Respostas 15 e 32).

Relativamente ao padrão sexual inverso, um dos indivíduos do grupo sem experiência no modelo biográfico, e outro indivíduo do grupo com experiência no modelo biográfico deram respostas, segundo as quais a discriminação social permite à mulher ter vantagem sobre o homem (Respostas 17 e 35).

Dois indivíduos, um de cada grupo, deram respostas indicadoras de um padrão sexual invertido, justificadas no maior poder de sedução ou de provocação das mulheres como meio para atingir uma maior liberdade sexual comparativamente aos homens (Respostas 16 e 34).

Um dos indivíduos do grupo com experiência no modelo biográfico atribui a inversão do padrão sexual à facilidade das mulheres em arranjar parceiro sexual (Resposta 33).

O duplo padrão sexual atenuado ou condicional não consta explicitamente nas respostas dadas pelos indivíduos sem experiência no modelo biográfico, mas surge, implicitamente, através da componente reprodutiva, ao serem mencionados os métodos contraceptivos como meios que moderam a liberdade sexual da mulher (Respostas 18 e 19).

**Respostas dadas à questão 67 do Questionário de avaliação do duplo padrão sexual de Milhausen e Herold (2001), traduzido por Ramos et al. (2005)**

**Grupo sem experiência com o modelo biográfico**

<p align="center"><b>Duplo padrão sexual</b></p>	<p>1- <i>“Depende do contexto que estejam inseridos, em certas comunidades é igual para ambos. Em comunidades mais pequenas e em certas religiões é mais aceite entre os pares.”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 23 anos, com o ensino secundário completo</p> <p>2- <i>“Apesar de achar que uma mulher tem o direito de expressar a sua sexualidade como quiser, a sociedade restringe essa liberdade sexual. Quando expressa a mulher é vista como uma ‘prostituta’ e oferecida.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 23 anos de idade, com o ensino secundário completo.</p> <p>3- <i>“Considero que têm liberdade, mas são julgadas mais facilmente.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 25 anos de idade, com o ensino secundário completo</p> <p>4- <i>“Não têm porque as mulheres cada vez mais dedica-se apenas a si ou à lida da casa e aos filhos. (pelo menos as comprometidas, porque as solteiras são o oposto)”</i>. – Indivíduo do sexo feminino, de 26 anos de idade, com o 3.º ciclo do ensino básico completo.</p> <p>5- <i>“As mulheres ainda não têm.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 22 anos de idade, com o ensino secundário completo</p> <p>6- <i>“Não têm.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 21 anos de idade, com o ensino secundário completo</p> <p>7- <i>“Não acho que as mulheres tenham maior liberdade sexual.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 23 anos de idade, com o ensino secundário completo</p>
<p align="center"><b>Padrão singular</b></p>	<p>8- <i>“Não acho desde que a mulher saiba o que quer e o que gosta.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 28 anos de idade, com o 2.º ciclo do ensino básico completo</p> <p>9- <i>“Não concordo.”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 22 anos de idade, com licenciatura</p> <p>10- <i>“Têm a mesma liberdade.”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 21 anos de idade, com o ensino secundário completo</p> <p>11- <i>“Não acho.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 20 anos de idade, com o ensino secundário completo</p> <p>12- <i>“Tem a mesma liberdade sexual.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 21 anos de idade, com o ensino secundário completo</p> <p>13- <i>“Não têm.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 20 anos de idade, com o ensino secundário completo</p> <p>14- <i>“Têm ambos a mesma liberdade.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 19 anos de idade, com o ensino secundário completo.</p>

<b>Padrão singular</b>	15- <i>“As mulheres já se manifestam mais quanto à igualdade do desejo sexual.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 21 anos de idade, com o ensino secundário completo.
<b>Padrão sexual inverso</b>	16- <i>“Elas para mim hoje em dia estão a provocar mais os homens para ter sexo.”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 30 anos de idade, com o 2.º ciclo do ensino básico completo.  17- <i>“As mulheres arranjam desculpa para tudo ou conseguem encobrir de modo a que não se saiba a verdade sobre a sua frequência ou quantidade de parceiros sexuais.”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 22 anos de idade, com o ensino secundário completo.
<b>Duplo padrão sexual atenuado ou condicional</b>	18- <i>“Utilização de vários métodos contraceptivos.”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 22 anos de idade, com licenciatura  19- <i>“Pelo facto de estarem protegidas pelos métodos contraceptivos orais.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 21 anos de idade, com licenciatura

**Respostas dadas à questão 67 do Questionário de avaliação do duplo padrão sexual de Milhausen e Herold (2001), traduzido por Ramos et al. (2005)**

**Grupo com experiência com o modelo biográfico**

<p><b>Duplo padrão sexual</b></p>	<p>20- <i>“As mulheres não têm maior liberdade sexual que os homens pois estas são mais julgadas.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 19 anos de idade, com o ensino secundário completo</p> <p>21- <i>“Não acho”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 23 anos de idade, com o 3.º ciclo do ensino básico completo</p> <p>22- <i>“Não concordo que a mulher, hoje em dia, tenha maior liberdade sexual do que os homens”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 30 anos de idade, com o 3.º ciclo do ensino básico completo</p> <p>23- <i>“Não é verdade”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 27 anos de idade, com o 3.º ciclo do ensino básico completo</p> <p>24- <i>“Não tem”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 22 anos de idade, com licenciatura</p> <p>25- <i>“Eu não acho que as mulheres têm maior liberdade sexual do que os homens.”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 29 anos de idade, com o 2.º ciclo do ensino básico completo</p> <p>26- <i>“Não acho.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 19 anos de idade, com o ensino secundário completo</p> <p>27- <i>“Não acho.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 18 anos de idade, com o ensino secundário completo</p> <p>28- <i>“Eu não acho que as mulheres têm maior liberdade sexual do que os homens.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 18 anos de idade, com o ensino secundário completo</p>
<p><b>Padrão singular</b></p>	<p>29- <i>“Discordo. Apresentam a mesma liberdade sexual que os homens”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 24 anos de idade, com licenciatura</p> <p>30- <i>“Penso que hoje em dia está tudo no mesmo grau”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 19 anos de idade, com o ensino secundário completo.</p> <p>31- <i>“Hoje em dia é igual a liberdade sexual tanto para mulheres como para homens.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 30 anos de idade, com o 2.º ciclo do ensino básico completo</p> <p>32- <i>“As mulheres hoje em dia apresentam mais liberdade para dizerem o que pensam e daí têm mais liberdade para tudo inclusive liberdade sexual.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 18 anos de idade, com o ensino secundário completo</p>
<p><b>Padrão</b></p>	<p>33- <i>“Acho isso porque a maior parte das mulheres encontra facilmente um parceiro, do que os homens, e isso vê-se atualmente, e muitas das mulheres solteiras e até casadas, arranjam sempre um caso à parte ou ‘colorido’... muitas vezes até xegam a pagar para ter sexo e nas suas próprias casas ou</i></p>

<b>sexual</b>	<i>carros... falo por experiência própria e pela de amigos...</i> – Indivíduo de sexo masculino, de 27 anos de idade, com o 2.º ciclo do ensino básico completo
<b>inverso</b>	34- <i>“Poder de sedução.”</i> – Indivíduo do sexo masculino, de 23 anos de idade, com o ensino secundário completo  35- <i>“As mulheres muitas vezes são vistas como “santas”, e conseguem esconder melhor as coisas, logo sentem-se mais livres.”</i> – Indivíduo do sexo feminino, de 19 anos de idade, com o ensino secundário completo

## **ANEXO K**

**Quadro de expressões e vocábulos  
utilizados nas respostas à questão 68, de  
acordo com a respetiva conotação, pelos  
indivíduos com experiência no modelo  
biográfico**

**Quadro de expressões e vocábulos utilizados nas respostas à questão 68, de acordo com a respetiva conotação, pelos indivíduos com experiência no modelo biográfico**

<b>Conotação positiva</b>	<b>Conotação negativa</b>	<b>Conotação neutra ou relativizadora</b>
<p>“Madura”</p> <p>“Bem vivida, conhecedora dos seus desejos”</p> <p>“Gloriosa, aventureira”</p> <p>“Experiente.”</p> <p>“Alguém com uma vida sexual bastante ativa”</p> <p>“Mulher bem vivida, com muita experiência pessoal e sexual.”</p> <p>“É uma mulher livre, independente e sem preconceitos.”</p>	<p>“Tarada sexual”</p> <p>“Está na consciência da mesma. Mas talvez possa ser chamada de ninfomaniaca”</p> <p>“É uma mulher bem vivida se calhar não com muita sorte, ou por opção de escolher de querer viver a vida desta forma.”</p> <p>“Rotativa, inquieta.”</p> <p>“Mulher vivida, usada, com experiência, rameira.”</p> <p>“Vida sexual super ativa, puta e sem respeito por si própria.”</p> <p>“Porca, puta.”</p> <p>“Putá, cabra, porca, falta de carácter.”</p> <p>“Insegura, desapegada, fria.”</p>	<p>“Uma mulher como outra qualquer”</p> <p>“Não talvez por gosto de ter sexo. Não condeno uma mulher por ter vários parceiros sexuais porque tudo depende de cada situação, pode ser por gosto por necessidade depende.”</p> <p>“Acho que não há como as descrever, até porque em tempos eram os homens que tinham imensas parceiras... mas dando um nome, sim, continuaria a chamar-lhes de seres humanos...”</p> <p>“Mulher.”</p> <p>“Depende da forma que se envolvem com os parceiros. Se foram muitos mas a mulher esteve envolvida emocionalmente com todos eles, não tem problema.”</p>

## **ANEXO L**

**Quadro de expressões e vocábulos utilizados nas respostas à questão 68, de acordo com a respetiva conotação, pelos indivíduos sem experiência no modelo biográfico**

**Quadro de expressões e vocábulos utilizados nas respostas à questão 68, de acordo com a respectiva conotação, pelos indivíduos sem experiência no modelo biográfico**

<b>Conotação positiva</b>	<b>Conotação negativa</b>	<b>Conotação neutra ou relativizadora</b>
“Uma mulher com uma vida sexual ativa.”	“Puta.”	“Mulher, pois isso não influencia a sua personalidade.”
“Uma mulher que gosta de sexo.”	“Puta.”	“Não julgo ninguém o corpo é dela e ela é uma mulher como todas ou outros. Não ponho rótulos.”
“Mulher sexualmente muito ativa.”	“Valhaca.”	“Depende à certas mulheres que é por carência acabam por se envolver sexualmente por existir sentimento por parte delas. Não tenho nenhum nome para utilizar cada pessoa sabe de si.”
“Inteligente, desde que seja protegido.”	“Oferecida, desassossegada, puta, valhaca, porca...”	“Mulher.”
“Vivida, com muita experiência, atrevida.”	“Desesperada, sem objetivos, carente, insegura.”	“Não existem palavras para descrever, apenas considero que essa mulher está no seu direito de expressar a sua sexualidade e de utilizá-la como bem entende.”
“Sexualmente ativa.”	“Mulher que gosta de sexo, mulher da vida.”	
“Experiente.”	“Puta.”	
	“Falta de autoestima, insensível, tarada sexual, valhaca.”	

## **ANEXO M**

**Quadro de expressões e vocábulos utilizados nas respostas à questão 69, de acordo com a respetiva conotação, pelos indivíduos com experiência no modelo biográfico**

**Quadro de expressões e vocábulos utilizados nas respostas à questão 69, de acordo com a respetiva conotação, pelos indivíduos com experiência no modelo biográfico**

<b>Conotação positiva</b>	<b>Conotação negativa</b>	<b>Conotação neutra ou relativizadora</b>
<p>“Maduro.”</p> <p>“Bem vivido, conhecedor dos seus desejos.”</p> <p>“Experiente.”</p> <p>“Cativante.”</p> <p>“Alguém com uma vida sexual bastante ativa.”</p> <p>“Homem bem vivido, com muita experiência sexual.”</p>	<p>“Mulherengo.”</p> <p>“Tarado sexual.”</p> <p>“Porco, nojento, cabrão, aldrabão.”</p> <p>“Vida sexual super ativa, porco e pessoa sem respeito por si própria.”</p> <p>“Eu acho que é um porco e cabrão e nojento. Os seus amigos acham-no o maior.”</p> <p>“Cabrão, porco, falta de caráter.”</p> <p>“...mulherengo, um salta pocinhas.”</p> <p>“Inseguro, convencido, frio.”</p> <p>“Garanhão, tarado sexual.”</p>	<p>“Um homem como outro qualquer.”</p> <p>“Depende do homem e da situação. Pode se chamar uma pessoa gavolhas porque para mim geralmente um homem quando diz que teve muitas relações sexuais e a gabarse na maior parte das vezes por isso para mim é um gabarolas.”</p> <p>“Isso dependeria muito do homem claro, porque ao contrário da mulher infelizmente, o homem tem o hábito de se gabar ou vanglorizar... visto desta forma chamarlhe-ia de porco ou estúpido...”</p> <p>“Um homem bem vivido a nível sexual por opção ou por não ter muita sorte no amor.”</p> <p>“Como referi anteriormente, depende da forma que se envolvem. Se for sem sentimento descrevo o homem como porco.”</p>

## **ANEXO N**

**Quadro de expressões e vocábulos utilizados nas respostas à questão 69, de acordo com a respetiva conotação, pelos indivíduos sem experiência no modelo biográfico**

**Quadro de expressões e vocábulos utilizados nas respostas à questão 69, de acordo com a respectiva conotação, pelos indivíduos sem experiência no modelo biográfico**

<b>Conotação positiva</b>	<b>Conotação negativa</b>	<b>Conotação neutra ou relativizadora</b>
“Um garanhão, um player, um gigolo etc.”	“Rodado, fácil.”	“Homem pois isso não influencia a sua personalidade.”
“Um homem que gosta de sexo.”	“Sacana, porco, garanhão.”	“Depende. Se se gabem porcos. Se apenas sabem e não o comentam cavalheiros.”
“Garanhão.”	“Desesperado, infantil, infiel, inseguro.”	“Homem.”
“Homem sexualmente muito ativo.”	“Tarado, viciado.”	“Desde que não seja meu parceiro, não faço descrição.”
“Garanhão.”	“Atiradisso, mulherengo.”	
“Inteligente, desde que seja protegido.”	“Mulherengo.”	
“Sexualmente ativo.”	“Mulherengo.”	
“Homem com várias experiências.”	“Egocêntrico.”	